



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

GONÇALO RAFAEL DUARTE GOMES

O Seminário Conciliar de São Pedro em Portalegre (1590-1878)

Dissertação Final sob orientação de:

Professora Doutora Rita Mendonça Leite

Lisboa

2025

«Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração, que
vos apascentarão com sabedoria e inteligência»

(Jr 3;15)

«Os ministros devem ser, segundo Jesus Cristo, -
Lux Mundi et Sal Terrae- e como essa luz há de
ser brilhante e intensa para ensinar todas as
gentes, e esse sal há de ter força para preservar da
corrupção todo o mundo.»

(José d'Almeida Eusébio)

Agradecimentos

A Deus, Senhor da Messe, que inspira e chama jovens ao sacerdócio e que nos Seminários aprendem a ser Homens de Virtude e Inteligência, por todas as bênçãos com que enriqueceu este trabalho e a quotidianamente a minha vida ensinando-me a fazer dela um Dom.

À minha família pelo amor que me dedica e pela inserção na Filiação Divina pelo Batismo.

Ao meu bispo D. Antonino Dias, a todo o presbitério e ao Povo de Deus que peregrina nesta diocese, pela amizade, testemunho e oração.

Ao Sr. Cônego Doutor Bonifácio dos Santos Bernardo, Deão do Cabido da Catedral de Portalegre e Arquivista Diocesano, pela preciosa ajuda nesta dissertação, quer pelo conhecimento pessoal, quer pelos documentos que generosamente me cedeu e que possibilitaram que este trabalho se realizasse.

Ao Padre José Amaro Pombal, que nos últimos anos, se tem dedicado ao estudo do contributo da Bula da Cruzada nos Seminários de Portugal, pela colaboração com esta dissertação através da disponibilização de bibliografia fundamental para o terceiro capítulo da mesma.

À Prof.^a Rita Mendonça Leite, orientadora desta dissertação, pelo caminho percorrido, pelo entusiasmo em relação ao tema e pela partilha da sabedoria e entrega à História da Igreja.

À minha Diocese de Portalegre-Castelo Branco e ao Seminário Diocesano e seus benfeitores, pelo apoio nos estudos ao longo destes anos. Que esta dissertação ajude a aprofundar um pouco a História desta Igreja Diocesana.

Índice	
O Seminário Conciliar de São Pedro em Portalegre (1590-1878)	1
Resumo/Abstract	7
Introdução	9
Capítulo 1 - Origens da fundação e contextualização: o contexto tridentino	13
1.1 O Estado Religioso do Século XVI	13
1.2 A presença portuguesa em Trento	20
1.3 Receção do Concílio de Trento em Portugal	23
1.3.1 Frei Bartolomeu dos Mártires: intervenção na 3ª sessão do Concílio de Trento e preocupação com a formação do clero diocesano	28
1.3.2 - A Criação de Seminários, estabelecida em Trento	38
1.3.3 - Implementação do Concílio de Trento em Portalegre: O Seminário de São Pedro	40
Capítulo 2 – A implementação e o funcionamento do Seminário de São Pedro em Portalegre	45
2.1 Data da Fundação, local e capacidade do edifício e a sua invocação	45
2.1.1 Contexto da Criação da Diocese e influência do Concílio de Trento.....	45
2.1.2 Construção do edifício e características arquitetónicas.....	45
2.1.3 Evolução estrutural e obras de ampliação	47
2.2 Admissão ao Seminário	48
2.3 Perfil dos Seminaristas	50
2.3.1 Origem geográfica e condição social	50
2.3.2 Critérios de admissão às ordens	50
2.4 O regulamento de vida do Seminário e a disciplina interna	51
2.4.1 Vida Espiritual e Oração.....	51
2.4.2 Estudo.....	52
2.4.3 Refeições	53
2.4.4 Disciplina e vestuário	53

2.4.5 Lazer e Saídas.....	54
2.4.6 Vida Social e Controlo Moral.....	54
2.4.7 Envolvimento Pastoral e Litúrgico dos Seminaristas.....	55
2.5 Programa formativo e Vida Académica	55
2.5.1 Regime de estudos e disciplinas lecionadas ao longo dos séculos.....	55
2.5.3 Exames	60
2.6 Os Reitores do Seminário	61
2.6.1 O papel e funções do reitor e algumas notas biográficas.....	61
2.6.2 Quadro sinóptico dos reitores do Seminário de São Pedro em Portalegre.....	64
2.7 O Pessoal ao Serviço da Formação e da Casa	66
2.7.1 Professores e disciplinas lecionadas.....	66
2.7.2 Funcionários do Seminário e suas funções	66
2.8 A sustentação do Seminário de Portalegre.....	68
2.8– A transferência para o Convento de São Bernardo e o encerramento do edifício original	83
Capítulo 3- O Papel da Bula da Cruzada na Formação do Clero em Portalegre.....	86
3.1 A Bula da Cruzada: Origem, Evolução e Aplicação em Portugal	86
3.2 Contributo da Bula da Cruzada para o financiamento dos Seminários.....	87
3.3 A Bula da Santa Cruzada no Seminário de Portalegre	88
3.4 – Primeiras referências e apoios indiretos (1856–1859)	90
3.4.1 – Financiamento indireto via Seminário de Santarém	90
3.4.2 – Ensino local limitado e necessidade de reforço estrutural	91
3.5 – Consolidação e dependência (1860–1865).....	92
3.5.1 – Formação incompleta e pressão por reformas estruturais	93
3.5.2 – Início da subvenção direta e expansão mínima do corpo docente	94
3.5.3 – O dilema da Junta: estímulo ou dependência?	95
3.6 – Expansão do currículo e agravamento financeiro (1865–1870).....	95
3.6.1 – Avanços pedagógicos mínimos: uma reforma pela metade.....	96

3.6.2 – Alunos em número reduzido e com baixo rendimento.....	96
3.6.3 – Crescente desequilíbrio financeiro e dependência absoluta da Bula.....	97
3.6.4 – A tensão entre ideal pastoral e viabilidade económica.....	97
3.7 – Altos custos e gestão criticada (1870–1873)	98
3.7.1 – Uma economia eclesiástica em desequilíbrio.....	99
3.7.2 – O Seminário mais caro por aluno: um caso de ineficiência extrema	99
3.7.3 – A crítica pedagógica: má organização, fraco aproveitamento, escasso retorno ..	100
3.7.4 – Entre o zelo do reitor e a inércia da estrutura.....	101
3.7.5 – O problema político de encerrar um Seminário: tolerância por inércia	101
3.8 – Crise de sustentabilidade e declínio	102
3.8.1 – Um funcionamento cada vez mais dependente do apoio externo	102
3.8.2 – Uma estrutura desajustada à dimensão da casa.....	102
3.8.3 – A redução do subsídio como mecanismo de pressão.....	103
3.8.4 – O Curso Eclesiástico e o seu impacto no orçamento	103
3.8.5– A casa continua aberta, mas sob vigilância e desgaste institucional	104
Conclusão	106
Bibliografia.....	109

Resumo/Abstract

Resumo

Esta dissertação analisa a história e o funcionamento do Seminário Conciliar de São Pedro em Portalegre, entre 1590 e 1878, à luz da implementação do Concílio de Trento em Portugal. Inserida no campo da História da Igreja, a investigação centra-se na aplicação concreta da reforma tridentina numa diocese periférica, valorizando a formação do clero como eixo estruturante da renovação católica pós-tridentina. O trabalho articula três grandes áreas: a contextualização do concílio e da receção portuguesa das suas decisões; o quotidiano, perfil e organização interna do Seminário; e os mecanismos de financiamento, com especial destaque para o papel da Bula da Cruzada entre 1856 e 1878.

Através da análise de fontes primárias, como Diários do Governo, relatórios da Junta da Bula da Cruzada e documentação interna do Seminário, procura-se compreender como esta instituição enfrentou os desafios financeiros, pedagógicos e pastorais ao longo de quase três séculos. A investigação revela a importância da Bula da Cruzada na sobrevivência do Seminário, especialmente em tempos de crise económica e de reforma educativa. O estudo contribui para aprofundar a historiografia sobre a receção conciliar em Portugal e ilumina a tensão constante entre ideal pastoral e viabilidade institucional.

Palavras-chave: Seminário de São Pedro de Portalegre, Concílio de Trento, formação do clero, Bula da Cruzada, História da Igreja em Portugal.

Abstract

This dissertation examines the history and operation of the Conciliar Seminary of Saint Peter in Portalegre (1590–1878), in light of the implementation of the Council of Trent in Portugal. Framed within Church History, it focuses on the concrete application of Tridentine reform in a peripheral diocese, emphasizing priestly formation as a key pillar of post-Tridentine Catholic renewal. The study is structured around three main areas: the theological-historical background of Trent and its reception in Portugal; the daily life, internal organization, and profile of the seminarians; and the seminary's financial structures, particularly the crucial role of the *Bula da Cruzada* (Bull of the Crusade) between 1856 and 1878.

Using primary sources, including Government Diaries, reports from the Junta of the *Bula da Cruzada*, and seminary records the research explores how this institution faced

financial, pedagogical, and pastoral challenges over nearly three centuries. The findings highlight the essential contribution of the *Bula da Cruzada* to the seminary's survival during times of economic strain and educational reform. This study offers new insight into the reception of Trent in Portugal and the ongoing tension between pastoral ideals and institutional viability.

Keywords: Seminary of Saint Peter of Portalegre, Council of Trent, priestly formation, *Bula da Cruzada*, Church History in Portugal.

Introdução

A História, frequentemente desvalorizada por parte das gerações atuais, permanece, hoje, como um dos alicerces fundamentais da identidade pessoal, cultural e espiritual de um povo. Mais do que a simples sucessão de datas ou eventos, a História permite a compreensão crítica do percurso das comunidades humanas e da forma como enfrentaram os seus desafios, redefiniram os seus valores e responderam às exigências do seu tempo. Quando nos debruçamos sobre a História da Igreja, descobrimos não apenas a sucessão institucional de um organismo religioso, mas antes o caminhar de um Povo crente que, ao longo dos séculos, procurou encarnar o Evangelho nas mais diversas realidades culturais, sociais e políticas.

Esta dissertação inscreve-se no campo da História da Igreja, mais especificamente na história da receção do Concílio de Trento em território português, com particular atenção à instituição dos Seminários. O objeto de estudo desta dissertação é o Seminário Conciliar de São Pedro, em Portalegre, desde a sua fundação em 1590 até ao seu encerramento em 1878. Esta instituição atravessou reformas pastorais, mudanças sociais e conjunturas políticas profundamente distintas. Ao longo de quase três séculos, o Seminário desempenhou um papel central na vida da diocese, formando presbíteros para o serviço das comunidades alentejanas.

A escolha deste intervalo cronológico (1590–1878) justifica-se pelo facto de corresponder ao período em que o Seminário funcionou no edifício construído expressamente para esse fim junto à Sé Catedral de Portalegre. Fundado em 1590, aí permaneceu como centro de formação do clero diocesano até 1878, ano em que foi transferido para o antigo convento de São Bernardo, da Ordem de Cister. A delimitação temporal adotada nesta investigação corresponde, portanto, a um ciclo histórico bem definido: o do funcionamento contínuo do Seminário na sua casa original, espaço pensado desde o início como instrumento da reforma tridentina na diocese.

Através do estudo deste Seminário, procura-se compreender como se materializou, numa diocese periférica como a de Portalegre, um dos desígnios mais emblemáticos e estruturantes da reforma tridentina: a formação sólida, disciplinada e espiritual do clero diocesano.

Esta investigação tem como principais objetivos:

- Compreender a concretização da reforma tridentina da formação do clero numa diocese de fronteira como Portalegre;
- Analisar a organização interna, disciplinar e pedagógica do Seminário ao longo dos séculos;
- Estudar os mecanismos de financiamento do Seminário, com destaque para o contributo da Bula da Cruzada;
- Contribuir para o aprofundamento da historiografia sobre a receção do Concílio de Trento em Portugal.

O Concílio de Trento (1545–1563), convocado em resposta às profundas fraturas provocadas pela Reforma Protestante, constituiu um dos momentos mais decisivos da história da Igreja Católica. Entre as muitas decisões tomadas pelos Padres conciliares, uma das mais inovadoras e com efeitos duradouros foi a instituição dos Seminários diocesanos, obrigatórios para a formação dos futuros sacerdotes. Esta medida visava combater a ignorância, a indisciplina e a mundanidade do clero, que haviam sido largamente denunciadas nos sínodos locais e nas críticas reformistas. A criação de Seminários não foi apenas uma resposta organizativa ou disciplinar: ela visava uma verdadeira renovação espiritual e pastoral da Igreja, fundada na centralidade da Eucaristia, na fidelidade à doutrina católica e na dignidade da vida sacerdotal.

A Diocese de Portalegre, criada apenas algumas décadas antes, acolheu este desígnio reformador com seriedade, fundando o Seminário de São Pedro como um centro de formação eclesial profundamente inspirado no ideal tridentino. Ao longo de quase três séculos, esta instituição assumiu um papel central na vida pastoral da diocese, formando gerações de presbíteros que serviriam as comunidades alentejanas, muitas vezes em contextos de pobreza, isolamento e forte tradição popular. A história do Seminário é, por isso, também a história da Igreja local: das suas esperanças, das suas dificuldades, das suas adaptações às transformações políticas e sociais, e do seu esforço constante por formar pastores segundo o coração de Cristo.

A metodologia adotada nesta dissertação é de natureza histórica e documental, baseada na análise crítica de fontes primárias e secundárias. As principais fontes utilizadas incluem os Diários do Governo entre 1857 e 1880, os relatórios da Junta da Bula da Cruzada, os livros de matrícula do Seminário, regulamentos internos, estatutos, correspondência oficial e documentação eclesiástica. Estas fontes são confrontadas com bibliografia especializada sobre o Concílio de Trento, a história da Igreja em Portugal e a formação do clero.

Entre as fontes primárias, merecem destaque os documentos oficiais da Junta da Bula da Cruzada, que permitem compreender os mecanismos de financiamento do Seminário; os registos internos do Seminário de São Pedro; e os textos normativos da aplicação dos decretos tridentinos na diocese. A par disso, recorre-se a fontes manuscritas e impressas presentes em arquivos eclesiásticos e estatais.

Esta investigação organiza-se em três grandes eixos. O primeiro capítulo oferece uma contextualização teológico-histórica do século XVI e das reformas do Concílio de Trento, com particular destaque para a participação portuguesa e a figura incontornável de Frei Bartolomeu dos Mártires, que defendeu vigorosamente a necessidade da formação do clero e teve influência na aplicação das decisões conciliares em território nacional. A fundação do Seminário de São Pedro em Portalegre será lida neste contexto mais vasto de receção das reformas tridentinas em Portugal.

O segundo capítulo aborda o funcionamento interno do Seminário, explorando a sua estrutura física, regime disciplinar, perfil dos seminaristas, currículo académico, vida espiritual e organização interna. Esta análise baseia-se em fontes documentais, como os livros de matrícula, regulamentos internos, estatutos, correspondência e relatos coevos, permitindo reconstituir a vida quotidiana dos futuros sacerdotes e perceber como se articulavam formação, espiritualidade e missão pastoral.

No terceiro capítulo, a atenção recai sobre um aspeto fundamental e frequentemente negligenciado: o financiamento do Seminário e, em particular, o papel desempenhado pela Bula da Cruzada na sua sustentação económica. A Bula, enquanto instrumento de apoio espiritual e material à Igreja, teve um impacto direto na sobrevivência e desenvolvimento do Seminário de São Pedro, sobretudo nos períodos de maior instabilidade financeira e de reformas educativas. Analisar esta dimensão permite compreender como a formação eclesiástica não era apenas uma questão de vocação e doutrina, mas também de gestão, de recursos e de articulação entre Igreja e Estado.

A historiografia sobre os Seminários em Portugal tem vindo a consolidar-se, com contributos relevantes de diversos autores. Destaca-se, neste campo, a obra de José de Castro, que oferece uma leitura aprofundada da implementação dos decretos tridentinos em Portugal, particularmente através da figura de Frei Bartolomeu dos Mártires, evidenciando os desafios e resistências enfrentadas no contexto político-religioso do século XVI.

No que respeita ao financiamento e à sustentabilidade económica dos Seminários, merece particular destaque o estudo de José Amaro Pombal, que analisou o papel da Junta da

Bula da Cruzada na formação clerical em Portugal, revelando os mecanismos financeiros e administrativos que garantiram ou limitaram o funcionamento das instituições de ensino eclesiástico.

Esta dissertação assenta ainda em dois pilares fundamentais: os Estatutos do Seminário de São Pedro, datados de 1790, que regulam de forma pormenorizada a vida formativa e disciplinar da instituição; e a obra de Almeida Eusébio, que constitui um dos principais contributos contemporâneos para a compreensão da realidade diocesana de Portalegre, nomeadamente no que respeita à evolução das estruturas eclesiásticas e à identidade clerical.

Contudo, o Seminário de São Pedro em Portalegre continua pouco estudado, em especial no que toca à sua sustentabilidade económica e às dinâmicas locais de receção tridentina, o que justifica e legitima a presente investigação.

Com este estudo, não se pretende apenas fazer um levantamento cronológico de eventos, mas antes oferecer uma reflexão crítica e contextualizada sobre uma instituição que procurou, durante séculos, responder com fidelidade ao mandato de Cristo: «Ide e ensinai» (Mt 28, 19). A formação sacerdotal, como pilar da vida eclesial, permanece hoje tão urgente como no tempo de Trento.

Ao revisitar a história do Seminário de São Pedro em Portalegre, esta dissertação pretende contribuir não só para a historiografia religiosa portuguesa, mas também para uma reflexão atual sobre a identidade e missão da Igreja na formação dos seus ministros ordenados. Que esta memória, iluminada pela fé e sustentada pela investigação, possa inspirar o presente e ajudar a moldar o futuro.

Capítulo 1 - Origens da fundação e contextualização: o contexto tridentino

1.1 A situação religiosa do século XVI

O Concílio de Trento, que teve início a 13 de dezembro de 1545, foi o culminar de um processo de recomposição religiosa com origens anteriores ao século XVI, ponto de chegada de um sentimento de degradação que atinge o seu cume neste século e que irá dar origem a reformas: a reforma protestante e a reforma católica, que na Igreja Católica têm como o nome indica, o voltar à origem da Igreja, às suas fontes: a Escritura e a Tradição.

Ao chegar ao século XVI, observamos uma Igreja riquíssima, na qual a alta e baixa nobreza disputavam os lugares eclesiásticos mais elevados tais como os cabidos das catedrais, que sendo constituídos por cónegos muito jovens, sem vocação, mergulhados no Espírito mundano irão por sua vez escolher bispos semelhantes a eles, sendo as sedes episcopais, neste século, fontes de poder e fausto, governadas por senhores temporais, que apenas procuravam benefícios mundanos.¹

Caracterizando os prelados, podemos dizer que: possuíam muitos benefícios, pois se apropriavam de vários bispados; eram ignorantes em teologia, amando mais as ciências profanas e cuidavam mais da mesa que do altar, apresentando-se como grandes senhores temporais e não como ministros de Cristo, cobrindo os corpos de ouros, cercando-se de gente imoral, pouco preocupados com a concórdia e a paz; esqueciam-se das obras pias e gastavam o dinheiro que devia ser para o culto divino e para os pobres com os seus parentes, caçadas, etc; dedicavam-se a atividades mundanas não sobrando tempo para visitar as paróquias, mas exigindo sim impostos pesados ao Povo de Deus, fazendo com que a conduta dos clérigos e leigos se degradasse, assim como até os próprios templos iam caindo em ruína. Os sacerdotes dedicados à cura das almas não possuíam um estipêndio fixo, tendo que recorrer a outros negócios para se sustentarem, sendo esses negócios, por vezes, pouco compatíveis com o estado clerical que abraçavam.²

Os candidatos ao sacerdócio eram muitas vezes pessoas sem cultura e idoneidade, muitas vezes as ordens sacras eram mesmo recebidas como presente do padrinho ao afilhado, para que este recebesse os benefícios que derivavam da condição clerical. O clero, no século

¹ cf. José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento* (Tip. União Gráfica, 1946), 19–20.

² cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 20–22.

XVI era perçecionado como vivendo uma vida de escândalo, pior que a dos leigos, andando vestidos à secular, violando o sexto mandamento, não residindo junto do Povo de Deus, mergulhados numa profunda ignorância, tão extrema que muitos nem sequer sabiam a fórmula da confissão, levando a que o sacramento da reconciliação não fosse praticado. De igual modo, como os sacerdotes eram na sua maioria ignorantes, os leigos na sua maioria desconheciam os fundamentos e princípios da fé católica. Muitos sacerdotes nem sequer celebravam pelo Missal Romano.³

Esta realidade reflete a carência de formação e a crescente falta de disciplina no clero, tal como denunciado em diversos sínodos e constituições sinodais da época, como os de Braga, Coimbra e Lisboa. Tais esforços visavam corrigir a ignorância generalizada dos religiosos e leigos, promovendo a reforma da conduta e das práticas litúrgicas, embora muitas vezes sem pleno sucesso devido à resistência cultural e institucional.⁴

A falta de formação do clero levaria à criação de Seminários após o Concílio de Trento, que se tornaram essenciais para a formação doutrinal e pastoral dos futuros sacerdotes. Além disso, obras como manuais de confissão e catecismos em línguas vernáculas ganharam relevância, contribuindo para a instrução básica tanto de clérigos quanto de fiéis.⁵

Em relação aos locais de culto, não havia qualquer reverência por estes, neles se tratava de negócios em voz alta, como se tratasse de praças públicas. Durante as celebrações os homens discutiam, falavam e passeavam. Das igrejas faziam-se salões de baile, chegando-se até a malhar cereal no interior destas, transformando-as em casas de escândalo e horror. O culto era muito pobre, não se verificando muito cuidado litúrgico, até mesmo pelo Santíssimo Sacramento que muitas vezes era guardado em lugares impróprios.⁶

Durante o século XVI criaram-se e preceituaram-se muitas festas, porém muitas vezes os dias dos santos apenas serviam para dar o nome às festas, servindo de pretexto para divertimentos menos lícitos, comédias, jogos, ou seja, um paganismo rotulado de divino.⁷

A reforma litúrgica tridentina exigiu a uniformização das celebrações, com ênfase na centralidade da Eucaristia. Além disso, o fortalecimento do culto ao Santíssimo Sacramento foi

³ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 35; 43.

⁴ cf. Fernandes; Maria de Lurdes Correia, «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», em *História Religiosa de Portugal* (Mem Martins: Círculo De leitores, dezembro de 2000), 25–26.

⁵ cf. Fernandes; Maria de Lurdes Correia, 32–33.

⁶ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 27.

⁷ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 39.

promovido com práticas como a Adoração Perpétua, restaurando a reverência pelos espaços sagrados.⁸

No que respeita às congregações religiosas, constata-se neste século um afastamento dos conventos e abadias da sua finalidade inicial, pois a nobreza colocou-os em proveito próprio para lá colocar os filhos, tornando as abadias uma espécie de “hotéis” para alojar a nobreza ou então numa espécie de hospitais, onde eram abrigados os aleijados e cegos, ou seja, deixou de se ter em conta a vocação à vida religiosa como critério e fundamento das congregações. Muitas freiras eram obrigadas pelos pais a entrar nos conventos excedendo por vezes a capacidade destes e muitas vezes a clausura não era respeitada.⁹

O Povo de Deus ia observando o proceder dos seus bispos e sacerdotes, causando uma aversão considerável contra o clero e os frades, contra bispos mundanos que se empenhavam mais na arte militar, que no cuidado pastoral do Povo de Deus, fazendo aumentar a apostasia.

Numa Igreja envolta em trevas, um pouco por toda a Europa e particularmente na Alemanha a doutrina proposta por Lutero¹⁰ vai penetrando no Povo de Deus corrompido, sendo aclamado pelo Povo, que o irá considerar santo e profeta, perpetuando-se as posições propostas por Lutero, mesmo após a sua morte, tornando-se mesmo esta doutrina fonte de novas heresias que levariam à negação de alguns princípios fundamentais da fé cristã: a fé como elemento fundamental do cristão; a Igreja como intérprete da Escritura e a Tradição, nomeadamente assente no contributo dos Padres da Igreja, do magistério papal e dos concílios.¹¹

A questão das indulgências foi uma questão de grande peso na Igreja do século XVI, tendo a sua base numa questão fundamental, o pecado, ou seja, se alguém acredita em Deus e não cumpre a sua vontade, entra em pecado, necessitando do perdão de Deus, sendo a Igreja Católica o mediador entre Deus e o Homem pecador.¹²

A Igreja possui as chaves do reino dos céus. Os fiéis viviam subjugados ao medo do juízo final, até mesmo as pregações dos clérigos iam nesse sentido, mostrando Deus como

⁸ Fernandes; Maria de Lurdes Correia, «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», em *História Religiosa de Portugal* (Mem Martins: Círculo De leitores, dezembro de 2000), 40–42.

⁹ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 22; 37.

¹⁰ Não sendo objeto do nosso trabalho a reforma protestante, mas apenas um elencar os precedentes da História da Igreja que culminam no Concílio de Trento, se se quiser aprofundar a reforma protestante e, nomeadamente a figura de Martinho Lutero, como seu grande protagonista, veja-se esta obra: Carreira das Neves e Noémia Mendes Lopes, *Lutero: palavra e fé*, 1ª ed, Biblioteca do século 38 (Lisboa: Presença, 2014).

¹¹ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 45.

¹² cf. Neves e Lopes, *Lutero*, 128–29.

alguém sentado numa espécie de tribunal a julgar os que tinham como destino final a vida eterna e os que iam para o castigo eterno. Os fiéis colocavam então a pergunta: estarei eu preparado para o juízo final? estou purificado para poder entrar no céu?

Durante a Idade Média o termo «Penitência» era sinónimo de «arrependimento», ou seja, fazer penitência significava praticar uma vida de sacrifício, imitando Jesus Cristo na sua Paixão. Esta prática levaria a uma purificação que possibilitaria a entrada no céu.

Esta espécie de jogo de Penitências chegou ao extremo de, sobretudo na Alemanha, se converter a penitência por dinheiro ou pagar a outra pessoa para cumprir a pena pelo penitente. Este progressivo desvio do verdadeiro sentido da penitência, chegou ao Papado, que viu nas indulgências uma fonte de receitas, sendo Bonifácio VIII o primeiro dos Papas a proclamar uma indulgência, em 1300, para aqueles que visitassem o túmulo dos apóstolos Pedro e Paulo durante quinze dias. No contexto do Papado da Renascença verifica-se o estabelecimento da remissão dos pecados convertida em dinheiro, naquilo a que se chamou o Sagrado Comércio. Os papas emitiam cartas pessoais com a indulgência para determinada pessoa, tornando-se o penitente senhor dessa carta que poderia ser usada uma vez na vida, bastando entregá-la ao confessor, ou seja, a graça de Deus conferida pelo sacramento, passa a ser um direito e não um Dom.¹³

Martinho Lutero, monge e clérigo alemão cuja visão teológica consistia num máximo respeito pelo sacramento da confissão, considerando o pecado com violência, medo e drama, ou seja, numa ideia de justiça punitiva de Deus, vai opor-se a este «comércio de indulgências». O auge da revolta de Martinho Lutero, dá-se no contexto da construção da Basílica de São Pedro em Roma, em que o Papa, necessitando de receitas para esta obra grandiosa, concedeu quatro privilégios ligados à indulgência: a remissão plenária e perfeita de todos os pecados; a receção, por parte dos penitentes, de uma carta através da qual podiam escolher o confessor; a participação da comunhão dos santos e o alívio dos sofrimentos das almas do purgatório dos seus familiares.¹⁴

Lutero, escandalizado, decidiu afixar as célebres 95 teses contra as indulgências na porta do castelo de Wittenberg, no dia 31 de outubro de 1517. O que o animava era o verdadeiro desejo de nada dizer que não fosse conforme ao que era ensinado pela Igreja e pelos seus doutores.

¹³ cf. Neves e Lopes, *Lutero*, 128–33.

¹⁴ cf. Neves e Lopes, *Lutero*, 136.

Nessas 95 teses¹⁵, Lutero afirmava que a vida do cristão deve ser um contínuo arrependimento (1ª tese) e que este não se limita ao sacramento da penitência administrado pelos sacerdotes (2ª tese). O verdadeiro arrependimento deve transformar a vida do fiel (3ª tese) e perdurar até a morte (4ª tese). Lutero punha em causa a autoridade do papa para perdoar pecados além dos que Deus já havia perdoado (6ª tese) e negava que o papa tivesse poder sobre as almas do purgatório (22ª tese).

Lutero denunciava o comércio de indulgências, afirmando que estas não garantem o perdão dos pecados (21ª tese) e que os pregadores que o afirmavam estavam a enganar o povo (24ª tese). Este monge agostinho criticava a ideia de que uma moeda caída no cofre libertava uma alma do purgatório (27ª tese), argumentando que apenas Deus pode conceder o perdão, destacando que o verdadeiro arrependimento leva à mudança de vida e que a indulgência pode até afastar os fiéis do temor de Deus (49ª tese).

O reformador ensinava que é melhor ajudar os pobres e praticar boas obras do que comprar indulgências (43ª tese) e que o papa deveria preferir gastar o seu dinheiro para ajudar os necessitados em vez de arrecadar fundos para a construção da Basílica de São Pedro (50ª-51ª teses). Além disso, Lutero rejeitava a noção de que as indulgências fossem um tesouro da Igreja, afirmando que o verdadeiro tesouro é o Evangelho (62ª tese).

Lutero criticava severamente os pregadores que promoviam as indulgências em detrimento da pregação da Palavra de Deus (53ª tese) e afirmava que confiar na salvação por meio de indulgências era um erro (32ª tese), questionando a razão pela qual o papa não libertava todas as almas do purgatório por amor, em vez de exigir dinheiro (82ª tese), e denunciando o enriquecimento da Igreja à custa dos fiéis.

Lutero concluía afirmando que a verdadeira segurança do cristão não estava nas indulgências, mas na fé em Cristo.

Lutero e Zwinglio, seu seguidor pregavam ao povo uma religião que denominavam “Evangelho puro”, acabando por rejeitar as crenças e as práticas tradicionais, argumentando contra a autoridade da Igreja, porque esta não aceitava reformar-se como estes queriam. O mundo estava em condições de aceitar a reforma protestante, motivado pelas lutas do papado contra o império, o cisma da Alemanha e o grande cisma do Ocidente, também as feridas que a hierarquia da Igreja apresentava e o estudo que se ia fazendo de autores protestantes.

¹⁵ cf. Neves e Lopes, *Lutero*, 139–46.

As principais afirmações protestantes fixaram-se na contestação da autoridade do Papa, do sacramento da penitência, da noção do pecado original, do efeito das boas obras, da invocação dos santos, das leis da Igreja, do celibato eclesiástico, do sacrifício da missa, da presença real de Cristo na Eucaristia e na valorização da presciência divina e da doutrina da Santíssima Trindade. Os protestantes proclamaram a Sagrada Escritura como única regra de fé, só ela sendo legítima fonte de autoridade e só a ela se devendo obedecer. O protestantismo negava ainda o livre arbítrio do homem, afirmando que apenas a fé nos justifica e que as nossas obras em nada contribuem para a justificação, basta ter fé, assim reduzindo também o lugar da Graça Sacramental. ¹⁶

Na Inglaterra, Henrique VIII promoveu também uma Reforma, rompendo com o Papa Clemente VII, porque o papa se opunha ao repúdio de Catarina de Aragão, com quem Henrique VIII tinha estado casado durante dezoito anos, para se casar Ana Bolena acabando por ser excomungado pelo Papa, o que por sua vez levou a que o monarca se revoltasse contra a Igreja. Mediante o Ato de Supremacia, de 1534, o rei autoproclamou-se cabeça suprema da Igreja de Inglaterra, podendo assim realizar o seu desejo.¹⁷ Proclamou a independência da Igreja anglicana relativamente a Roma, declarando-se único e supremo chefe da Igreja de Inglaterra, mandando decapitar, enforcar e esquartejar os cristãos da Igreja Católica Romana, numa cruel ferocidade contra monges, freiras, simples sacerdotes e fiéis de todas as idades e sexo. Os seus sucessores continuaram esta chacina à Igreja Católica Romana, a Missa foi abolida, as imagens partidas, todo o catolicismo foi eliminado, muitas vezes a preço de sangue de muitos cristãos. Na segunda metade do século XVI surge o Anglicanismo na Inglaterra, uma mistura de calvinismo com a hierarquia, disciplina e liturgia católica.¹⁸ A liturgia permaneceu formalmente quase católica, mantendo-se a estrutura hierárquica e feudal da Igreja, verificando-se posteriormente uma divisão entre a alta Igreja de tendência católica e a baixa Igreja, de tendência calvinista.

Na Igreja anglicana o rei de Inglaterra é o chefe, seguindo-se o arcebispo da Cantuária. À semelhança da Igreja Católica é uma igreja episcopal e divide-se em dioceses ao cuidado de um bispo e em paróquias guiadas por um pároco, sendo o culto oficial guiado pelo Livro de Oração Comum. O papa Leão XIII, no ano de 1880 declarou ali interrompida a sucessão

¹⁶ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 51–53.

¹⁷ cf. José Luis Vázquez Borau, *Las iglesias cristianas: católica, ortodoxa, protestante y anglicana* (Editorial San Pablo, 2003), 139.

¹⁸ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 54–57.

apostólica, pelo que os bispos e sacerdotes anglicanos não são lícitamente nem validamente ordenados de acordo com a Igreja católica romana.¹⁹

Vemos que toda a renúncia à fé católica, na Alemanha e Inglaterra, leva a uma destruição de todos os vestígios da religião católica romana, um clima de destruição, como que um incêndio que tudo destrói à sua passagem, incêndio este que se alastrou também ao continente, causando também muitos estragos.

França ao sentir todos os perigos que a cercavam, principalmente sendo esta nação filha primogénita da Igreja, criou uma associação que tinha como objetivo defender o reino e a religião, pois sentiu ameaçado o seu estado civil e religioso, cuja direção foi confiada do Duque de Guise.

Criou-se uma tensão, em França, entre a Igreja protestante, nomeadamente a calvinista e a Igreja Católica Romana, o que levou Henrique IV, primeiro chefe calvinista, a cercar Paris, que levou a uma terrível fome em toda a França. Porém Deus compadeceu-se do Povo Francês e converteu o coração de Henrique IV, que acaba por abraçar o catolicismo em 1593, conservando assim a sua religião católica, sendo que o catolicismo podia ser ali exercido em toda a parte e o calvinismo em locais determinados.²⁰

Pelo que fomos elencando acerca do estado religioso do século XVI, poderíamos afirmar que este século foi entendido como um século de crise, porém foi também um século de saída dessa crise, sendo também o século em que se registaram maiores iniciativas e santos mais notáveis e grandes figuras como por exemplo: Erasmo, Barónio, Belarmino, Duperron, Gregório XIII, Xisto V, Suarez, Vasquez, Molina, Vasco da Gama, Fernando de Magalhães e Camões.²¹

Neste século floresceram novas congregações religiosas, novas ou reformadas como resposta aos desafios deste século, como por exemplo a ordem dos somascos para a instrução dos ignorantes e o cuidado das crianças abandonadas; a das ursulinas, para a educação de meninas e donzelas; a dos padres do Oratório para a santificação das almas; a companhia de Jesus por Inácio de Loyola; a dos irmãos de São João de Deus, fundada por um português de Montemor e também a das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e de Santa Luiza de Marillac.²²

¹⁹ cf. Vázquez Borau, *Las iglesias cristianas*, 140.

²⁰ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 59–60.

²¹ cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 61.

²² cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, 66.

A obra da reforma fez também surgir no seio da Igreja muitos Santos: São Francisco Xavier, São Carlos Borromeu, São Francisco de Sales, Santa Teresa de Jesus, o Papa S. Pio V, São Bartolomeu dos Mártires, etc, prova viva de que Deus não abandonou a Igreja neste século XVI.

O protestantismo além de uma separação de Roma, significou também uma nova interpretação do Cristianismo, introduzindo elementos considerados prejudiciais à disciplina, ao dogma e à piedade, daí que a resposta da Igreja Católica tenha tido de ser ampla através do Concílio de Trento que irá procurar reformar a Igreja Católica e responder à reforma protestante. Em seguida focar-nos-emos no Concílio de Trento, cujos antecedentes já foram explicitados, e particularmente na sua implementação em Portugal.

1.2 A presença portuguesa em Trento

O movimento protestante, como já referimos, durante o pontificado de Clemente VII constituiu um sério desafio à Igreja, à qual foi necessário dar resposta rápida e ponderada. Clemente VII mostrou-se durante os primeiros anos do seu pontificado com uma precaução exagerada, o que o levou a perder boas ocasiões de implementar medidas de fundo. Paulo III, que lhe sucedeu, tomou medidas logo desde o início do seu pontificado, defendendo que a abertura de um concílio era algo que se impunha considerando que esta seria a maneira de conseguir um maior consenso de sensibilidades.²³

A exigência de reforma na Igreja provinha da maioria dos países da Europa, de tal forma que Paulo III, em 1536, escolheu uma comissão pontifícia, que elaborou um parecer sobre a reforma fazendo uma análise abrangente sobre a situação da Igreja e propondo uma reforma. Em 1537, Paulo III informou inclusivamente o monarca português, D. João III, das dificuldades que tinha em abrir o concílio e o monarca mostrou-se solícito a esse propósito, considerando-o como a instância mais adequada para responder às dificuldades da Igreja. Também a D. João III interessava resolver a questão luterana, pois, casado com Catarina de Áustria, irmã de Carlos V, pretendia refazer a unidade política com as terras germânicas, pois em Portugal a reforma protestante ainda era pouco sentida.²⁴

²³ cf. Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta», *Lusitânia Sacra*, n.º 3 (janeiro de 1991): 12–15, <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1991.8065>.

²⁴ cf., Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta», 15.

No que diz respeito a questões como a clarificação teológica, disciplinar e moral, o monarca português foi mais reticente, pois temia que uma nova doutrina e novas orientações disciplinares pudessem afetar costumes e causar abusos que podiam ter efeitos na coroa portuguesa.

Em Portugal, os assuntos eclesiásticos estavam diretamente ligados à coroa, que procurava que o espiritual fizesse parte da vida do povo, para promover o seu bem-estar, ainda assim, o exercício do múnus episcopal era exercido com dificuldade muito devido a alguns obstáculos provenientes da cúria romana, que concedia isenções aos mosteiros, ordens mendicantes, cabidos e outras pessoas singulares, o que dificultava a pastoral do Bispo. Outras dificuldades provinham do rei e outros senhores que se valiam do direito do padroado, intervindo em questões espirituais.²⁵

Em Roma, procurou definir-se a natureza do concílio que a Igreja era então chamada a assumir, que não seria a representação da totalidade dos crentes, mas a assembleia dos bispos reunida sob a autoridade do Papa, sendo do Pontífice que o concílio recebia autoridade, pois toda a autoridade, quer dos cardeais, quer dos bispos no governo pastoral lhes advinha do Papa. Tendo em conta os inúmeros benefícios que muitos tinham do Papa, os reis muitas vezes dificultaram a participação dos bispos no concílio, pois os próprios reis tinham jurisdição de muitas áreas eclesiásticas.

Assim sendo, o rei de Portugal propôs a Paulo III, enviar apenas uma representação com bispos e especialistas, proposta que o rei foi rejeitando, porém D. João III vai apresentando argumentos, nomeadamente a saúde precária dos prelados e acaba apenas por enviar três teólogos: Frei Jorge de Santiago (? — Angra, 26 de outubro de 1561), que era Inquisidor do Santo Ofício; Frei Jerónimo de Azambuja (1505 — Lisboa, janeiro 1563), prior do convento da Batalha e Frei Gaspar dos Reis, mestre em teologia, todos eles da ordem dominicana. A estes junta-se o Bispo do Porto, Baltazar Limpo (Moura, fim do séc. XV – 1558) da ordem dos Carmelitas, que decidiu estar presente no concílio em primeiro lugar por obediência ao Papa, mas também no sentido de trabalhar pelo bem da Igreja, cumprindo o mandato do Rei de Portugal.²⁶

Na segunda fase do concílio, já no pontificado de Júlio III, fez-se de novo uma convocação de todos os patriarcas, arcebispos, bispos e abades, advertindo o poder civil para que cooperasse com aquele apelo. D. João III propôs ao Santo Padre, através do embaixador D.

²⁵ cf. Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta», 16.

²⁶ cf. Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta», 28.

Afonso de Lencastre, que dos seus prelados apenas se escolhessem três ou quatro para irem à segunda fase do concílio: o bispo do Algarve, o bispo de Angra, o bispo de Lamego e o mestre Gaspar. Roma aceitou esta proposta do Rei, mas acabou por apenas estar presente na segunda fase D. João de Melo e Castro, bispo de Silves. Devido à guerra, os trabalhos do concílio foram suspensos a 24 de abril de 1552.²⁷

A terceira fase do concílio iniciou-se dez anos depois, a 18 de janeiro de 1562, sendo que nessa ocasião a presença portuguesa foi mais visível, nomeadamente através do arcebispo de Braga, São Bartolomeu dos Mártires, que foi o primeiro prelado a chegar a Trento no dia 18 de maio de 1561. Importa apresentar a síntese do contributo português nas três fases do Concílio de Trento.

No primeiro período são de destacar as importantes intervenções de Baltazar Limpo, que se mostrou teologicamente preparado, principalmente no debate acerca da justificação. Em relação à questão da residência dos bispos nas dioceses afirmou a necessidade de tratar estes assuntos com clareza de modo a efetivar realmente a residência dos Bispos junto do Povo de Deus a eles confiado e não apenas algo aparente. Em relação à deslocação do concílio para Bolonha, este prelado reforçou que a base do concílio é a sua unidade e que pouco importa o local.²⁸

O contributo português foi também relevante numa outra área importante relacionada com os benefícios eclesíasticos, afirmando os teólogos portugueses:

Os nossos comerciantes trazem escravos de Calcutá e S. Tomé; nada consta que sejam prisioneiros de guerra ou de qualquer outra escravidão permitida; não são escravos mouros ou etíopes há muito tempo batizados e, no entanto, não conhecem o credo, nem o pai-nosso. São escravos cristãos, são vendidos de novo; possuem nomes que se costumam dar aos cães; e na testa levam um sinal gravado pelo fogo. São considerados como animais, pelo que não é de estranhar que desprezem o batismo, por vezes suicidam-se ou fogem com os sarracenos. Outros que ainda não estão batizados, dizem: para que nos iremos converter, se nos insultam, chamando-nos cães ou sarracenos? Nas Índias Ocidentais, informa Gaspar dos Reis, dão-se batismos em massa, com aspersão de água benta, sem que haja qualquer tipo de catequese a precedê-lo. O caso dos judeus continua a ser vergonhoso.²⁹

Na segunda fase do concílio, a intervenção portuguesa não teve expressão considerável.

²⁷ cf. Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta» 29–31.

²⁸ cf. Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta», 35.

²⁹ Hubert Jedin, *Geschichte des Konzils von Trient* (Freiburg: Verlag Herder, 1957), 130–31.

Na terceira e última fase revelaram-se muito ativos o Bispo de Coimbra, D. João Soares, e o arcebispo de Braga, São Bartolomeu dos Mártires. Frei Bartolomeu teve intervenção nas várias questões tratadas, que vieram a ter uma maior relevância pelos padres conciliares, principalmente no que diz respeito à formação sacerdotal: a obrigação do clero com cura de almas a ser residente e também a ser mais preparado para as funções pastorais³⁰, destacando-se assim o seu papel relevante na questão da formação sacerdotal que, pelos decretos tridentinos posteriormente elaborados, podemos afirmar que ter sido uma questão bastante relevante. Assim sendo o arcebispo bracarense teria também um papel relevante na questão da residência dos Bispos na sua diocese, que é considerada de direito divino. Esta questão, apresentada por Frei Bartolomeu, foi uma das mais polémicas do Concílio, pois implicava a redução de benefícios eclesiais pela acumulação de paróquias e dioceses. Juntamente com o arcebispo de Granada, diz-se terem sido estas duas figuras os dois grandes protagonistas desta terceira fase.

Tendo por base a sua obra *Stimulus Pastorum*, o arcebispo de Braga deu o seu contributo na discussão do ideal de Bispo pós Trento, propondo que o Bispo não devia ter mais que mil ducados anuais, o que causou discórdia por parte dos seus colegas presentes em Trento. Carlos Borromeu seguiria estes princípios, porém as corrupções neste século voltariam mais tarde a fazer da figura do bispo, o príncipe da Igreja.³¹

1.3 Receção do Concílio de Trento em Portugal

O concílio de Trento, que durou cerca de dezoito anos, permitiu que fossem sistematizadas as bases essenciais da Igreja, nomeadamente no que respeita a doutrina e permitiu compor um programa de reforma interna na Igreja, que se centrou na figura do Papa, bispos e clero, sendo que as normas tridentinas funcionariam como o pilar da religiosidade e as linhas de configuração do clero durante trezentos anos.

Durante três séculos foram estruturadas instituições religiosas e políticas, a que correspondeu uma modernização do mundo católico da Europa. Os decretos de Trento foram aprovados pela bula *Benedictus Deus* de 26 de janeiro de 1564, publicada a 30 de junho desse

³⁰ cf. Fernandes; Maria de Lurdes Correia, «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade», em *História Religiosa de Portugal* (Mem Martins: Círculo De leitores, dezembro de 2000), 22.

³¹ cf. Barbosa, David Sampaio, «Portugal em Trento: Uma presença discreta», 37–38.

ano. Permanecendo alguma controvérsia em relação às decisões de Trento, manteve-se a supremacia da autoridade Papal, que neste concílio ficou bem definida. Ao reforço da autoridade do Papa juntou-se também o papel dos muitos núncios, que tinha como objetivo aplicar o que fora definido em Trento. Para dar resposta a algumas dúvidas que iam surgindo, o Papa Pio IV, criou a Congregação do Concílio sendo assim possível ir aplicando, mesmo que muito lentamente, os decretos conciliares. Para esta implementação foi imprescindível a publicação da nova edição da Bíblia (1593), o Pontifical Romano (1596) e o Cerimonial dos bispos (1600).³²

Este tempo de renovação assentou fundamentalmente em quatro pontos essenciais: a reorganização da doutrina católica e da Igreja a partir de Roma; a interação entre a política e a religião; o disciplinamento e vigilância da experiência religiosa e do comportamento dos fiéis; e encontro entre o catolicismo europeu e o resto do mundo, pois as decisões ali tomadas tiveram um enorme impacto em África, na Ásia e na América. O Concílio de Trento foi também importante para a renovação das ordens religiosas, o que incluiu a criação de algumas novas, como a Companhia de Jesus, assim como a difusão de algumas confrarias de leigos, cuja participação na vida da Igreja foi fundamental.³³

No que diz respeito à doutrina do pecado original e da justificação, assim como dos sacramentos, o concílio demarcou bem a posição da Igreja Católica Romana, evidenciando-se a diferença em relação aos luteranos.

Em relação ao nível do funcionamento da Igreja como instituição, foi elevado o poder papal, ao reorganizar as estruturas de atuação deste, assim como a formação de bispos que sustentassem um episcopado com jurisdição sobre as dioceses, capaz de exercer a vigilância e executar penas sobre eclesiásticos e leigos.

O Concílio de Trento teve também um enorme e fundamental impacto sobre o clero secular, destacando-se nesse contexto: a obrigatoriedade de residência dos clérigos junto do povo de Deus a eles confiado; a impossibilidade de acumular benefícios ; a afirmação do clérigo com “cura de almas” , que se distinguisse dos leigos quer pelo seu comportamento, quer pelo seu traje, quer pela sua formação, daí que se criem Seminários e universidades para uma sólida

³² cf. António Camões Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, com Seminário de História Religiosa Moderna, e Universidade Católica Portuguesa., I, Estudos de história religiosa 17 (Centro de Estudos de História Religiosa, sem data), 13–15.

³³ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos* , I, 16.

formação do clero; e o recrutamento dos padres pelo Bispo responsável por vigiar o seu comportamento e fazer as devidas provas.³⁴

Este concílio teve também um papel importante relativamente ao papel dos leigos na Igreja e à sua necessária formação, pois se via como necessidade urgente que as populações aprendessem e assimilassem um credo. Para esse efeito foi fundamental a catequese, a pregação e as missões, vincando a dimensão da mediação clerical no acesso do crente à Escritura. Como era necessário que os crentes voltassem à prática frequente dos sacramentos, especialmente da Eucaristia e da Reconciliação entendeu-se que era necessário purificar a liturgia para que se separasse o sagrado do profano, daí surgirem neste século XVI muitas manifestações de piedade popular, se embelezassem os templos, se intensificasse o culto dos santos e das relíquias, assim como outras devoções como o rosário, lausperene, etc.³⁵

Em relação à aplicação do Concílio de Trento em Portugal é importante referir as diferenças que se verificavam em Portugal, quer ao nível das dioceses, por exemplo a diferença de uma diocese maior para uma pequena diocese no interior, quer ao nível do território que se encontrava sob a jurisdição do Padroado português, como Goa e outros territórios.³⁶ Assim sendo a aplicação conciliar em Portugal tem de ter em conta estas diferenças das diferentes geografias.

Os relatos da aplicação de Trento em Portugal são um pouco escassos, porém, no relatório que, em 1578/1579, Roberto Fontana, coletor apostólico, remeteu para Roma, podemos observar que as autoridades apostólicas não estavam satisfeitas com a aplicação do Concílio nas dioceses portuguesas, pois existiam muitas falhas, relatando-se: não se celebravam sínodos anualmente, como tinha sido prescrito em Trento; em relação aos Seminários para a formação de novos sacerdotes, só existia o de Braga, fundado pelo Arcebispo São Bartolomeu dos Mártires e mesmo assim o próprio sínodo provincial não tinha sido revisto; na maior parte das dioceses não existiam examinadores que inquirissem as qualidades daqueles que recebiam benefícios, como o Concílio estabeleceu; concediam-se ordens sacras a indivíduos que não possuíam qualquer formação; a Eucaristia era algumas vezes celebrada em casas particulares onde nem sequer havia oratórios condignos; ainda não existia uma tradução do Missal Romano, logo o mesmo não era utilizado; a maior parte dos bispos não tinha um penitenciário nas catedrais, conforme Trento havia prescrito.³⁷ Em relação às visitas pastorais, o panorama era

³⁴ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 17.

³⁵ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 18.

³⁶ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 22.

³⁷ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 22–23.

catastrófico: alguns dos bispos nunca tinham visitado a diocese pessoalmente, outros faziam-no de forma deturpada, roubando e sobrecarregando os fiéis com excomunhões .

Nas relações com o império, a situação era muito difícil, pois como o rei possuía todas as receitas, não disponibilizava o suficiente aos bispos, carecendo de meios para nomear vigários, para construir novas Igrejas e fazer visitas pastorais. Esta falta de recursos dificultava ainda a residência dos bispos na diocese.

No seu Relatório, Roberto Fontana aponta ainda para o facto do episcopado português não estar sob total domínio de Roma, tendo em conta que, desde o reinado de D. Manuel I, o monarca exercia também controlo sobre os bispos. Alguns deles, como é o caso de D. Teotónio de Bragança, bispo de Évora, queixaram-se da falta de apoio pontifício, acrescentando ainda as dificuldades colocadas pelas ordens militantes e os cabidos que limitavam a autoridade episcopal. Pelas razões que foram sendo apresentadas podemos afirmar que a dificuldade em implementar o Concílio não foram apenas responsabilidade dos prelados portugueses, tendo ali igualmente influência o poder régio e a autoridade romana, assim como alguns entraves colocados pelos beneficiários que limitavam a autoridade local dos bispos.³⁸

Na receção do Concílio de Trento em Portugal devemos ter em conta a ação do Tribunal da Inquisição, no seu papel de reforço da ortodoxia, no controlo ideológico e na censura do pensamento, que proibia também a publicação e circulação de alguns livros, entre eles várias versões da Bíblia, sendo rejeitadas todas as que Trento não havia aprovado.³⁹ Ao controlo das publicações juntou-se também o rigoroso recenseamento das obras que entravam em Portugal, procurando uma rigorosa vigilância religiosa que prevenisse e denunciasses qualquer suspeita de heterodoxia.⁴⁰

Ainda que a receção do Concílio de Trento em Portugal tenha tido as suas dificuldades, podemos afirmar que houve esforço dos prelados para que os decretos conciliares se fizessem aplicar, prova disso é o conjunto das constituições diocesanas que foram aprovadas durante o século XVI, dezassete ao todo, muitas delas incorporando já os decretos tridentinos, principalmente aqueles que se referiam à formação e ao comportamento do clero, destas constituições podemos destacar as constituições de Braga, Coimbra, Viseu, Évora e Lisboa.

³⁸ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 23–24.

³⁹ Para este assunto, não sendo o objeto desta dissertação, veja-se esta obra, que aprofunda a questão da inquisição: Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da inquisição Portuguesa, 1536-1821*, 1a ed (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013).

⁴⁰ cf. cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos* I:53–57.

Podemos afirmar que em Portugal a introdução dos decretos de Trento nas constituições sinodais, assim como o papel de controlo da Inquisição fizeram com que as determinações de Trento se tornassem um vulto em Portugal, quer a nível pastoral, quer a nível cultural e até ao nível da mentalidade dos portugueses. A publicação e aplicação dos decretos tridentinos faz de Portugal um veículo importante do concílio de Trento, não só dentro do país, mas também à escala global, ao nível das conversões realizadas na relação com outras culturas no Brasil, África e Oriente, como em seguida brevemente abordaremos.⁴¹

Em relação às regiões ultramarinas, como por exemplo aquelas que estavam sob o domínio do Padroado português e aos seus problemas concretos o Concílio pouco se deteve, focando-se mais em responder ao protestantismo, nomeadamente ao luteranismo e não podendo responder a um processo expansionista que se encontrava ainda, em larga medida, em curso. Ainda assim é louvável o esforço dos prelados portugueses na aplicação dos decretos de Trento fora da Europa. Em Goa, D. Gaspar de Leão promulga as Constituições daquele arcebispado, em 1568, incluindo já alguns dos decretos tridentinos. Como os decretos de Trento chegaram a Goa, estando já as constituições deste arcebispado quase definidas, foi necessário emendar algumas partes, nomeadamente em relação aos confessores, que segundo o Concílio deviam ser examinados pelos bispos para poder confessar, assim como a obrigatoriedade da existência de livros para registo de batismos, casamentos e óbitos em todas as paróquias.⁴²

No que respeita à celebração da Eucaristia, os decretos de Trento não mudaram a prática, que já estava instalada, de celebrar missa em qualquer lugar, quando o concílio determinava que só se podia celebrar nas Igrejas paroquiais, também no que se refere ao Matrimónio cujas práticas locais não estavam de acordo com os decretos tridentinos em vários aspetos tais como a idade dos noivos e o vínculo que pressupõe deveres conjugais. Verificava-se ainda um impedimento da parte dos senhores do acesso ao matrimónio aos escravos, quando o concílio o permitia a todos. Em algumas regiões verificavam-se ainda a rotulagem de infiel a alguém que tinha casado com várias mulheres, quando o concílio determinava a possibilidade de até esses se poderem converter ao cristianismo, com a exigência de se manterem casados com a atual esposa. Através do que fomos expondo em relação à situação religiosa em Goa e no Oriente em geral, podemos afirmar que o concílio de Trento chega a estas latitudes quando o cristianismo ainda está numa fase de adequação à cultura dos povos nativos. Assim sendo embora tenha

⁴¹cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 57–58.

⁴² cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 28–29.

havido algum esforço de aplicação com algum sucesso, este teve algumas barreiras grandemente marcadas pela cultura vigente.⁴³

Vejam agora a implementação deste concílio no Brasil. Trento precedeu a criação do bispado de Baía, que foi erigido em 1551. Ao contrário do que seria esperado, ou seja, que a diocese de Baía se modelasse pelos decretos de Trento, este só veio a ser aplicado no reinado de D. João V, no século XVIII. O bispo do Brasil, D. Pedro Leitão mesmo conhecendo os decretos que lhe foram enviados de Lisboa, não reuniu e aprovou as constituições sinodais diocesanas em conformação com Trento, porém não existindo muitas provas documentais, não se pode afirmar claramente a razão para a demora da aplicação de Trento no Brasil. Existem relatos de que os clérigos estariam sob a autoridade do bispo diocesano, como Trento indicava, porém no que respeita à formação destes a mesma só se verificaria efetivamente na segunda metade do século XVIII.⁴⁴

Algumas possibilidades para a tardia implementação de Trento no Brasil, prendem-se com o facto de, no Brasil que há pouco tinha sido conquistado, a coroa portuguesa tivesse mais interesse em verificar se os nativos teriam capacidade para ser escravos, nessa averiguação foram classificados como bestas e brutos, logo incapazes de apreender qualquer doutrina; por outro lado a extensão do território tornava insuficientes as estruturas diocesanas, quer a nível material, quer a nível humano. Outro aspeto, prende-se com o facto de os clérigos enviados ao Brasil serem teólogos e não canonistas, por isso o seu interesse prendeu-se mais com os problemas concretos das populações, que com a aplicação de decretos conciliares.⁴⁵

1.3.1 Frei Bartolomeu dos Mártires: intervenção na 3ª sessão do Concílio de Trento e preocupação com a formação do clero diocesano

1.3.1.1 A Ação Pastoral de Bartolomeu dos Mártires em Braga

Para que se possa perceber a intervenção do Arcebispo de Braga no Concílio de Trento, importa conhecer a sua ação pastoral em Braga antes do Concílio.

D. Frei Bartolomeu dos Mártires chegou a Braga e, pelo seu temperamento, por um lado muito zeloso pelas almas, mas por outro com grande necessidade de examinar a realidade para

⁴³ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 30–31.

⁴⁴ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 31–34.

⁴⁵ cf. Gouveia et al., *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*, I, 34–35.

daí tirar conclusões, procurou visitar as comunidades paroquiais, efetivando de tal forma essa visita que, passado um ano da sua chegada já tinha visitado grande parte do Arcebispado.

Frei Luís de Souza, seu biógrafo, descreve o modo como arcebispo fazia as suas visitas na arquidiocese procurando na simplicidade da vida e na humildade levar aos que lhe estavam confiados a Doutrina de Jesus Cristo, por vezes já tão deturpada pela falta de instrução dos pastores e do seu agir moral:

« Fim de Janeiro, tempo ventoso e frigidíssimo; deixou o abrigo e chaminés de seus paços e foi-se experimentar os maus caminhos e piores gasalhados das aldeas...se levantava pola manhã cedo e gastava um grande tempo em oração ...pedindo a Deus favor e ajuda pera aquele dia...consequentemente dizia missa, e, logo se assentava a crismar, e depois pregava doutrina acomodada à necessidade e capacidade dos ouvintes que achava ...a sua obrigação não era apenas castigar culpas e repreender vícios ...mas procurar por todos os meios possíveis que seus súbditos guardassem a lei de Deus e trabalhar por lhes levantar o coração a seu divino amor e afeiçoar-lhes as vontades à virtude.»⁴⁶

Através das visitas pastorais, Bartolomeu foi conhecendo os problemas reais das comunidades que se prendiam particularmente com a falta de clero que pregasse a palavra de Deus e a doutrina, facto mais notório em regiões como Trás-os-Montes, Chaves ou no Barroso. Foi-lhe inclusivamente desaconselhado visitar os lugares do Barroso, pois eram considerados selvagens, áridos, ávidos de alimentos e habitação, porém Bartolomeu dos Mártires empenhou-se para que nenhum lugar da arquidiocese, que no século XVI era muito vasta, ficasse fora da sua ação pastoral, que tinha como objetivo levar Jesus Cristo a todos, para maior glória de Deus.

Na região do Barroso constata que existem muitas almas que lhe eram entregues por Cristo e que pelo Seu sangue haviam sido redimidas e cuja missão do bispo era assistir, ensinar e governar. Junto deles percebeu a alegria deste povo que acorreu ao seu encontro e que, pela falta de doutrinação, os levava a afirmar grandes erros nesse campo como por exemplo o afirmar que a Santíssima Trindade era irmã de Nossa Senhora.⁴⁷ A estas almas simples o seu arcebispo levava a doutrina Cristã, pregando, crismando, sempre sem repreender. Ter o bispo junto de si, foi para as gentes do Barroso como que terem “um Deus do Céu”. Embora a ignorância e relaxamento fossem características quer do povo quer dos sacerdotes do Barroso, as almas puras inflamaram o coração do arcebispo.

⁴⁶ Frei Luís de Sousa, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Biblioteca de autores portugueses (Lisboa: INCM/Movimento Bartolomeano, 1984), 74.

⁴⁷ cf. José de Castro, *Venerável Bartolomeu dos Mártires: (Arcebispo e senhor de Braga)* (s.n.), 1946), 48.

Em relação ao clero bracarense, podemos afirmar que, em relação ao clero de outras partes do mundo cristão do século XVI, não era o mais desprimoroso, ainda assim existia entre os clérigos muita ignorância e, pior que isso, muitos vícios, que por sua vez levavam a uma falta de zelo pela salvação das almas.

No catecismo que Frei Bartolomeu dos Mártires escreveu, para auxílio na formação dos seus diocesanos, podemos aceder no prólogo a uma listagem das lacunas verificadas no contexto do clero bracarense, afirmando o arcebispo, que o pastor é obrigado a dar ao Povo de Deus a ele confiado três maneiras de pasto: o da doutrina; o do exemplo de vida e o da oração para que as ovelhas do Senhor cheguem aos pastos eternos.

Quanto ao pasto das orações afirma o arcebispo: «é o mais oculto, eles e Deus veem quão frios e negligentes são nisso»⁴⁸; quanto ao pasto de bom exemplo de vida: «todo mundo vê quantos há que, neste caso, mais cumprem o ofício de lobos que de pastores, quase forçando, com eficácia do exemplo de sua vida carnal, que as ovelhas também vivam carnal e perdidamente»⁴⁹; quanto à doutrina, Bartolomeu dos Mártires afirma que é o pasto mais fácil de dar, porém:

Quão negligentes são os abades, reitores e capelães ...se alguns dizem algumas palavras, são de maneira que nem pegam, nem fazem fruto, nem edificam as consciências, nem acendem faísca alguma de devação ou de bom propósito nos corações dos ouvintes; antes tão frios e distraídos se tornam, acabada a missa, como entraram na igreja ⁵⁰

Bartolomeu dos Mártires foi-se apercebendo da realidade da Igreja bracarense pelos relatórios que foi fazendo, aquando das visitas pastorais, que como já mencionámos seriam uma das bases do ministério deste arcebispo, que mais tarde levaria ao debate conciliar em Trento. As visitas pastorais permitiram ao arcebispo construir um panorama da arquidiocese de Braga e estariam na base das petições que o arcebispo levaria a Trento, porque, aliás, o panorama de Braga coincidia com o de tantas outras regiões da cristandade.

1.3.1.2 Petições

A partir da realidade bracarense, Bartolomeu dos Mártires elaborou um texto, a que deu o nome de *petições*- num total de duzentas e sessenta e oito - que englobavam amplas

⁴⁸ Frei Bartolomeu dos Mártires, *Obras completas: Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais* (Fátima: Movimento Bartolomeano, 1962), Proémio, escrito em português do século XVI.

⁴⁹ Bartolomeu dos Mártires, *Obras completas*, proémio, escrito em português do século XVI.

⁵⁰ Bartolomeu dos Mártires, proémio, escrito em português do século XVI.

perspetivas da reforma preconizada pelo arcebispo, que reclamava do Concílio um remédio para as dificuldades que a Igreja enfrentava. Procurava-se evidenciar através destas observações rigorosas os problemas em relação a estruturas e personalidades que, na Igreja necessitavam de reforma.

Afirma Bartolomeu dos Mártires: «Estas são as petições que me pareceu deverem ser apresentadas e consideradas atentamente no concílio de Trento, quando eu, Fr. Bartolomeu, Arcebispo de Braga, nele estive presente, no ano do Senhor de 1562.»⁵¹

As petições diziam respeito: ao Papa (3 petições), aos cardeais (3 petições), aos legados (4 petições), aos bispos (33 petições), às Igrejas catedrais (8 petições), benefícios e seus titulares (15 petições), sacerdotes (8 petições) , sacramentos – Batismo (3 petições); confissão (10 petições); Eucaristia (10 petições) e Matrimónio (5 petições), religiosos e religiosas (14 petições), Cúria, cartas apostólicas e funcionários da cúria (33 petições), Ofício dos Escrivães apostólicos (2 petições), ofício dos abreviadores (1 petição) , ofício dos solicitadores das letras apostólicas (5 petições); ofício dos Secretários (2 petições), penitenciária (8 petições) , rota e pleitos (15 petições), outros assuntos a deliberar (83 petições).Fixemo-nos naqueles que foram mais desenvolvidos no Concílio de Trento e que são mais relevantes para o nosso objeto de trabalho.

Nas petições que dizem respeito aos bispos, em relação às visitas pastorais e ao múnus de governar, ensinar e santificar, diz o arcebispo:

Que os bispos sejam obrigados a fazer eles próprios as visitas pastorais, a ministrarem a confirmação e só a pessoas idóneas a ordenação, nos períodos estabelecidos, e constituam pregadores regionais e catequistas que ensinem às crianças a doutrina cristã; não alienem os bens imóveis das suas igrejas, sob a ameaça de pena aplicada *ipso facto*, e, para este efeito, renove-se a constituição do Papa Paulo I; além disso, contratem por sua conta, se tiverem posses, professores que ensinem gramática. Ponham em prática o que foi estabelecido no concilio de Latrão: que os mestres escola das Sés ensinem os moços; que os professores ou mestres-escola ensinem também as normas do bom comportamento⁵²

A formação sacerdotal, dos pastores das comunidades e a futura conduta destes, também foi uma das grandes preocupações do Arcebispo de Braga, daí que algumas petições dissessem respeito a este assunto.

⁵¹ Introdução às petições» Oficinas Gráficas de Editora do correio do Minho «, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires: Estudos-Textos-Documentos* (Braga: Verdade e Vida, 1990).

⁵² Petições acerca dos bispos» Oficinas Gráficas da Editora Correio do Minho «, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires: Estudos-Textos-Documentos* (Braga: Verdade e Vida, 1990), Petição 5.

Nas petições que diziam respeito à formação sacerdotal afirmava Bartolomeu dos Mártires: «Não se conceda dispensa para que seja ordenado sacerdote um menor de vinte e cinco anos ou que não tenha instrução e sem que o ordinário saiba da integridade da sua vida por um documento que o prove.»⁵³

Em relação à conduta dos sacerdotes afirma o arcebispo:

Em certos casos os sacerdotes devem ser obrigados a celebrar e a confessar-se todos os meses; Que todos os clérigos usem barba rapada e vestes talaras; Que os sacerdotes não prestem serviço a ninguém em atividades menos decentes; Que os confessores não recebam nada dos penitentes.⁵⁴

1.3.1.3 Bartolomeu dos Mártires em Trento: intervenções relevantes

O arcebispo de Braga é descrito pelo historiador José de Castro, como «a personagem de maior relevo pela ciência e santidade, o maior condutor dos Padres conciliares, o teólogo eminentíssimo que em frases de Bronze, melhor soube reduzir a formas lapidares as ideias vitoriosas.»⁵⁵

Bartolomeu dos Mártires, levando como secretário o Dr. Pedro Guedes e mais alguns ilustres, partiu para Trento no dia 24 de março em 1561, chegando a 18 de maio, ficando pelo caminho em alguns conventos da sua ordem, a dos pregadores, como um simples frade. Devido à sua famosa eloquência, entre 250 bispos e 100 teólogos, foi eleito para integrar seis comissões, nelas se trataram os seguintes assuntos: o Index; a residência dos Bispos; e o julgamento do patriarca de Aquileia, acusado de heresia.⁵⁶

O Arcebispo de Braga falou quarenta e quatro vezes na 3ª sessão do Concílio de Trento, destacando-se entre as suas intervenções as que falam sobre a residência dos pastores junto das ovelhas, ou seja, que os padres e bispos deviam viver junto do povo a eles confiado, afirmando o arcebispo na intervenção de 11 de dezembro de 1563:

Queremos residir, mas rejeitamos os remédios para a residência. Na verdade, não queremos apascentar, mas ser apascentados, não queremos guardar as nossas esposas, mas fugir delas e fruir do seu dote. Realmente, com as nossas obras, mostramos que, quando contraímos o nosso

⁵³ Petições acerca dos sacerdotes e dos sacramentos» Oficinas Gráficas da Editora Correio do Minho «Petição 1.

⁵⁴ Petições acerca dos sacerdotes e dos sacramentos « Oficinas Gráficas da Editora Correio do Minho « Petições 2, 3, 5, 7.

⁵⁵ Castro, *Venerável Bartolomeu dos Mártires*, 54.

⁵⁶ cf. Castro, *Venerável Bartolomeu dos Mártires*, 57.

matrimónio espiritual, tínhamos os olhos apenas no dote e não na esposa...os bispos têm, por direito divino, obrigação de residir, pois Deus ordenou àqueles que não querem ser chamados mercenários que vão à frente das suas ovelhas e as chamem cada uma pelo seu nome e ouçam a voz delas e se tornem de coração modelos do rebanho.⁵⁷

O Arcebispo Bracarense aponta claramente como colunas fundamentais da reforma na Igreja, o episcopado (eleição / residência / visitas pastorais) e a formação do clero. Este arcebispo não vacilou quando se tratou de afirmar e definir a residência dos bispos como direito divino, pedindo mesmo que se decretassem penas pesadas para aqueles que recusassem cumprir.⁵⁸

1.3.1.4 A Formação Sacerdotal: um eixo fundamental do ministério de Bartolomeu dos Mártires

A formação sacerdotal foi desde sempre uma grande preocupação do Arcebispo, tanto pelo que já referimos anteriormente, o contexto bracarense em que o clero era pouco instruído e pouco virtuoso e também porque se considerava que essa realidade se estendia por toda a cristandade do século XVI, daí também algumas das petições do Bracarense se relacionarem com este assunto: a formação de sacerdotes que encaixasse no seu “ideal”.

A partir do seu lema episcopal: *Nolite conformari huic saeculo – Ardere et Lucere*, podemos claramente afirmar que Bartolomeu dos Mártires jamais procurou ficar acomodado ao estado eclesial do seu tempo, principalmente ao dos clérigos, batendo-se por isso pela reforma dos seus clérigos, procurando voltar a um ideal sacerdotal que se assemelhasse ao dos Apóstolos, que procuraram, ao mandato de Jesus, levar os Homens ao encontro do Senhor Jesus, procurando servir e não ser servidos.

No catecismo que o arcebispo escreveu para instrução dos fiéis, debruçou-se acerca da missão dos sacerdotes, do que Deus espera deles a favor do seu povo:

Ordenados no sagrado Sacerdócio, lembro que conheçais a alteza do vosso grau e officio. Sois alevantados sobre o povo cristão como mestre e capitães do exército de Cristo, médicos das almas, dispenseiros dos mistérios de Deus, legados de Deus ao Mundo, medianeiros entre Deus

⁵⁷ Intervenção de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, na 3ª sessão do Concílio de Trento, no dia 11 de Dezembro de 1562, Oficinas Gráficas da Editora do Minho «, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires: Estudos-Textos-Documentos*, 495; 499.

⁵⁸ cf. Artigo de Frei Raul de Almeida Rolo, Op, intitulado «o Bracarense Padre Conciliar» Movimento Bartolomeano, *IV Centenário da Morte de D.Frei Bartolomeu dos Mártires: Congresso Internacional - Actas* (Fátima, 1994), 302.

e o povo, ministros da reconciliação dos homens com Deus, tesoureiros das riquezas celestiais, estrelas do mundo escuro, Anjos de Deus, de cuja boca os outros hão de requerer a ciência da salvação. Vós sois os espelhos que outros hão de ver.⁵⁹

Considerando que o clero, no século XVI, e particularmente na arquidiocese de Braga, não colocava o serviço ao Povo de Deus em primeiro lugar, advertia o arcebispo:

...se vosso zelo respondesse ao ofício não haveria tanta dissolução nos leigos, não andariam as ovelhas de Cristo tão fora do caminho do Céu...andais com as mãos metidas nos vasos sagrados...nos sacramentos, no Corpo e Sangue do Filho de Deus, e com as mesmas mãos tratais cousas torpes, cousas nefandas...ó horrentíssimo sacrilégio.⁶⁰

Podemos sintetizar três ideias fundamentais que indicam o ideal do sacerdócio de Bartolomeu dos Mártires e que têm como base a dignidade do Sacerdócio e o zelo necessário para o cumprimento da missão pastoral que lhes era confiada: a ciência, o exemplo de vida e o zelo pastoral.⁶¹

A partir do ideal do sacerdócio, que entendia como o mais adequado à realidade bracarense, o arcebispo iria, ainda antes de estar em Trento e de pôr em prática os cânones aí estabelecidos acerca da formação sacerdotal, procurar incrementar uma adequada formação dos futuros clérigos de Braga, pois muitos chegavam ao sacerdócio sem sequer terem tido aulas de gramática, o que leva o arcebispo a constatar que na sua arquidiocese existia muita falta de clero capaz de pregar e confessar.

Bartolomeu dos Mártires, constatando que na sua arquidiocese não existia uma instituição para a formação dos candidatos ao sacerdócio de forma disciplinada, pensou em criar um Seminário, porém os cabidos bracarenses opuseram-se afirmando que nessa província existiam colégios e escolas, em que podiam ser ensinados princípios, Artes, Gramática, Casos e Canto. Apesar disso, D. Frei Bartolomeu apoiaria três estruturas de formação para o clero e para o Povo: o colégio de São Paulo, as cátedras de casos em Braga e em Viana e o núcleo do Seminário no próprio Paço.

O colégio de São Paulo foi criado por D. Diogo de Sousa em 1531, sendo para ele convocados os melhores professores do reino, atingindo o seu esplendor em 1539, tendo sofrido um esmorecimento acentuado, situação com que Bartolomeu dos Mártires seria confrontado aquando da sua chegada a Braga. Tendo um bom apreço pelos padres da Companhia de Jesus,

⁵⁹ Bartolomeu dos Mártires, *Obras completas*, tít. VII.

⁶⁰ Bartolomeu dos Mártires, *Obras completas*, VII.

⁶¹ cf. Raúl de Almeida Rolo, *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires* (Movimento Bartolomeano, 1964), 164.

o arcebispo trespassou para esta congregação o colégio e suas rendas. Durante cento e noventa e nove anos, este Colégio prestaria um excelente contributo à cultura bracarense.⁶²

Ali se ensinavam as primeiras letras e além disto também existia: um curso de humanidades e latim que se dividia em três classes; um curso de artes; uma cadeira de casos de consciência para os clérigos e uma cadeira acerca da teologia de São Tomás.

O arcebispo Bartolomeu dos Mártires, pelo seu sentido pastoral deu uma enorme importância à moral prática do clero bracarense, daí criar quatro cadeiras de casos de consciência, para que devidamente se pudesse responder às necessidades do Povo de Deus. Aos sacerdotes entregou um livro traduzido em português e promoveu a frequência nos cursos.

A grande obra que Bartolomeu dos Mártires vai implementar, no que à formação sacerdotal diz respeito, é a criação do Seminário segundo o concílio de Trento, cujas matrizes foram indicadas pelo decreto *cum adolescentium aetas*, aprovado pelos padres conciliares no dia 15 de julho de 1563. Este decreto determinava que os bispos deveriam criar Seminários diocesanos.

1.3.1.5 O Seminário conciliar de Braga

Como já fomos abordando ao longo deste capítulo, Bartolomeu dos Mártires destacou-se em Trento pela sua preocupação com a conduta dos clérigos, principalmente ao nível moral e também da importância da capacidade intelectual para melhor serviço do Povo de Deus a eles confiado, afirmando que a Igreja necessitava de uma reforma interna que fizesse transparecer o Evangelho de Cristo.

O arcebispo não se limitava apenas a cumprir o decreto conciliar, mostrando um verdadeiro desejo de o concretizar, porque via no Seminário a solução para a grande crise do clero do século XVI, não apenas em Braga, mas em toda a cristandade. Ainda em Trento, mesmo antes da promulgação do decreto, a 9 de março de 1563, expressou ao administrador da arquidiocese nomeado para a governar na sua ausência, Frei João de Leiria, o desejo ao jeito de mandato para que se criasse em Braga um Seminário, ali incluindo já algumas conceções do que considerava dever ser um Seminário:

Não serve de nada querer encerrar sacerdotes já manchados e enxovalhados e por isso a minha tenção he recolher mancebos já latinos de idade de 16 ou 18 annos por diante, para que mais cedo possam aproveitar as almas, e destes escolhendo os de melhor índole e esperança. E estes,

⁶² cf. Rolo, *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, 166.

como hão de ser pobres e humildes poderão dormir nessas sallas em leitos ...e os que tiverem pais que os puderem manter ajudarão para que possamos manter maior número, e hão de ter Reitor e Porteiro.⁶³

Frei Bartolomeu dava indicações a Frei João de Leiria, para que começasse a juntar meios para recolher os rapazes que lhe parecessem capazes para exercer o sacerdócio: «ao menos comece a encher-me essas sallas de leitos. E se lhe parecer comece logo e tome da nata dos que ouvem casos ou artes, e dos de Barroso alguns que lhe parecer de mais esperanças, e encerre-os»⁶⁴

O arcebispo continuava referindo-se à certeza e confiança que tinha em que só encerrados se poderiam criar padres virtuosos, livres da mácula do mundo, expressando o desejo de na arquidiocese os haver para o cuidado do Povo de Deus, desejando também que em Braga pudessem ser criadas essas estruturas de formação:

todos os que desejam ver a Igreja reformada concordão nisto, que não há outro remédio senão criar os Clerigos como antigamente se criavão, scilicet, em colégios e encerramentos e exercícios de doutrina e disciplina Ecclesiastica e devoção...folgaria muito se fosse possível introduzirmos nessa Igreja hum remedio que neste Concílio tenho aprendido.⁶⁵

Nesta carta, Bartolomeu dos Mártires dá ainda algumas indicações sobre alguns ofícios que os seminaristas deviam ir aprendendo, para que, no exercício do ministério, nos tempos em que estivessem mais desocupados dos ofícios eclesiásticos, pudessem exercer, com o objetivo de não se apoderarem deles pensamentos ruins e outras ocupações:

que a ninguém se dê ordem de Epístola senão a quem souber algum officio de maons: fazer botões, cestas pelotes, etc. Porque, que há de fazer hum sacerdote n'um monte que não tem outra obrigação se não dizer hua missa ao Domingo! Como não vem o demónio buscallo todas as horas para mil pensamentos ruins e ocupações vans? Como não andaré espreitando e cassando as mulheres? Deos nos alumie e ajude nesta tão grande e necessária empresa⁶⁶

Ao chegar de Trento, Frei Bartolomeu dos Mártires, quis executar o decreto que previa a ereção de Seminários, que dava preferência aos pobres, sendo que para a edificação do Seminário o arcebispo bracarense não necessitava apenas de um espaço para o edificar, mas

⁶³ Carta escrita em Trento dirigida a Frei João de Leiria Oficinas Gráficas de Editora «, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires : Estudos-Textos-Documentos*, 604.

⁶⁴ Carta escrita em Trento dirigida a Frei João de Leiria, Oficinas Gráficas de Editora «, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires : Estudos-Textos-Documentos*, 604.

⁶⁵ Carta escrita em Trento dirigida a Frei João de Leiria, Oficinas Gráficas de Editora «, 604–5.

⁶⁶ Carta escrita em Trento dirigida a Frei João de Leiria, Oficinas Gráficas de Editora «, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires : Estudos-Textos-Documentos*, 605.

também de formas de criar condições que provesses aos candidatos, que eram na sua maioria pobres, designadamente alimentação e vestuário.

O capítulo Bracarense não pôde aceitar este plano do arcebispo, porque considerava que já existia muita oferta formativa em Braga e tendo o arcebispo a ideia de construir um Seminário para um cento de rapazes aquele seria um encargo muito grande para a diocese, daí o cabido afirmar que quem quisesse fazer o Seminário, o deveria sustentar à sua custa, elaborando nesse contexto sete artigos contra a ereção do Seminário.

O arcebispo chegou a Braga com novas ideias, que para muitos pareciam raras e bizarras sendo que só o arcebispo se parecia fatigar e até mesmo sacrificar os seus bens para abrir escolas, assim como prover à alimentação e vestuário dos estudantes. Este Seminário viria empobrecer ainda mais a mesa capitular e reduzir os cónegos à miséria.

Pelo país, até 1577, só o arcebispo de Braga tinha dado início ao Seminário, mesmo não faltando pobres com desejo de seguir a vocação eclesiástica.

Pelo que fomos expondo da personalidade de Bartolomeu dos Mártires podemos deduzir que não baixaria os braços para erigir o Seminário, pois sempre colocou o seu dever de serviço ao Povo de Deus em primeiro lugar.

Não conseguindo consentimento para a construção do Seminário e tendo bem ciente que era chamado a dar a vida pelo rebanho a ele confiado, mandou vir os rapazes das partes mais remotas da diocese e o seu paço serviria de Seminário, ficando como reitor o seu vigário-geral, Frei João de Leiria e como professores os Jesuítas e Dominicanos. Os primeiros rapazes a chegar a este Seminário eram provenientes do Barroso, que ao contrário daqueles que já antes do Concílio tinham sido acolhidos no colégio de São Paulo, funcionavam como o embrião puro, cujos benefícios não se sobrepunham à vocação eclesiástica.⁶⁷

A fim de cativar o ânimo dos cónegos de Braga, o arcebispo pede ao Papa faculdades para que se possam suavizar-se algumas disposições do Concílio. Rendidos os ânimos de todos, aceitaram começar a contribuir, sendo essa contribuição a dois por cento dos rendimentos do arcebispado, empregando o arcebispo, dos seus 300 cruzados, começando assim a edificação do primeiro Seminário de Portugal e Espanha.⁶⁸ O campo da vinha foi o local escolhido para erguer a casa que albergaria o Seminário, sendo assinado em 22 de junho de 1571 um edital para pagar as taxas que, por sua vez serviriam para comprar as casas do sítio do novo Seminário.

⁶⁷ cf. Rolo, *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, 180–81.

⁶⁸ cf. Sousa, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, 325.

Seis meses depois estava pronto um aposento para sessenta colegiais, que como refere frei Luís de Souza «não tardou o arcebispo em os fazer povoar de muitos moços de bom natural escolhidos de todo o arcebispo, que como boas plantas em viçoso jardim criadas à mão de cuidadoso hortelão, foram dando singulares frutos...»⁶⁹

O edifício era simples, funcional, com uma amplitude que dava uma certa magnificência, encontrando-se junto à muralha sul da cidade de Braga e a frontaria principal virada ao campo da vinha. A fachada possuía setenta metros de extensão e em termos de altura era composta por rés do chão e dois andares. Sobre a entrada principal, encontrava-se a imagem do patrono, S. Pedro. Foi considerado durante dois séculos o melhor Seminário de Portugal. Pela prontidão do Arcebispo em implementar os decretos de Trento, podemos considerar que este foi um grande pioneiro da formação sacerdotal em Portugal.⁷⁰

1.3.2 - A criação de Seminários, estabelecida em Trento

Como vimos, a formação dos candidatos ao sacerdócio foi uma das grandes preocupações abordadas pelo Concílio de Trento. Até então, a preparação do clero secular era marcada por lacunas significativas, sendo realizada de forma esporádica nas escolas catedrais, colegiadas e paroquiais, bem como em algumas universidades e mosteiros. A crescente exigência de um clero mais bem preparado, aliada aos desafios da modernidade e ao espírito reformador do humanismo renascentista, impulsionou a decisão conciliar de instituir Seminários diocesanos.⁷¹

Os Seminários deveriam ser exemplo para os fiéis que um dia lhe seriam confiados. A questão da criação dos Seminários foi debatida na 3ª fase do Concílio, mais especificamente na 23ª sessão, realizada no dia 15 de julho de 1563, na catedral de S. Vigílio. Ali foram debatidas a doutrina e os cânones do sacramento da Ordem e estabelecidos os decretos preclaros e úteis, principalmente o decreto da residência e o decreto da criação dos Seminários.⁷²

O capítulo 18 tratava da educação e instrução dos futuros sacerdotes, estipulando que os Bispos deveriam criar Seminários para formar os rapazes a partir dos 12 anos, tendo como

⁶⁹ Sousa, *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, 325.

⁷⁰ cf. Rolo, *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, 184–85.

⁷¹ cf. acrescentar designação da entrada no Dicionário Carlos A. Moreira Azevedo e Ana Maria Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. P-V (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 220–25.

⁷² Cf. Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, III Volume V.

particular diferença em relação aos institutos teológicos, a defesa dos perigos morais do mundo e o acolhimento preferencial dos rapazes mais desfavorecidos.

Este capítulo intitulado: «Forma de se erigirem os Seminários de Clérigos, particularmente pobres, em cuja ereção se hão de observar muitas cousas. Da educação dos que se hão de promover nas cathedraes, e igrejas maiores»⁷³ começava por estabelecer a idade mínima que os alunos, muitas vezes também chamados colegiais, deviam ter para serem admitidos: 12 anos.

Em seguida era estipulada a obrigatoriedade de todas as Igrejas Catedrais, segundo as suas rendas, sustentarem num colégio/ Seminário contíguo àquela catedral, um certo número de rapazes dessa mesma diocese. Estes deveriam cumprir alguns requisitos: serem nascidos de legítimo matrimónio, saber ler e escrever e dar esperanças de se entregarem para sempre ao serviço do Povo de Deus.

Este decreto conciliar afirmava que entre os candidatos aos Seminários, se deviam eleger os mais pobres, sem excluir os filhos dos ricos, tendo, porém, em conta que estes últimos se deviam sustentar por sua conta. Os candidatos seriam divididos em turmas consoante o número e posteriormente, como sacerdotes, o Bispo empregaria alguns no ministério apostólico e outros no colégio / Seminário, para ajudar na formação.

Em seguida eram indicados aspetos mais práticos que os alunos do Seminário deveriam cumprir. Ao serem admitidos seriam tonsurados e andariam sempre com hábito clerical, aprenderiam gramática, canto e calculo eclesiástico, seriam instruídos na Sagrada Escritura, nos livros eclesiásticos, nas homilias dos santos e aprenderiam também no que dizia respeito aos sacramentos: ouvir confissões, aprender as fórmulas dos ritos e das cerimónias da Igreja.

Deveriam ouvir missa todos os dias e confessar-se uma vez por mês e de acordo com o seu confessor comungariam ou não o corpo do Senhor. Nos dias festivos deveriam estar presentes nas celebrações da catedral.

O estabelecimento destas normas devia ser feito pelo Bispo e por pelo menos dois cónegos, que se encarregariam de visitar o Seminário com alguma regularidade, certificando-se que funcionava de acordo com o estabelecido, castigando os rapazes orgulhosos e incorrigíveis, que espalhassem maus costumes e, sendo necessário, expulsá-los.

⁷³ Traduzido para português por: Lisbonense, Vicente, *O Sacrossanto e Ecuménico Concílio de Trento em Latim e Portuguez*, Tomo II (Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781), 199.

Para que o Seminário se sustentasse, tanto ao nível do governo da casa como do salário dos mestres, indicava o decreto que o Bispo, com um conselho de dois cónegos do cabido, um escolhido pelo Bispo, outro pelo cabido e dois outros clérigos - um escolhido pelo Bispo e outro pelos clérigos - tirariam uma parte das rendas da mesa Episcopal e do cabido e de outras dignidades, personados, ofícios, prebendas, porções, abadias, priorados e qualquer outra ordem.

As rendas para sustento do Seminário eram determinadas por cada Bispo consoante a disponibilidade e necessidade do Seminário da sua diocese, podendo este obrigar através de censuras eclesiásticas. Todos os anos o Bispo devia receber as contas do Seminário.

Se o Bispo Diocesano fosse negligente na ereção do Seminário e sua conseqüente conservação, este deveria ser severamente repreendido pelo arcebispo, devendo-se procurar promover a obra dos Seminários com brevidade, onde fosse possível implementá-los.

O sagrado Concílio determinava ainda que os Bispos, arcebispos, primazes e outros ordinários dos lugares deveriam obrigar aqueles que possuíssem escolastrias, e todos os outros que tivessem praças ou prebendas, a dar lição e ensinar e caso não o fizessem, ser-lhe-iam retirados os seus frutos e rendas. Estes deveriam ensinar os meninos que houvesse no Seminário ou colocar no seu lugar pessoas capazes de o fazer, cuja capacidade de lecionação seria avaliada pelo ordinário.

O Bispo tinha ainda a obrigação de prescrever o que se haveria de ensinar nas escolas, escolhendo para ensinar apenas doutores, mestres ou licenciados em Direito Canónico ou porventura outras pessoas capazes. Se nalguma província as Igrejas fossem de tal modo pobres, que não conseguissem estabelecer um colégio, o Concílio Provincial ou o metropolitano, deveria ter o cuidado de criar na igreja metropolita os colégios que fossem necessários para aí criar os rapazes /seminaristas das Igrejas mais pobres. Nas Igrejas e dioceses mais abastadas poderia haver mais que um Seminário estando estes dependentes do Seminário da cidade episcopal.

1.3.3 - Implementação do Concílio de Trento em Portalegre: O Seminário de São Pedro

Em Portugal, a implementação desta reforma encontrou desafios, mas progrediu gradualmente, com dioceses como Braga, Porto, Coimbra e Viseu avançando na fundação de seus Seminários. No caso específico da Diocese de Portalegre, instituída em 1549, a criação do

seu Seminário seguiu o impulso reformador tridentino, sendo concretizada sob a liderança de D. Frei Amador Arrais, em 1590.⁷⁴

A diocese de Portalegre foi fundada pelo Papa Paulo III, em 1549, o mesmo sumo pontífice que convocou o Concílio de Trento em 1545. Tendo-se realizado, como vimos, ao longo de dezoito anos, com fases distintas, que acompanharam os pontificados de Paulo III, Júlio III e Pio IV, foi apenas no terceiro período do Concílio, no último ano, na sessão XXIII, no dia 15 de julho de 1563, que se decretou a ereção de Seminários em todo o mundo cristão.

A diocese de Portalegre, recentemente criada e de pequena dimensão, decerto por dificuldades financeiras foi adiando a fundação do Seminário. Assim sendo, o Bispo Diocesano D. André de Noronha foi admoestado, em 1569 por S. Pio V, para que instituísse na Diocese o Seminário.

Depois desta admoestação a obra não tardou, começando a ser construído e sendo aí despendidos 500 000 reis, enquanto foi bispo D. André. Foi seu sucessor D. Frei Amador Arrais que deu continuidade e finalizou a obra da construção do Seminário Diocesano de Portalegre, iniciada, pelo seu antecessor, comprando algumas casas para esse efeito. A obra ficou concluída em 1589 e em 1590 entraram os primeiros alunos no Seminário. Desde o início foi chamado «Seminário de São Pedro», sendo o seu primeiro reitor o Pe. Luís Martins Ferro.⁷⁵

O Seminário de São Pedro foi contruído muito perto da Catedral, no ângulo formado entre esta e o Paço Episcopal e acolheu até ao século XVIII não mais que 12 alunos.⁷⁶

Vamos agora deter-nos nas primeiras referências ao Seminário, que só aparecem nas constituições sinodais de 1632⁷⁷, uma vez que, aquando da publicação das primeiras constituições do Bispado de Portalegre, em 4 de agosto de 1589⁷⁸, o Seminário ainda não estava concluído. Procuraremos analisar o modo como o Seminário de São Pedro concretizou o decreto do Concílio de Trento acerca da ereção de Seminários Diocesanos.

O primeiro capítulo do livro III das constituições do Bispado de Portalegre, intitulado «Dos collegias do Seminário, das partes que hão de ter», começava por indicar a idade mínima dos candidatos. O Concílio de Trento estabelecia que os candidatos deviam ter, no mínimo, 12 anos e demonstrar aptidões para o serviço da Igreja. As constituições do Bispado de Portalegre

⁷⁴ cf. Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, P-V, 220–25.

⁷⁵ cf. José Maria Félix, *Os nossos seminários* (s.n., 1970), 111–12.

⁷⁶ cf. Félix, *Os nossos seminários*, 112.

⁷⁷ cf. «Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre», 1632.

⁷⁸ cf. *Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre, manuscritas* (1589).

replicaram esta diretriz, exigindo também a mesma idade mínima e capacidade de leitura e escrita: «hão de ter ao menos doze anos de idade, nascidos de legítimo matrimónio, sem raça de judeu, mouro ou cristão-novo, nem mácula alguma na honra, ou defeito no corpo que lhe impeça serem sacerdotes. Quando entrarem no colégio, ao menos hão de saber ler e escrever [...]».⁷⁹

Trento dava preferência à admissão de candidatos de famílias pobres, sem excluir os ricos, que deveriam custear a sua estadia. Em Portalegre, o mesmo critério foi observado, com a prioridade explícita para os filhos dos pobres, sendo que os ricos deveriam arcar com as suas despesas: «[...] filhos de homens pobres, porque os dos ricos, quando quiserem estar no Seminário, se sustentarão à sua custa»⁸⁰.

A formação académica e espiritual dos candidatos ao sacerdócio, foi um assunto muito relevante no Concílio de Trento, que considerou fundamentais principalmente as seguintes áreas: gramática, canto, Sagrada Escritura, sacramentos e doutrina da Igreja⁸¹. Em Portalegre também estas foram as áreas destacadas nas constituições sinodais:

E com cuidado se darão ao estudo da gramática e canto e principalmente das virtudes, e para as alcançarem e nelas se conservarem, lerão sempre por livros devotos e farão todos os dias exame de consciência, e no tempo do Advento e Quaresma, tomarão sua disciplina às quartas e sextas-feiras e como souberem construir, lerão pela Sagrada Escritura e homilias dos santos, dando-se à lição de casos, para saber como se hão de ministrar os Sacramentos.⁸²

Havia uma preocupação com a formação espiritual dos seminaristas, envolvendo a frequência à missa, confissão regular e o uso do hábito clerical, que Trento determinou e que em Portalegre vemos pôr em prática:

...todos andarão sempre com tonsura e hábito clerical... Aprenderão as cerimónias e como hão de ajudar a missa, que ouvirão todos os dias, antes de irem ao estudo: Todos os meses se confessarão e comungarão, e nos Domingos e dias de festa, servirão a Sé ajudando as missas e fazendo todo o mais serviço na Igreja.⁸³

O Concílio Tridentino determinava que os Bispos, com o auxílio de outros clérigos, supervisionassem os Seminários. As constituições de Portalegre reforçavam esta obrigação, indicando visitas regulares ao Seminário e avaliações da conduta e progresso dos alunos: «e

⁷⁹ «Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre», I.

⁸⁰ «Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre», I.

⁸¹ cf. Gouveia, Barbosa, e Paiva, *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos* I:44–46.

⁸² «Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre», II.

⁸³ «Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre», II.

para sabermos se se cumpre com estas obrigações e o progresso que fazem visitaremos o Seminário algumas vezes, e ao menos uma por ano e achando que alguns colegiais têm voz e partes para ser capelão».

Em relação ao sustento e administração do Seminário, vemos também as referências de Trento a ser aplicadas em Portalegre, através das constituições sinodais. Ambos previam que as rendas para sustento dos Seminários fossem tiradas das propriedades eclesiásticas, incluindo prebendas e outras fontes da diocese. Em Portalegre, há inclusivamente regulamentações detalhadas sobre como essas rendas deveriam ser administradas:

«Todas as rendas que estão aplicadas ao Seminário, se cobrarão de dia de São João até dia da Assunção de Nossa Senhora de Agosto, para se poder comprar no novo trigo, para gastos de todo o ano e assim mais que tudo o que for necessário para gasto; do Seminário [...] tomaremos conta cada ano ao Reitor, assistindo nas contas dois capitulares e dois párocos, por parte do Clero [...]»⁸⁴

As constituições sinodais do Bispado de Portalegre do século XVII continham ainda algumas particularidades, que não estavam pormenorizadas no Concílio de Trento e que diziam mais respeito à especificidade diocesana.

Uma dessas especificações diz respeito às restrições étnicas e de pureza de sangue, ou seja, as constituições de Portalegre acrescentam restrições étnicas e sociais, como a exclusão de candidatos descendentes de judeus, mouros ou cristãos-novos.

A introdução de restrições étnicas e de pureza de sangue nas constituições de Portalegre reflete o contexto específico da sociedade portuguesa nos séculos XVI e XVII, profundamente influenciado pelo funcionamento do Tribunal do Santo Ofício. A Inquisição portuguesa foi formalmente estabelecida em 1536, após anos de negociação entre a Coroa e o Papado, com o objetivo explícito de investigar e punir práticas consideradas heréticas, sobretudo entre os cristãos-novos, descendentes de judeus convertidos. Desde o início, esse tribunal tornou-se um instrumento de repressão direcionado a certos grupos étnicos e sociais, com os cristãos-novos constituindo a esmagadora maioria dos perseguidos.⁸⁵ A imposição de cláusulas que impediam descendentes de judeus, mouros ou cristãos-novos de acederem a cargos eclesiásticos ou outras posições de prestígio era um reflexo dessa política inquisitorial. O conceito de pureza de sangue

⁸⁴ «Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre», III.

⁸⁵ cf. Carlos A. Moreira Azevedo e Ana Maria Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, C-I (Círculo de Leitores, 2000), 447–53.

emergiu como um critério de exclusão social e institucional, reforçando a divisão entre cristãos-velhos e cristãos-novos.

A Coroa e os tribunais da Inquisição colaboravam para garantir que apenas indivíduos de linhagem «pura» pudessem ascender a posições de poder, tanto na Igreja quanto no Estado. Essa exclusão foi consolidada ao longo dos séculos, resultando em discriminações estruturais que afetaram profundamente a mobilidade social de muitos indivíduos. Assim sendo, as restrições étnicas que se verificam nas constituições de Portalegre não são um fenómeno isolado, mas sim uma manifestação local de uma política inquisitorial mais ampla, que visava garantir a hegemonia dos cristãos-velhos e preservar uma estrutura de poder baseada na distinção étnico-religiosa. Essas medidas refletem não apenas o controle social exercido pela Inquisição, mas também a resistência de certos grupos contra a ascensão de populações anteriormente marginalizadas.⁸⁶

Outro aspeto importante a ter em conta é que as constituições de Portalegre são mais específicas quanto à rotina dos seminaristas, incluindo detalhes como os alimentos consumidos, o uso obrigatório de becas roxas, as disciplinas penitenciais durante o Advento e a Quaresma e os tipos de jogos permitidos.

Em suma, podemos afirmar que a criação dos Seminários, estabelecida no Concílio de Trento, marcou uma transformação fundamental na formação dos candidatos ao sacerdócio, com foco na preparação académica, espiritual e moral dos futuros clérigos. Este esforço visava assegurar que os sacerdotes fossem exemplos para os fiéis, começando com a admissão de rapazes a partir dos 12 anos, especialmente os mais pobres, em Seminários supervisionados pelos Bispos e sustentados pelas rendas eclesiásticas.

⁸⁶ cf. Azevedo e Jorge, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, C-I, 447–53.

Capítulo 2 – A implementação e o funcionamento do Seminário de São Pedro em Portalegre

2.1 Data da fundação, local e capacidade do edifício e a sua invocação

2.1.1 Contexto da Criação da Diocese e influência do Concílio de Trento

A diocese de Portalegre foi fundada a 21 de agosto de 1549 pelo Papa Paulo III, o mesmo que quatro anos antes havia convocado o Concílio de Trento, que durou 18 anos (1545-1563). Neste Concílio, no último ano e na sessão XXIII, que se realizou a 15 de julho de 1563, foi decretada a ereção de Seminários em todas as dioceses católicas.

Com o decreto acerca da obrigatoriedade de criar Seminários para a formação dos candidatos ao sacerdócio, procurou-se dar resposta a uma deficiente formação dos clérigos. Até então, os clérigos dividiam-se entre os clérigos de missa, ou seja, aqueles que eram ordenados depois de aprenderem a ler, escrever e um pouco de latim, que eram instruídos nas catedrais, onde ouviam casos de consciência que os iam tornando aptos para ouvir confissões; os pregadores, que seguiam um curso de teologia; e os que pretendiam dignidades capitulares, benefícios que exigiam a licenciatura em Filosofia e também o doutoramento em Direito.⁸⁷

2.1.2 Construção do edifício e características arquitetónicas

A Diocese de Portalegre, criada pouco depois do início do Concílio de Trento, em 1549, era uma diocese pequena e com poucos recursos financeiros, a edificação do Seminário foi sendo adiada. O Bispo D. André de Noronha, que esteve à frente da Diocese de Portalegre entre 1560 e 1581, iniciou as obras da construção do Seminário, comprando um conjunto de casas que se situavam junto à catedral e aí despendendo cerca de 500 000 réis.⁸⁸

Acabou por ser Frei Amador Arrais, bispo de Portalegre entre 1581 e 1596, a mandar construir o Seminário e também o Paço Episcopal. A construção do Seminário ficou concluída

⁸⁷ cf. Félix, *Os nossos seminários*, 111.

⁸⁸ cf. Félix, *Os nossos seminários*, 112.

no ano de 1590. Para a construção do Seminário, este prelado comprou algumas outras casas junto à Sé de Portalegre, sendo que dessa compra foi incumbido o cónego Garcia Fernandes Franco e seu criado Diogo Fernandes, e definida nos seguintes moldes:

Ano do nascimento de nosso senhor Jesu X^o de mill e quinhentos e oitemta e nove anos aos dez dias do mes de Jan(ei)ro em esta cidade de Portallegre em as pousadas episcopais do m(ui)to Illustre e r(everendíssi)mo senhor o senhor dom frey amador arrais bispo deste bispado da dita cidade estamdo elle senhor b(is)po presente e o reverendo Licenciado gracia fernandes franquo coneguo na samta se desta dita cidade recebedor de suas remdas e fazendas e di(og)o f(e)r(nande)s cryado delle senhor bispo...⁸⁹

A compra destas casas, destinadas à construção do Seminário e também do paço episcopal tiveram o custo de 1.072\$977 réis. Além destas casas seriam adquiridas outras casas defronte destas a Jorge Villes e ao cónego Jerónimo de Bragança.

Frei Amador Arrais ainda comprou outras casas, que mandou deitar abaixo para alargar o acesso ao Paço Episcopal e ao Seminário. Essas casas tiveram o custo de trinta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco réis:

...as casas que elle senhor bispo comprara ha bjat(r)is Vaz dellicada que estão juntas as ditas casas e seminario custarão com ho preço da sisa trimta e cinco mill oito cemtos setemta e cinco reis como consta da escretura que esta e fica em poder delle senhor bispo que foi feita em ho officio de mateus nunes taballião das notas em os oito dias do mes de fevereiro de mill quinhentos e oitemta e oito anos as quais casas elle dito senhor bispo mandou derrubar para o chão (?) dellas ficou em tereiro e dar serventia melhor a porta da cidade domde esta .⁹⁰

Na aquisição de casas a mando do Bispo Frei Amador Arrais, o próprio investiu um conto, trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze réis e, para as obras que nelas realizou, oitocentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze réis, tendo sido feito o juramento das contas sobre o livro dos Evangelhos. Assinaram, além do Senhor Bispo, o Licenciado Diogo de

⁸⁹ Auto da conta das casas para a construção do Seminário. Transcrito, dentro do possível, sendo colocado entre parêntesis o texto do qual não se tem a certeza, devido à dificuldade de decifrar o texto: Arquivo do Cabido de Portalegre, *Livro de documentos do tempo de D. Amador Arrais (Maço 10)*, f. 46.

⁹⁰ Auto da conta das casas para a construção do Seminário. Transcrito, dentro do possível, sendo colocado entre parêntesis o texto do qual não se tem a certeza, devido à dificuldade de decifrar o texto: Arquivo do Cabido de Portalegre, f. 47.

Miranda, João Vaz, mestre de obras, e Pero Vaz Barrento, que também trabalhou nas obras, tendo-se realizado esse auto no dia 10 de janeiro de 1589.⁹¹

Análises posteriores caracterizariam assim aquele espaço: «É d'uma forte construção e de amplas dimensões, se atendermos ao tempo em que foi construído e à pobreza e exiguidade da diocese, que então era mais pequena que qualquer arciprestado»⁹².

Em relação ao interior, nos baixos situavam-se a cozinha, o refeitório, a despensa e muitas outras dependências. No 1.º andar encontravam-se a capela, um dormitório com nove celas, um quarto para o reitor e ainda uma sala.

2.1.3 Evolução estrutural e obras de ampliação

Em 1765, transcorridos quase dois séculos desde a sua construção, o Seminário tornara-se pequeno e também degradado, necessitando de alguma intervenção. Assim, em novembro desse ano, iniciaram-se as obras de requalificação e ampliação do dito Seminário.

Foi construído um novo andar, foi demolida a capela existente e construída de novo uma mais ampla; o refeitório foi reparado e foram feitos dois dormitórios com quinze celas, duas salas de aula, uma escada interior e quartos para o reitor e vice-reitor. Esta obra custou 5.000 cruzados, cerca de 270\$000 réis. A capela foi benzida no dia 22 de dezembro de 1766 pelo cônego Francisco Vellez Barbudo, reitor do Seminário, por nomeação do Cabido, e foi assistido pelos reverendos padres José de Sande e Manoel Freire de Carvalho, sendo o mestre de cerimónias o padre Manoel Vellez Patacão.⁹³

Acerca deste espaço de culto, de extrema importância para a vida quotidiana dos seminaristas, os estatutos estabelecidos por D. Manuel Tavares Coutinho e Silva, no ano de 1790, forneceram algumas informações e normas a ter em conta. Dizia-se que a capela deveria ser separada dos lugares de usos comuns, o que provavelmente terá motivado a sua transferência para o andar superior, no século XVIII. Deveria ser cuidadosamente ornamentada e preparada para o santo sacrifício, assim como a sacristia.

Em 1789, foram colocadas vidraças nas janelas, que custaram 36\$625 réis; e em 1831, a capela foi mudada e foram feitas muitas outras obras, que custaram 205\$170 réis. No ano seguinte,

⁹¹ cf. Arquivo do Cabido de Portalegre, *Livro de documentos do tempo de D. Amador Arrais (Maço 10)*, f. 48.

⁹² D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre* (Tipografia Minerva Central, 1901), 25–26.

⁹³ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 44–45.

foram colocadas grades de ferro nas sacadas do edifício, mandadas fazer em Lisboa pelo Cónego Diogo Francisco Fratel, que tiveram um custo de 200\$000 réis. Em 1868, foi construído, na cozinha, um depósito de água, para o qual a Câmara Municipal concedeu o direito ao uso de uma porção de água canalizada proveniente da rede pública.⁹⁴

2.1.4 A Invocação do Seminário

Apesar do Seminário do bispado de Portalegre desde o seu início ter sido conhecido como Seminário de S. Pedro, as constituições sinodais de 1632 referiam-se-lhe como «Seminário do Bispado».

Nos estatutos do Seminário do século XVIII, em que era bispo D. Manoel Coutinho e Silva, este mesmo prelado desenvolve esta invocação, afirmando que aquele Pontífice devia inspirar os seminaristas devendo os mesmos tê-lo como exemplo em cada ação que realizassem:

«Estabelecido assim o Seminário como sempre fosse o fim de se educarem nele pessoas que bem pudessem servir as igrejas deste Bispado tendo toda a instrução necessária para este ministério, pedia a boa razão se dedicasse ao Sumo Pontífice dela o Príncipe dos Apóstolos S.Pedro, ficando esta a sua invocação para que todos o tenham por exemplar nas suas ações, imitando-o quanto lhe for possível para desempenhar o fim, que se propuseram abraçando o seu instituto.»⁹⁵

2.2 Admissão ao Seminário

O concílio de Trento estabeleceu alguns critérios em relação à admissão dos seminaristas. Deveriam ser admitidos no Seminário jovens que revelassem sincera inclinação para a vida eclesiástica, distinguindo-se pela pureza de costumes, boa índole e aptidão para os estudos. A Igreja recomendava particular atenção àqueles que, embora pobres, manifestassem verdadeira vocação, a fim de que a falta de recursos não fosse obstáculo ao chamamento divino.

A admissão deveria correr, preferencialmente, a partir dos doze anos de idade, proporcionando-lhes uma formação gradual e sólida, num ambiente recolhido e protegido das distrações e perigos do mundo. Assim cresceriam, desde a infância, no conhecimento do Senhor e no hábito da vida piedosa e disciplinada.

⁹⁴ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 45–46.

⁹⁵ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre* (Portalegre, 1790), cap. 1º.

Segundo as informações que nos são fornecidas pelos estatutos do Seminário de Portalegre do século XVIII, podemos afirmar que a admissão ao Seminário era cuidadosamente regulamentada. Os candidatos deviam ter entre doze e dezoito anos, possuir património certo, ser naturais do bispado e nascidos de legítimo matrimónio, além de saber ler, escrever e contar. Antes da sua entrada, exigia-se um inquérito prévio sobre a vida, costumes e origem familiar: «não terem menos de doze anos, nem mais de dezoito [...] património certo [...] naturais deste bispado [...] Saberão ler, escrever e contar [...] informações necessárias das vidas, costumes e de genere».⁹⁶

Depois de admitidos, os seminaristas eram divididos em colegiais, sustentados pelo Seminário, e porcionistas, que pagavam a sua estadia. Apesar da diferença de recursos, todos ficavam sujeitos à mesma disciplina e regulamentos «não privamos desta acomodação aos que tiverem bens [...] todos eles ficarão obrigados à mesma regularidade».⁹⁷

Os porcionistas não usariam as becas e roquetes fornecidos pelo Seminário, devendo vestir-se de forma modesta e sem ostentação, preservando assim a uniformidade na vida espiritual e na disciplina. Todos, porcionistas e colegiais, teriam celas separadas, garantindo uma disciplina organizada e comunitária.⁹⁸

Para a admissão no Seminário, os que pretendiam ingressar, teriam de ter os requisitos acima referidos, comprovados por alguns documentos, que nos são indicados principalmente nos editais do início de cada ano letivo. Estes documentos eram os seguintes:

atestado de residência no bispado; atestado de que não padecem moléstia contagiosa; certidão de aprovação, pelo menos, na instrução primária; certidão de idade, por onde mostrem que têm ao menos 12 anos de idade; atestados de pobreza, bons costumes e vocação para o estado eclesiástico passados pelo pároco e corroborados pelo vigário da vara do respetivo distrito eclesiástico ; declaração, por escrito, competentemente assinada por pessoa idónea, de que se responsabiliza a restituir ao Seminário o que se tiver gasto com o ordinando, quando este por culpa sua deixe de se ordenar .⁹⁹

Na seleção dos candidatos eram referidos aqueles que já tivessem frequentado algum dos anos do curso teológico ou tivessem o maior número de exames de disciplinas

⁹⁶ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

⁹⁷ cf. D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9: «não privamos desta acomodação aos que tiverem bens [...] todos eles ficarão obrigados à mesma regularidade».

⁹⁸ cf. D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9: «não terão becas nem roquetes [...] usarão para casa de vestidos honestos e decentes» .

⁹⁹ Richoso, José Joaquim, «Edital», 2 de setembro de 1868, PT/AHDPCBTB/SSP/B/A/000/Mç001-1858-1876, Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco.

preparatórias.¹⁰⁰ Os documentos apresentados pelos candidatos eram posteriormente avaliados por três eclesiásticos presidida pelo reitor do Seminário.

2.3 Perfil dos Seminaristas¹⁰¹

2.3.1 Origem geográfica e condição social

Os seminaristas provinham sobretudo das localidades da diocese de Portalegre: Arronches, Nisa, Castelo de Vide, Marvão, Alpalhão, Alegrete, e da própria cidade de Portalegre, sendo comum a sua identificação por paróquia e naturalidade nos registos de ordenações. Essa dispersão geográfica demonstra que o Seminário era o centro formativo de toda a diocese.

A maioria dos alunos parece ter origem modesta, mas estável, como se vê pela necessidade constante de demonstração de «património bastante» para se ordenarem. Muitos necessitavam de fiadores e de autorizações para alienar bens, o que indica que não dispunham de grandes recursos económicos próprios.

A formação dos seminaristas de Portalegre não seguia um modelo uniforme. Embora o Seminário de S. Pedro desempenhasse um papel central na preparação para a vida eclesiástica, muitos alunos só ingressavam nas suas instalações nas fases finais da formação, nomeadamente para receber as Ordens Menores ou Sacras. Antes disso, era comum frequentarem outros espaços de instrução religiosa, como colégios de jesuítas, a Universidade de Évora ou centros de formação existentes em localidades como Nisa, Castelo de Vide, Arronches ou mesmo no Priorado do Crato. Esta dispersão inicial deve-se, em parte, à reduzida capacidade do Seminário, que contava apenas com 11 quartos mesmo após o alargamento promovido por D. João de Azevedo, o que limitava o número de internos a meia dúzia.

2.3.2 Critérios de admissão às ordens

A admissão às ordens eclesiásticas dependia de um conjunto rigoroso de critérios, centrados na avaliação da origem, da moral e das condições económicas dos candidatos. Antes de cada ordenação, era necessário submeter-se a processos conhecidos como *De genere*, *De vita et moribus* e *De puritate sanguinis*, que avaliavam respetivamente a legitimidade do nascimento (procurando afastar candidatos com ascendência judaica, mourisca ou ilegítima), a conduta

¹⁰⁰ cf. Richoso, José Joaquim, «Edital».

¹⁰¹ Cf. Estes dados referentes ao perfil dos alunos do Seminário de Portalegre nos séculos XVII e XVIII provêm de documentos (notas) do Cónego Bonifácio Bernardo, a partir dos registos de Chancelaria : Bernardo, Bonifácio, «Seminaristas no século XVII e XVIII» .

moral e religiosa, e a pureza de sangue. Estas práticas evidenciam a preocupação da Igreja pós-Trento em formar um clero disciplinado, moralmente íntegro e isento de manchas sociais, refletindo os ideais tridentinos de reforma e clericalização.

Um aspeto recorrente nos registos é a necessidade de comprovação de meios económicos adequados para sustentar a vida clerical. Muitos seminaristas eram obrigados a apresentar documentação que atestasse possuir «património bastante», ou a requerer licenças para alienação de bens próprios ou familiares. A precariedade de alguns levava a pedidos de fiadores ou à obtenção de mercês episcopais que permitissem a sua manutenção no Seminário como colegiais ou porcionistas. Os colegiais eram alunos integrados plenamente no regime do Seminário, enquanto os porcionistas, embora sujeitos às mesmas regras, pagavam pela sua estadia. A distinção entre ambos está documentada em diversas cartas episcopais, onde se expressa a exigência de obediência rigorosa ao reitor e às normas da casa.

Também se destacam, entre os seminaristas, perfis menos convencionais. Alguns alunos destacavam-se por talentos específicos, como músicos ao serviço da Sé, aos quais eram atribuídas funções fixas em cerimónias religiosas. Outros vinham de fora da diocese, ou até de territórios distantes como o Brasil (Baía) ou a Galiza (Tuy), tendo de se submeter a processos adicionais para ver reconhecida a legitimidade da sua presença e ordenação.

Em suma, os seminaristas de Portalegre dos séculos XVII e XVIII formavam um grupo heterogéneo, marcado pela diversidade de origens, mas unificado por um percurso formativo exigente e por uma inserção disciplinada no modelo eclesiástico tridentino. A sua formação aliava o rigor académico, o serviço pastoral e a integridade moral, respondendo às exigências da Igreja pós-Reforma, que via no clero bem preparado a chave para a renovação espiritual e social da Cristandade.

2.4 O regulamento de vida do Seminário e a disciplina interna

2.4.1 Vida Espiritual e Oração

A vida no Seminário de Portalegre assentava, antes de tudo, numa sólida vivência espiritual. Cada dia era iniciado com um momento de recolhimento e gratidão. O seminarista encarregado da semana tinha como primeira responsabilidade despertar os colegas, de modo que, por volta das seis da manhã, todos estivessem prontos para se dirigirem à capela «dar

graças pelo benefício de se lhes dar mais aquele dia, para que se arrependam das suas culpas e peçam auxílios para todos os da sua vida»¹⁰².

Após um breve período de oração pessoal, recolhiam-se às celas para o estudo, seguindo depois para a missa das sete e meia, na qual era obrigatória a presença de todos.

A prática da oração continuava ao longo do dia. Ao final da tarde, havia espaço reservado para a lição espiritual, seguida da recitação do terço, sendo aos sábados acrescentada a ladainha de Nossa Senhora. Às nove da noite, todos voltavam à capela, onde faziam o exame de consciência e os atos de fé, esperança e caridade, encerrando assim o dia com espírito de recolhimento e reflexão.

Aos sábados e dias santos, os seminaristas eram também incentivados a rezar o ofício de Nossa Senhora na capela, como forma de se prepararem para a vida eclesiástica. Além disso, todos tinham a obrigação de confessar-se mensalmente e comungar na catedral ou no Seminário, sendo também exigido que jejuassem aos sábados e, durante a Quaresma, às segundas, quartas e sextas-feiras, mesmo aqueles que não estivessem obrigados canonicamente, salvo dispensa por motivo justificado.

2.4.2 Estudo

O Seminário organizava-se em torno de um rigoroso regime de estudo e disciplina intelectual. As aulas e os momentos de estudo preenchiam grande parte do dia, iniciando-se pelas oito da manhã com o ensino do latim. Depois das aulas, e até à hora do refeitório, os mais aptos prosseguiam com o cantochão. À tarde, após breve intervalo, retomava-se o estudo entre as duas e as quatro da tarde, e durante o verão, entrava-se às três na aula que durava até às cinco.¹⁰³

Durante as horas dedicadas ao estudo individual, os seminaristas estavam obrigados a permanecer nas suas celas e só podiam ausentar-se com licença. A deslocação de um cubículo a outro só era permitida para esclarecer dúvidas académicas, e mesmo assim apenas se não houvesse motivos para suspeitar de desvio ao estudo ou de má intenção. Quem não demonstrasse aproveitamento era advertido por caridade, mas se ao fim de um mês não mostrasse sinais de emenda, seria infalivelmente expulso do Seminário.¹⁰⁴

¹⁰² D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹⁰³ cf. D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹⁰⁴ cf. D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

2.4.3 Refeições

As refeições eram mais do que momentos de alimentação: tratava-se de atos comunitários revestidos de solenidade e ordem. À hora marcada, os seminaristas reuniam-se no corredor do lavatório e dali entravam no refeitório «em comunidade, pelas suas antiguidades».

Em silêncio e compostura, ficavam de pé diante das mesas, até que o mais antigo nas ordens sagradas presidisse ao início da refeição, benzendo a mesa segundo as normas do breviário. Após a bênção, cada um tomava o seu lugar e ouvia em silêncio a leitura designada.

Durante as refeições, o silêncio era obrigatório e ninguém podia retirar qualquer alimento do refeitório «nem para a cela, nem para dar a qualquer outra pessoa»¹⁰⁵. Também não era permitida a entrada de pessoas estranhas, nem era tolerado que alguém jantasse fora do Seminário sem licença expressa do reitor. No final da refeição, davam-se graças, e o grupo saía em ordem. A ceia repetia este mesmo ritual, sempre com a máxima modéstia e respeito.

2.4.4 Disciplina e vestuário

A vida no Seminário estava marcada por uma disciplina apertada que regulava todos os aspetos do comportamento individual e coletivo. O reitor tinha a função de zelar pela fiel observância dos estatutos, e, na sua ausência, essa responsabilidade recaía sobre o seminarista mais velho. Este deveria ser respeitado pelos colegas e presidir a todos os atos. Se se mostrasse negligente, seria substituído. As faltas eram avaliadas caso a caso e punidas conforme o juízo do reitor, podendo, em casos mais graves, ser comunicadas ao prelado.¹⁰⁶

O vestuário era regulamentado com precisão: os seminaristas não podiam sair dos cubículos «com carapuça e sem loba, cabeção e capote»¹⁰⁷, devendo apresentar-se assim nas aulas e no refeitório. À noite, podiam retirar a loba, mas para a ceia era obrigatório levar capote e cabeção. O uso de boné era proibido, assim como falar alto ou fazer ruído durante as aulas em andamento, mesmo durante o recreio.

¹⁰⁵ cf. D.Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹⁰⁶ cf. D.Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹⁰⁷ cf. D.Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

Havia ainda proibições específicas para as celas: «não terão nos cubículos coisas de comer, principalmente carne e peixe»¹⁰⁸, sendo apenas permitido ter algum doce ou fruta e mesmo estes não podiam ser consumidos fora da cela. Era terminantemente proibido o uso de bebidas alcoólicas, tabaco ou o ato de fumar, nem dentro nem fora do Seminário.

2.4.5 Lazer e Saídas

As atividades de lazer eram poucas, mas existiam com regras bem definidas. Aos dias feriados, os seminaristas podiam sair acompanhados pelo reitor, «de dois em dois, com toda a modéstia»¹⁰⁹, vestidos com batina, capa e barrete. Era proibido marchar ou acertar o passo, para não parecerem companhia de soldados. Apenas ao sair da cidade lhes era permitida alguma dispersão e recreação moderada.

A saída individual do Seminário era excepcional e dependia de licença direta do reitor, sendo sempre acompanhado por um colega designado, do qual não se podia separar. Nos feriados da tarde, podia haver autorização para passeios breves, mas exigia-se o regresso a tempo das orações das Trindades.

2.4.6 Vida Social e Controlo Moral

O Seminário impunha regras rigorosas sobre o contacto com o exterior e a conduta moral. Era terminantemente proibido falar com mulheres da janela, ainda que fossem parentes, sendo tal atitude considerada falta grave. Se tal se desse no interior do Seminário, a punição seria ainda mais severa. A permanência fora do edifício durante a noite, sem autorização, implicava expulsão imediata e sem apelo.¹¹⁰

As visitas recebidas deviam ocorrer apenas em locais públicos indicados pelo reitor e nunca nas celas. Os seminaristas estavam proibidos de se servirem dos criados da comunidade sem autorização superior.

¹⁰⁸ cf. D.Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹⁰⁹ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹¹⁰ cf. D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

A estrutura hierárquica do Seminário era clara. O reitor era a máxima autoridade e responsável pela aplicação dos estatutos. Em sua ausência, o seminarista mais velho assumia funções de direção. A disciplina, a formação e o controlo de qualidade do ensino eram constantes, com relatórios mensais dos professores sobre o desempenho de cada aluno.

Havia também normas económicas e de sustentabilidade para os seminaristas. Todos deviam demonstrar a intenção séria de seguir a vida eclesiástica, sob pena de terem de «restituir ao Seminário tudo o que lhe gastarem»¹¹¹, responsabilidade que devia ser garantida por um fiador abonado. Os porcionistas (alunos pagantes) tinham de adiantar três meses de propina e apresentar fiador, salvo se fossem pessoas de reputação segura.¹¹²

2.4.7 Envolvimento Pastoral e Litúrgico dos Seminaristas

Para além da formação teórica, os seminaristas eram também envolvidos, desde cedo, em tarefas litúrgicas e pastorais. Muitos recebiam provisões para servir nas igrejas paroquiais da diocese, onde ajudavam à missa e colaboravam nos ofícios divinos. Esta prática não só os preparava para as suas futuras funções presbiterais, como também os integrava progressivamente no contexto eclesial local. Encontramos diversos exemplos de estudantes ou clérigos de ordens menores designados para o serviço em igrejas como a Sé, S. Lourenço ou S. Tiago, todos em Portalegre.¹¹³

2.5 Programa formativo e Vida Académica

2.5.1 Regime de estudos e disciplinas lecionadas ao longo dos séculos

Num primeiro período foi difícil ter bons mestres, pois estes estavam, na sua maioria, destinados ao ensino universitário. No primeiro período do Seminário de Portalegre as aulas eram apenas de Gramática Latina, canto eclesiástico e leitura de casos de consciência e também modo de administração dos sacramentos.

¹¹¹ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹¹² cf. D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 9.

¹¹³ cf. Bernardo, Bonifácio, «Seminaristas no século XVII».

Os professores do Seminário eram poucos, apenas um ou dois e nada venciam do Seminário, sendo remunerados pela fábrica da Sé, onde exerciam o seu ministério.

Os seminaristas passavam a maior parte do tempo na capela, orando, meditando, disciplinando-se e fortificando a fé com leituras devotas e praticando a oração mental. Desde 1756 passam a fazer a festa da cadeira de São Pedro, seu padroeiro. Além disso organizavam alguns momentos de lazer no Seminário fazendo recreações e passeios a S. Mamede de 3 ou 4 dias. A formação desde o início até meados do século XVIII era caracterizada, portanto por uma disciplina monacal, pois, não havendo muita possibilidade de ter muitos e bons professores, os formadores do Seminário procuravam, que, pelo menos desta casa saíssem padres virtuosos e santos.¹¹⁴

A partir de meados do século XVIII até ao fim do século XIX, o programa formativo teve importantes progressos e sobre eles possuímos informações mais concretas, tanto através da obra de Almeida Eusébio, como através dos estatutos do Seminário de 1790 e do arquivo diocesano, dos quais nos serviremos para abordar o programa formativo do Seminário.

Os estatutos de 1790 referem-se às aulas de Moral, Latim e ao ensino de solfa. As de moral poderiam também ser abertas a outros ordinandos do bispado que não estudassem no Seminário, as de solfa destinavam-se especialmente aos moços de coro. O Bispo nestes estatutos indica ainda a possibilidade de haver aulas de cantochão, desde que fossem dadas a horas que não perturbassem o estudo.

A partir destes estatutos é-nos revelado o horário das aulas: oito da manhã início das lições de latim até às dez, passando em seguida para as aulas de cantochão para os que tivessem preparação para o efeito. De tarde, das duas às quatro da tarde no inverno e das três às cinco no verão era tempo para as conferências e exercícios literários, interrompendo-se na quinta-feira, caso não houvesse dia santo na semana. No sábado havia exames rigorosos acerca da Doutrina católica.¹¹⁵

Pelo que descrevemos anteriormente, o Seminário de Portalegre teve, durante mais de um século desde a sua criação, uma instrução muito limitada, com poucas cadeiras lecionadas e falta de professores com as qualidades necessárias para tal missão.

Só em 1830 é que o Seminário saiu do grande atraso em que se encontrava, introduzindo-se neste ano o estudo da Filosofia, em que o mestre - que recebia 60.000 reis de

¹¹⁴ cf, D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 42.

¹¹⁵ cf. D.Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 8.

salário - lecionava, para além dessa cadeira, as disciplinas de Latim, Moral e Cantochão. A leccionação no Seminário permanecerá assim até à instalação, no edifício do Seminário do Liceu Distrital, em 1 de julho de 1852.

A partir dessa data os seminaristas começaram a cursar as aulas do Liceu: Gramática Latina e Portuguesa, Latinidade, Aritmética e Geometria, Filosofia Racional, Moral e Princípios de Direito Natural, Oratória Poética e Literatura Clássica, Geografia, Cronologia e História.¹¹⁶

Em 1845 surgiu uma cadeira de teologia, distribuída em três anos: No 1º ano denominada «logares Theologicos»; no 2º ano «História Ecclesiástica» e no 3º ano «Dogmática».

No ano de 1864, foram introduzidas as cadeiras de Dogmática Geral e Especial; História Sagrada e Ecclesiastica” e “Direito Canónico e Theologia Moral”. Os professores tinham como salário 280.000 reis cada e o do cantochão 24.000 reis.¹¹⁷

Em 1866-67 foi introduzida a cadeira de Teologia Pastoral e Eloquência e a de Música e para esta foi comprado um piano, recebendo o professor parte do vencimento da Catedral, devido a ser aí organista e 50.000 reis do cofre do Seminário.

No ano letivo de 1868-1869, o Seminário de São Pedro de Portalegre registou um notável progresso no seu nível académico, fruto do empenho, competência e dedicação dos seus distintos docentes: os Reverendos José Maria da Ressurreição, Adolpho Ernesto Motta, António Chambel da Rosa, António Ribeiro dos Santos Viegas, José d’Andrade Sequeira e José António Soeiro. Nesse período, além das disciplinas já existentes, foi introduzida a cadeira de Direito Natural. A disciplina de Sacramentos foi substituída por Hermenêutica Sagrada do Antigo e do Novo Testamento, e houve um reforço das línguas bíblicas, com o ensino renovado de Grego e Hebraico.¹¹⁸ Com estas melhorias, o Seminário atingiu um elevado nível de desenvolvimento intelectual, oferecendo um curso teológico composto por quinze cadeiras.¹¹⁹

Assim, na chegada a um *curriculum* consolidado, as cadeiras estavam repartidas desta forma: no primeiro ano eram lecionadas as cadeiras de História Sagrada e Ecclesiástica, Teologia Dogmática Geral e Direito Natural; no segundo ano as cadeiras de História Ecclesiástica; Teologia Dogmática Especial, Teologia Moral e Direito Ecclesiástico Público; no Terceiro ano

¹¹⁶ cf. D’Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 65.

¹¹⁷ cf. D’Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 65.

¹¹⁸ Podemos comprovar esta informação através da análise do livro de Matrículas: *Livro de Matrícula e exames do seminário de Portalegre (1874-1894)*.

¹¹⁹ cf. D’Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 66.

as cadeiras de Teologia Pastoral, hermenêutica sagrada, Teologia Moral e Sacramental e Direito Eclesiástico Português. A estas cadeiras acrescentavam-se ainda Língua Grega e Língua Hebraica.¹²⁰

A participação nas aulas de Grego e Hebraico era exigida a todos os alunos do segundo e terceiro anos do curso teológico, sendo opcional apenas para os do primeiro ano e para os estudantes do liceu. Além disso, tanto os alunos internos quanto externos que frequentassem o curso teológico deviam cumprir obrigatoriamente o curso trienal de canto eclesialístico. Somente após terem realizado e sido aprovados nesta disciplina poderiam prestar exame do terceiro ano teológico.¹²¹

Já a frequência nas aulas de música era obrigatória para todos os alunos internos que não estivessem inscritos em cursos superiores.

Os professores efetivos foram 6 com o ordenado de 280.000 reis cada um. Além destes houve um professor substituto com 280.000 reis de vencimento, o de cantochão com 40.000 reis e o de música com 50.000 reis.

Exceto pequenas alterações foi assim que se manteve o curso teológico do Seminário até ao fim.

No decorrer do ano de 1868, a pedido do vigário-geral, foi concedida autorização para transferir a biblioteca da Mitra, até então instalada no Paço Episcopal, para algumas casas adjacentes pertencentes ao Seminário, anteriormente utilizadas como cartório da Câmara Eclesialística. Para facilitar o acesso dos alunos, foi aberta uma passagem direta entre os espaços, permitindo-lhes o contacto com as preciosas obras dos Santos Padres, adquiridas pelo eminente D. José Valério da Cruz que representaram um valioso contributo para a formação doutrinal e teológica dos seminaristas, difícil de obter por outros meios.¹²²

A transformação da biblioteca em espaço público contribuiu significativamente para o seu enriquecimento, tendo várias pessoas doado exemplares de obras úteis, enquanto outros volumes foram ali depositados temporariamente. A responsabilidade pela conservação e

¹²⁰ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 66–67.

¹²¹ cf. Pereira, Manoel António, «Edital», 8 de outubro de 1873, PT/AHDPCTB/SSP/B/A/000/Mç001-1858-1876, Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco.

¹²² cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 68.

organização do acervo foi confiada ao Sr. José Maria Cardoso, que recebia uma gratificação anual de 120.000 réis, comparticipada pelos cofres do Seminário e da mitra.¹²³

O Curso de Teologia, pelo menos a partir do ano de 1876, era antecedido por um curso preparatório.¹²⁴ Segundo as informações fornecidas neste livro podemos concluir que este curso compreendia diversas disciplinas: Português, Matemática, Filosofia, Latim, Francês, Geografia, História e Cronologia, sendo as mais frequentadas Matemática 1ª parte, Filosofia 1ª parte e Português assim como Francês e Latim. Era necessária a aprovação às disciplinas do curso preparatório para ser admitido ao exame do 1º ano do curso teológico e posterior matrícula no 2º ano: «[...] os alunos a quem faltar aprovação em alguma das disciplinas preparatórias, não poderão ser admitidos ao exame do 1º ano e à matrícula do 2º, enquanto se não mostrarem aprovados na disciplina que lhes tiver sido dispensada para a primeira matrícula».

2.5.2 A importância da língua latina

Os estatutos do Seminário de Portalegre de 1790 dedicam um capítulo acerca do mestre da língua latina, pela importância que esta tem no desempenho do ministério sacerdotal e por esta ser a primeira aula que os rapazes recebem ao entrar no Seminário. O professor deve ser um clérigo de Ordens Sacras de talento e prudência, mesmo aceitando as suas dificuldades:

...tendo paciência e revelar as suas faltas, com tanto, porém que não deixe de dar os castigos quando cometerem erros literários, como também na boa educação ...mostrar que finalmente está em lugar de pai que os deve dirigir naquela tenra idade para todos os atos de perfeição, a que o medo do castigo os há de obrigar.¹²⁵

O mestre de língua latina devia ordenar aos seminaristas os livros que haveriam de ler, fazendo-os ler os que dissessem respeito à vida eclesiástica: «... que tragam na mão o breviário, o Concílio Tridentino, a História Sagrada ...criando amor aos livros sagrados e que deles façam uso por toda a sua vida».¹²⁶

O domínio do latim era exigido àqueles que pretendessem ingressar no 1º ano do curso teológico, sendo para essa averiguação feito um exame, a que se deu o nome de exercício de latinidade. Este exercício era feito na presença do reitor do seminário, pelo decano dos

¹²³ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 68.

¹²⁴ Temos acesso a esta informação a partir do Livro de Matrículas de 1876-1879: *Livro de Matrículas do Curso Preparatório*, 1876.

¹²⁵ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 8.

¹²⁶ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 8.

professores e pelos professores do 1º ano teológico.¹²⁷ Posteriormente seria exigido este exercício no início de cada um dos 3 anos do curso teológico.

Este exercício constava de uma leitura, tradução e análise de um capítulo dos livros sagrados do Antigo Testamento ou do Novo Testamento.¹²⁸

2.5.3 Exames

A frequência das disciplinas, onde eram admitidos aqueles que se dispunham a abraçar o sacerdócio, pressupunha um exame que servisse para aferir o conhecimento adquirido durante a lecionação. O livro dos exames teológicos do Seminário de S. Pedro (1863-1878) permitiu-nos o conhecimento de alguns aspetos dessas provas.

Os exames eram sempre realizados na presença dos reverendos professores e reitor com a assinatura de todos os membros do júri - facto atestado por um procedimento formal - e eram classificados como aprovado *nemine discrepante* (por unanimidade); aprovado *simpliciter* (sem distinção); aprovado com distinção e reprovado (ainda que pouco frequente). Cada sessão de exame variava entre os três e os sete alunos.

Através deste livro percebemos a estrutura trienal do curso teológico e ainda a existência de exames complementares além dos de Teologia: de Hebraico, Grego e Canto eclesiástico. Reparámos ainda nalguns casos de reprovação que posteriormente surgem registados em anos posteriores, o que indica a possibilidade de repetição de ano. Podemos ainda ter acesso a alguns nomes de professores que já foram referidos anteriormente: António Chambel da Rosa; José Maria da Ressurreição; José D'Andrade Sequeira e Adolfo Ernesto Motta, o que indica uma estabilidade do corpo docente.

O rigor e a estrutura do programa formativo do Seminário de São Pedro refletem a exigência e o ideal de formação definidos pela Igreja pós-tridentina, exigência essa que cabia aos reitores garantir e supervisionar, como veremos de seguida.

¹²⁷ cf. Pereira, Manoel António, «Edital».

¹²⁸ cf. Pereira, Manoel António, «Edital».

2.6 Os Reitores do Seminário¹²⁹

2.6.1 O papel e funções do reitor e algumas notas biográficas

O Seminário de São Pedro, em Portalegre, ao longo da sua história, teve vários reitores nomeados pelos bispos diocesanos, com o encargo de fazerem cumprir os já referidos decretos do Concílio de Trento acerca da formação dos candidatos ao sacerdócio.

Os primeiros estatutos a que se teve acesso, datados de 1790, dedicaram um capítulo, o 6.º, ao cargo de reitor, afirmando que, no Seminário, deveria existir sempre um reitor que se fizesse respeitar pelas suas letras, virtudes, prudência e religião. Ali traçava-se o perfil do que deveria ser um bom reitor, elencando-se também as funções que lhe competiam.

O reitor deveria ser um homem cuja experiência o levasse a cumprir as obrigações do seu ministério, para que pudesse governar espiritual e temporalmente o Seminário de forma adequada. No exercício do seu cargo, podia mandar castigar os seminaristas, impondo-lhes as penas que lhe parecessem justas, dando conhecimento ao bispo diocesano dos casos que necessitassem de maior ponderação, para que juntos os pudessem resolver.

Ao ofício de reitor pertencia conceder as licenças necessárias para os colegiais e porcionistas saírem, negando-as no Entrudo e noutras semanas em que os seminaristas pudessem ter maior probabilidade de tomar essa decisão de forma pouco rezada. O bispo diocesano aconselhou, nesses estatutos, que a decisão de deixar o Seminário fosse rezada diante do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora.

O reitor, ou na sua ausência o vice-reitor, tinha o dever de trabalhar e ajudar os colegiais e porcionistas a cultivar a virtude da caridade fraterna, considerada uma virtude essencial para o futuro exercício do ministério sacerdotal. Neste sentido, o reitor procurava cortar todas as amizades particulares e também evitar inimizades; assegurava-se ainda de que todos cumprissem os serviços que lhes estavam destinados, principalmente na capela. A falta de compromisso nesses serviços era vista, segundo o parecer do bispo que redigiu os estatutos, como um sinal de que o seminarista descuidado nunca seria perfeito em nenhuma tarefa que lhe fosse entregue no futuro ministério.

O reitor devia ainda cuidar para que os seminaristas tivessem bom aproveitamento nos estudos, pedindo-lhes relatórios de progresso, para que, caso houvesse dificuldades nesse campo, estas pudessem ser resolvidas atempadamente.

¹²⁹ cf D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 6.

No que dizia respeito ao governo temporal da casa, o reitor tinha o encargo de assegurar que as rendas do Seminário fossem cobradas a tempo, prestando contas do Seminário anualmente. Assegurava-se também de que não entrassem mulheres nos corredores do Seminário, nem pessoas suspeitas, e de que não fossem entregues cartas e encomendas aos colegiais e porcionistas sem a sua autorização.

O reitor proibia ainda que os seminaristas saíssem sozinhos a passear pela cidade, assegurando-lhes companhia de modo a evitar desordens. Proibia também que estes entrassem em conventos de freiras ou em casas de mulheres, excetuando-se apenas as casas da mãe ou da irmã.

Era ainda missão do reitor visitar as celas dos seminaristas que lhe parecessem suspeitas, pela presença de livros que não deveriam ser lidos ou de cartas provenientes de pessoas de pouca confiança, castigando todas as transgressões e faltas de obediência, e louvando também aqueles que merecessem.

A documentação do arquivo da diocese de Portalegre-Castelo Branco permitiu aceder aos nomes dos clérigos que exerceram a missão de reitores do Seminário de São Pedro, em Portalegre, desde os finais do século XVI.

O primeiro reitor foi o Padre Luís Martins Ferro, nomeado pelo bispo diocesano D. Julião D'Alva, em 1590. Podemos confirmar esta informação através de uma procuração régia:

In Dei Nomine Amem. Saibão quantos este estrom(en)to / de poder e procuração bastamte virem q(ue)/ no ano do nascimento de nosso S(enh)or Jesus X^o de mill / e quinhentos e noventa e hu(m) anos aos vimte e seis dias do mes de outubro em esta cidade de portalle/gre em a see da dita cidade estando em ella presentemte ho r(everen)do padre luis m(art)i(n)s ferro reitor do Seminario deste bispado lloguo por elle foi dito a mi not(ai)ro (e test(emunh)as ao diamte nomeadas q(ue) elle no melhor modo q(ue) deve e por di(rei)to mais valer ordenava e fazia / em seu nome e do dito seminarjo e collegiais delle .¹³⁰

O livro de contas do Seminário do século XVI e os registos de chancelaria dão-nos informações acerca dos reitores que se foram seguindo. Ali acedemos ao nome de três reitores: o cónego António Dias, que segundo o documentado neste livro, terá sido reitor de 1632 a 1638/; o Cónego Francisco Velez que terá sido reitor de 1639 a 1657/58 e o Cónego Manuel Velez que terá sido reitor de 1658/59 a 1659/60.¹³¹

A 7 de dezembro de 1671 foi nomeado como reitor do Seminário de São Pedro o Pe. Francisco Vaz Delicado, sendo sucedido, a 27 de janeiro de 1672, pelo Dr. António Meira de

¹³⁰ *Arquivo do Cabido de Portalegre*, Maço 10, 1591, f. 69 v^o.

¹³¹ cf. *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reytor (1639)*, f. 1–54, Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco (PT/AHDPCTB/SSP/C/D/002/001/Lv 001-1639-1658).

Velez. Através da consulta ao livro de crismados da Catedral de Portalegre (1673–1763), identificamos o nome do reitor que se seguiu, o Pe. Manuel Nunes Cardoso, uma vez que surge referido como padrinho de vários crismados, com a designação: «Reitor do Syminario M(anu)el Nunes Cardoso»¹³²..

Recorrendo a outras fontes, como o livro de José D’Almeida Eusébio¹³³, é possível identificar os nomes de vários reitores entre 1713 e 1768. Assim, em 1713 exercia funções o Dr. Miguel Malaquias, sucedido pelo Pe. Crispim dos Santos, até 1733. Depois, o Dr. Ricardo Sinnot foi reitor até 1738, tendo, segundo o Registo da Câmara, iniciado o cargo em 29 de março de 1737¹³⁴. O Pe. Bartolomeu Dias Leitão sucedeu-lhe até 1742, embora os registos indiquem que foi nomeado em 3 de maio de 1737¹³⁵, o que parece sobrepor-se ao período do reitor anterior. Seguiram-se: o Dr. Policarpo dos Santos Maia, até 1748; o Dr. Sebastião Passanha de Torres, até 1749; o Dr. António Pinheiro da Silva, até 1751; o Pe. Jorge Fernandes Garro, até 1755; e, por fim, o Pe. António Roberto de Carvalho Mergulhão, que permaneceu no cargo até 1768.

Resumimos seguidamente, num quadro sinóptico, o nome dos reitores do Seminário de Portalegre e os anos que aí serviram.

¹³² *Livro de Crismados da Catedral de Portalegre*, f. 97, 14 de Abril de 1697.

¹³³ cf. D’Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 41.

¹³⁴ *Registo da Câmara Eclesiástica* (1736), f. 16.

¹³⁵ *Registo da Câmara Eclesiástica*, f. 20.

2.6.2 Quadro sinóptico dos reitores do Seminário de São Pedro em Portalegre

Nome	Anos documentados
Luís Martins Ferro	1591-
Cón. António Dias	1632 -1638/39
Cónego Francisco Velez	09.Abril.1639- 1657/58
Cónego Manuel Velez	1658/59-1659/60
Pe. Francisco Vaz Delicado	1671
Dr. António Meira de Velez	1672
Pe. Manuel Nunes Cardoso	1697
Dr. Miguel Malaquias	1713
Pe. Crispim dos Santos	até 1733
Dr. Ricardo Sinnot	até 1738
Pe. Bartolomeu Dias Leitão	até 1742
Dr. Policarpo dos Santos Maia	até 1748;
Dr. Sebastião Passanha de Torres	até 1749
Dr. António Pinheiro da Silva	até 1751
Pe. Jorge Fernandes Garro	até 1755
Pe. António Roberto de Carvalho Mergulhão	até 1768
Cón. Francisco Jerónimo Velez Barbudo	1766 a 1775/76

Pe. Mestre Manuel Pires dos Reis	até 1776/77
Pe. Jacinto de Amaral	só parte de um ano
Pe. João Alberto de Paula da Silveira	até 1777/78

2.7 O Pessoal ao Serviço da Formação e da Casa

O Seminário de São Pedro em Portalegre contava com uma equipa de empregados / colaboradores para o que o fim para o qual foi criado, a formação de clérigos, fosse executado da melhor forma possível.

2.7.1 Professores e disciplinas lecionadas

Para a leção o Seminário dispunha da já referida equipa de docentes, cerca de 6. Alguns destes nomes a que tivemos acesso são: António Chambel da Rosa, que lecionou as disciplinas de história sagrada e eclesiástica, hermenêutica sagrada do Antigo e Novo Testamento, direito natural e eloquência sagrada; José Maria da Ressurreição que lecionou teologia moral e sacramental; António Ribeiro de Santos Viegas que lecionou direito eclesiástico público e português; José d'Andrade Sequeira que lecionou dogma geral especial, e Hebraico; José António Soeiro que lecionou teologia pastoral; Manuel António Pereira, que lecionou canto eclesiástico e Francisco José Perdigão, professor de música.¹³⁶

2.7.2 Funcionários do Seminário e suas funções

Além dos professores, encontramos ainda referências aos empregados que desempenhavam diversas funções essenciais à vida quotidiana do Seminário. Entre eles, destaca-se um médico-cirurgião, de seu nome Manoel de Almeida Campos, responsável pelos cuidados de saúde; Pedro da Fonseca Ressurreição, que exerceu as funções de porteiro e contínuo; Nicolau do Carmo Madeira, ecónomo; Bartholomeu Dias Almada, guarda-portão; Joaquina da Conceição, cozinheira; José Maria Mimoso, criado de mandatos; Angélica Rosa Mendes, encarregada da lavagem e engomadoria da roupa; Manoel Joaquim, barbeiro e José Maria Alberto Cardozo, bibliotecário.¹³⁷

¹³⁶ cf. «Mappa dos professores do Seminário Diocesano de Portalegre no anno letivo de 1 de agosto de 1869 a 31 de Julho de 1870», 18 de março de 1871, PT/AHDPCTB/SSP/E/001/Mç001-1865-1871, Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco.

¹³⁷ cf. «Mappa do pessoal do Seminário Diocesano de Portalegre no anno letivo de 1 de agosto de 1869 a 31 de julho de 1870».

A presença e funções destes trabalhadores encontram paralelo nas disposições dos estatutos do Seminário de 1790, onde se define com clareza a importância dos serventes para o bom funcionamento da instituição. Por exemplo, determinava-se que «haverá um cozinheiro para satisfazer as obrigações do seu ofício, diligente de sorte, que tenha tudo pronto a horas e zeloso do bem comum para evitar toda a superfluidade»,¹³⁸ sendo-lhe atribuído ainda um moço que o auxiliasse com «agilidade para comprar tudo quanto for necessário»¹³⁹. Estas exigências refletem-se nas funções atribuídas a Joaquina da Conceição, cozinheira, e possivelmente também no apoio logístico prestado por José Maria Mimoso.

Quanto à portaria, destacava-se a necessidade de um homem de confiança, pois «é indispensável um porteiro ou moço que sirva na portaria, homem de toda a probidade e segurança, pois que dele depende a reputação do colégio»¹⁴⁰. O papel desempenhado por Pedro da Fonseca Ressurreição enquadra-se nesta descrição, já que, como porteiro e contínuo, seria responsável por controlar o acesso ao edifício, transmitir mensagens e manter a ordem nos corredores, conforme estipulado: «terá a porta fechada nas horas que o reitor determinar e não deixará subir a escada pessoa alguma sem primeiro dar parte»¹⁴¹

Além disso, estipulava-se que «não chamará seminarista nem porcionista estando em ato de comunidade, nem lhe entregará cartas ou encomendas sem licença do reitor»¹⁴², um cuidado que sublinha o rigor disciplinar em vigor.

Por fim, os estatutos previam que «os ordenados dos serventes serão os do cofre ou o que o reitor prudentemente arbitrar»¹⁴³, evidenciando uma certa flexibilidade nas remunerações conforme as possibilidades e juízo da administração.

Para que toda esta estrutura organizativa e formativa funcionasse de modo eficaz, era imprescindível garantir os meios materiais que sustentassem o dia a dia da instituição, desde os salários do pessoal até à manutenção do edifício e apoio aos seminaristas (alimentação, vestuário, etc...), questões que abordaremos de seguida ao tratar da sustentação económica do Seminário de São Pedro.

¹³⁸ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 10.

¹³⁹ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 10.

¹⁴⁰ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 10.

¹⁴¹ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 10.

¹⁴² D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 10.

¹⁴³ D. Manoel Tavares Coutinho e Silva, *Estatutos do Seminário de Portalegre*, cap. 10.

2.8 A sustentação do Seminário de Portalegre

O Seminário de São Pedro em Portalegre procurou seguir as indicações que o Concílio de Trento estabelecera para a fundação de Seminários. Importa por isso elencar o que foi determinado na sessão XXIII, capítulo XVIII, acerca deste assunto.

O concílio de Trento afirma que sendo necessárias rendas para o salário dos mestres e ministros, para a sustentação dos alunos e para a manutenção dessas casas de formação, os recursos deveriam provir, em grande parte, dos rendimentos dos benefícios eclesiásticos existentes na diocese e outras fontes como doações de instituições religiosas e contribuições da própria Igreja local:

os mesmos bispos com conselho de dois cónegos do cabido, dos quais um seja eleito pelo cabido e o outro pelo clero da cidade , e dois do clero da cidade , tirarão alguma parte ou porção de todos os frutos da mesa episcopal e do cabido e de quaisquer Dignidades, personados, officios, prebendas, porções, abadias, priorados de qualquer ordem, ainda regular [...] e de quaisquer benefícios associados a mosteiros e hospitais [...] e das fábricas das igrejas [...] e rendas eclesiásticas [...] e os soldados de qualquer milícia, excetuando os Irmãos de São João de Jerusalém [...]¹⁴⁴

Os bispos foram incumbidos de destinar uma fração dessas rendas ao financiamento dos Seminários, assegurando que a formação do clero não fosse prejudicada por dificuldades económicas, punindo os que não cumprissem o pagamento das rendas.¹⁴⁵

Outro ponto essencial foi a preocupação com os seminaristas de condição humilde. O Concílio determinou que jovens pobres que demonstrassem vocação e aptidão para o sacerdócio não fossem impedidos de seguir sua formação por falta de recursos. Para isso, a Igreja deveria prover à sua alimentação, vestuário e demais necessidades durante o período de estudo, garantindo que a vocação fosse discernida e cultivada independentemente da situação financeira do candidato.

Este enquadramento tridentino não foi apenas normativo, mas teve consequências concretas no modo como os Seminários, como o de Portalegre, estruturaram o seu

¹⁴⁴ Traduzido para português por: Lisbonense , Vicente, *O Sacrossanto e Ecuménico Concilio de Trento em Latim e Portuguez*, Tomo II (Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781), 205–6.

¹⁴⁵ cf. Traduzido para português por: Lisbonense , Vicente, *O Sacrossanto e Ecuménico Concilio de Trento em Latim e Portuguez*, 209.

financiamento. A análise dos documentos históricos permite verificar em que medida estas orientações foram seguidas ou adaptadas, conforme os contextos específicos.

Em relação ao Seminário de São Pedro em Portalegre, diz Almeida Eusébio:

Em primeiro lugar, diremos que até 1714 poucas notícias ha, porque não existem hoje, nem tão pouco existiam já em 1751, livros relativos ao Seminário, quer de Receita e Despeza, como ha desde 1721, quer de Matrícula dos alumnos. Perderam-se ou pela incuria dos administradores ou feitos em pedaços pela soldadesca castelhana que infreme entrou em Portalegre a 8 de junho de 1704¹⁴⁶

Este testemunho revela a fragilidade da preservação documental e a instabilidade provocada por contextos militares, que afetaram diretamente a memória institucional do Seminário. No entanto, como veremos, investigações mais recentes vieram contrariar esta lacuna.

Passado quase um século desde a publicação da obra de Almeida Eusébio, em 1993, o arquivista da Diocese de Portalegre-Castelo Branco, Cónego Bonifácio Bernardo encontrou na Câmara Eclesiástica de Portalegre, o livro das contas do Seminário relativas ao século XVII, disso dando conta numa publicação subsequente:

Em outubro passado, descobri, na Câmara Eclesiástica de Portalegre, um livro de cento e vinte e oito meias folhas (25,5 x 20,5) - porém em branco desde a f 55, exceto a 128v^o, onde encontramos o termo de encerramento - extraordinariamente bem conservado. Logo na capa, podemos ler: “Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reytor”. Abrange o período que vai de 1639 a 1660. ¹⁴⁷

Neste livro de contas encontramos muitos elementos importantes acerca do Seminário e como era feita a sustentação desta casa de formação. Nele encontram-se detalhadas fontes de rendimento do Seminário, como doações, rendas de propriedades e possíveis subsídios da Igreja ou da Coroa. Também menciona os principais gastos, incluindo manutenção do edifício, salários e alimentação dos seminaristas. A tabela seguinte resume os dados financeiros entre 1639 e 1660, permitindo não só a observação das oscilações anuais, como também a avaliação da consistência das receitas, a estabilidade do funcionamento do Seminário e as capacidades de investimento em anos de maior excedente.

¹⁴⁶ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 25.

¹⁴⁷ Bernardo, Bonifácio, «Notas acerca das contas do Seminário de Portalegre no Século XVI», abril de 1994, 1.

ANO	RECEITA (Reis)	DESPEZA	RESTO
1639-1640	204:938	184:462	20:476
1640-1641	192:019	165:050	26:968
1641-1642	198:010	192:251	5:759
1642-1643	176:801	124:602	52:199
1644-1645	171:042	12:950	158:092
1645-1646	Não existe qualquer referência às contas deste ano		
1646-1647	171:042	34:104	136:938
1647-1648	171:042	16:755	154:287
1648-1649	170:842	93:695	76:827
1649-1650	170:967	11:810	159:157
1650-1651	171:042	14:756	156:560
1651-1652	171:042	11:485	159:557
1652-1654	342:084	100:025	242:059
1654-1655	161:042	32:397	138:645
1655-1656	178:542	97:913	80:629
1656-1657	176:042,5	188:777	143438
1657-1658	173:042	16:870	
1658-1660	803:860,5	830:612,5	26:752,5

A análise dos dados revela que, na generalidade dos anos, o Seminário apresentava saldos positivos (“restos”), o que atesta uma situação financeira equilibrada. Mesmo nos anos de maiores despesas – como 1658-1660 – o défice resultante é relativamente modesto, considerando os encargos extraordinários com obras. Isto indica uma administração prudente e um sistema de receitas eficaz para o tempo.

A partir desta descoberta preciosa do Cónego Bonifácio Bernardo conseguimos não só conhecer as contas do Seminário durante o século XVII, que apresentamos na tabela acima, mas muitas outras informações importantes que nos ajudam a conhecer alguns aspetos do funcionamento do Seminário, elementos estes que aparecem anexos às contas, como justificação destas.

É particularmente relevante que este seja o primeiro registo conhecido com detalhe sistemático das finanças do Seminário, permitindo preencher parcialmente a lacuna documental

que cobria os primeiros cinquenta anos da instituição. Com efeito, esta documentação lança luz sobre a governação financeira do Seminário e o modo como se integrava nos mecanismos administrativos da diocese.

Em primeiro lugar apercebemo-nos que nos documentos que até então temos no Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco, este é o primeiro que nos dá acesso às contas do Seminário, não existindo informação desta natureza para os primeiros cinquenta anos de funcionamento do mesmo. Logo na primeira folha temos acesso à data da primeira tomada de contas, 21 de junho de 1644, na casa do cabido da Sé, remontando estas ao ano 1638/39, assim como também sabemos o reitor da altura e o ano em que tomou posse deste cargo e os que estiveram envolvidos nesta tomada de contas:

Titulo de Receita do anno de 1639 em q(ue) comesou a servir o R.do Coneguo Fr.co Vellez de R.or do Seminario... Consta comessar a servir o R.do Coneguo Fr.co Vellez de R.or do seminario aos nove dias do mes de Abril de seis centos e trinta e nove anos... Recebeo o R.dº R.or trinta e tre mil dozentos e noventa e seis r(ei)s q(ue) estavam por cobrar do anno que acabou por Sam João se seis centos e trinta e nove annos, do Resto das contas q(ue) estão por cobrar do P.e Ant(oni)º Dias seu antecessor, como consta do L(ivr)º do Seminario q(ue) comesou a servir o anno de mil e seis c(en)tose trinta e dous a f 129 vº no t(i)t(ul)º da Receita.¹⁴⁸

Este excerto mostra que havia uma continuidade na gestão financeira, com transição entre reitores e contabilização de saldos pendentes. A clareza e formalismo destes registos atestam uma preocupação com a transparência e a responsabilização na administração dos fundos do Seminário.

Através deste excerto do livro de contas, ficamos também a conhecer que o ano do Seminário terminava pelo São João, portanto a 24 de junho. Outro dado importante que ressalta ao analisar este livro de contas é o surgimento de um valor anual a que se dá o nome de resto: «Resto Resta dever o R.or»¹⁴⁹; «Resta dever que carga sobre o R. do R.or»¹⁵⁰. Este valor (resto) é explicado numa nota¹⁵¹, firmando-se que o remanescente se pressupunha nas mãos do Reitor, que dele fazia entrega a seguir. O dinheiro era lançado na arca do erário cujas chaves (três)

¹⁴⁸ *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reytor, 1639-1658, f. 2.*

¹⁴⁹ *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reytor, f. 3.*

¹⁵⁰ *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reytor, f. 9.*

¹⁵¹ cf. *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reytor, f. 26.*

estavam em poder de três membros do Cabido¹⁵². Na descrição das contas do ano 1644-1645, também há referência a esta arca de 3 chaves: «a verba é metida no depósito das três chaves, em casa do Tesoureiro».¹⁵³

Este sistema de tripla guarda da arca do erário, com envolvimento direto do Cabido, revela a existência de um modelo colegial de supervisão financeira, garantindo a segurança dos fundos e evitando abusos individuais. A noção de “resto” também confirma a tentativa de rigor contabilístico e continuidade entre exercícios.

No ano 1654-1655 desse dinheiro da arca do erário, onde era depositado o dinheiro do Seminário, foi emprestada uma parte para a reabilitação dos telhados da Sé: «diz-se que o Reitor entregou também “por hu(m)a portaria do R(everen)do Cabbido cento e uinte mil rs, q(ue) se emprestarão para a conta da Mitra p(ar)^a os telhados da Sé, com recibo do R.do Conego Manuel Velles, fabriq(uei)ro».¹⁵⁴

Este empréstimo confirma que os fundos do Seminário podiam ser mobilizados para finalidades de interesse eclesial mais amplo, nomeadamente para obras no edifício da Sé. A ligação institucional entre o Seminário e a Mitra é, assim, mais do que simbólica: há uma interdependência funcional e financeira concreta.

No ano 1655-1656, podemos constatar, que se fizeram obras no Seminário pela nota que é dada na apresentação das contas desse ano. Essas obras terão sido na cozinha e nas oficinas do Seminário:

Ao mestre das obras do Seminário 30000 reis”; por outra portaria dos Padres deputados das contas (António Rodrigues Bragão, Bras de Matos e Manuel Dias), relativa às mesmas obras 2660; por portaria dos mesmos: “que se fiserão de custo os sinco portados das offesinas debaixo e janella da cozinha do Seminario.¹⁵⁵

Estas obras revelam não apenas a manutenção da estrutura física, mas também um cuidado com as condições de habitabilidade e funcionalidade do edifício. Os valores envolvidos são significativos e indicam que o Seminário dispunha de margem orçamental para realizar melhorias estruturais, sem comprometer o funcionamento regular.

¹⁵² cf. *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 26.

¹⁵³ *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 17–18.

¹⁵⁴ *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 43–45.

¹⁵⁵ *Livro das contas do syminario q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 45–47.

Nos anos seguintes há novamente referência a outras obras realizadas, nomeadamente nos telhados:

A António Preto, juiz louvado das obras do Seminário, natural de Amieira, 10000; a Paulo Rodrigues, pelos acrescentamentos que os juizes arbitrarão, 77907; obras miudas que se fiserão no Seminário em que correu o Conego Manuel Velez 1880; a Amador Fernandes, pedreiro, uma primeira prestação de 30000, do total de 100000 rs, a reformar os telhados; mais para gastos das obras do Seminário, 52000.¹⁵⁶

O volume das verbas e o número de intervenientes (juiz louvado, pedreiros, acrescentadores) permite inferir a dimensão das intervenções, que vão muito além de simples reparações. Há um investimento planeado e executado por etapas, que reflete uma política de valorização do edifício e, possivelmente, um aumento das exigências de conforto ou de número de alunos.

Pelo que se declara na documentação a propósito das obras do Seminário, ficamos a saber que no ano de 1658/59, passou a Reitor o Cónego Manuel Velez, cujo papel é destacado naquele processo. De facto, ali vem inserido um «título da receita do R(everen)do Conego Manoel Vellez Reitor do Sem(in)ar(i)º de que dara conta na despesa das obras do mesmo Sem(in)ar(i)º».¹⁵⁷

Em maio de 1661, foram tomadas as contas de 1658/59 e 59/60 ao mencionado Reitor, Cónego Manuel Velez. Delas consta: Receita = 803860,5 Reis; Despesa = 830612,5; Resto = 26752,5.

Estes valores mostram um acréscimo acentuado da despesa nos anos finais do período analisado, o que está diretamente ligado à execução de grandes obras. Apesar disso, o Seminário não apresenta um défice estrutural preocupante, o que confirma a solidez da sua gestão financeira ao longo de duas décadas.

A f.53 atesta aliás que o Reitor, Cón. Manuel Velez, recebera dinheiro para as ditas obras, nestes dois anos «que começarão em S. João Baptista de seiscentos sincoenta e oito até o de seiscentos sincoenta e nove»¹⁵⁸.

A descoberta deste livro de contas permite-nos, no contexto da história do Seminário de São Pedro em Portalegre, recuar até ao ano de 1638/39. Tendo o mesmo sido inaugurado em 1590/91, fica por preencher uma lacuna de apenas 50 anos. Ficamos também a saber que as contas eram aprovadas por uma comissão, fundamentalmente composta por membros do

¹⁵⁶ *Livro das contas do syminário q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 51.

¹⁵⁷ *Livro das contas do syminário q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 52.

¹⁵⁸ *Livro das contas do syminário q(ue) se tomarão ao R(everen)do Conego Franc(is)co Vellez do tempo que foi Reitor*, f. 53.

Cabido, a que se juntavam, como representantes do clero, dois párocos da cidade. Assinaram as contas, por exemplo, o Pároco de S.^a Maria Madalena e também o de S. Tiago, funcionando como uma espécie de Conselho Fiscal.

Este modelo de aprovação das contas garante um grau elevado de participação eclesiástica e reforça a credibilidade do processo administrativo. O envolvimento de párocos das principais freguesias demonstra o peso institucional e espiritual que o Seminário tinha na vida da diocese.

Pelos valores de receita e despesa do Seminário que este livro apresenta e que se encontram descritos na tabela acima, podemos afirmar que o Seminário vivia então desafogadamente, com rendimentos assegurados anuais de pelo menos 171.042 reis.

Este valor recorrente, ainda que sujeito a pequenas flutuações, demonstra a existência de uma base estável de financiamento, o que era essencial para garantir a continuidade da formação dos seminaristas. De facto, as despesas, mesmo quando foram levadas a cabo obras importantes (de beneficiação e de acrescentos), neste período, nunca sufocam os seus Responsáveis com preocupante deficit.

Esta constatação reforça a ideia de que o Seminário, pelo menos entre 1639 e 1660, dispunha de uma organização sólida e resiliente, capaz de absorver investimentos sem comprometer a sua sustentabilidade.

Ficamos a conhecer que os seus Responsáveis eram membros do Cabido, bem como os nomes de três dos seus Reitores: António Dias, desde data ignorada (a hipótese acima colocada pressuporia que era muito jovem quando assumira o cargo, que exerceria durante mais de 50 anos, o que parece improvável) até abril de 1639; Francisco Velez, desde esta data até 1657/58; e Manuel Velez, de 1658/59 até data ignorada.

A identificação dos reitores permite traçar a cronologia da liderança da instituição, essencial para compreender as dinâmicas de continuidade e mudança na sua governação. O nome dos responsáveis está muitas vezes ligado aos principais períodos de investimento e reorganização interna.

Este achado do Cónego Bonifácio Bernardo, o livro de contas do século XVII, contraria o que Almeida Eusébio afirma na sua obra acerca do Seminário, dos inícios do século XX: «não existem os livros respectivos, e, portanto, só se pode saber a receita do Seminário em 1721, que por ser tão diminuta e só o indispensável parece ser a dos primeiros tempos»¹⁵⁹.

¹⁵⁹ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 27.

Almeida Eusébio, não só desconhecia a existência do livro de contas do século XVII, como afirmava que as receitas deveriam ser diminutas, o que pelo quadro acima apresentado, podemos afirmar não ser rigoroso.

Seguidamente transcrevemos essa receita que Almeida Eusébio elenca, relativa ao ano de 1721, que nos fornece informações relevantes, nomeadamente as fontes de receita do Seminário à época.

A Mitra Episcopal	69:000 Reis
A Commenda de Niza	30:000 Reis
A Fábrica das Igrejas da mesma villa	1:940 Reis
A Commenda e Fabrica de Arez	10:280 Reis
A Commenda e Fabrica de Alpalhão	7:050 Reis
A Commenda e Fabrica de Castelo de Vide	12:600 Reis
A Fábrica de S. Maria de Castelo de Vide	600 Reis
Os 4 Benefícios da mesma	2:400 Reis
O Priorado do Assumar	6:000 Reis
A Fábrica da mesma Igreja	200 Reis
O Priorado de S. Thiago de Castelo de Vide	3:375 Reis
O Priorado da Magdalena	2:200 Reis
O Priorado da Chancelaria	1:092 Reis
O Priorado de Torre das Vargens	500 Reis
A Vigararia de Ponte de Sor	250 Reis
A Fábrica da Guarda	3:750 Reis
A Comenda de Alegrete	2:780 Reis
A Comenda de A Comenda de Villa Flôr	2:520 Reis
A Comenda de Montalvão	10:280 Reis
TOTAL	169:627 Reis

A diversidade das fontes de receita – mitras, comendas, fábricas de igrejas e priorados confirma que, no início do século XVIII, o modelo tridentino de financiamento se mantinha em vigor, embora com valores relativamente modestos. O total de 169:627 rei fica abaixo da média verificada no século anterior, sugerindo um enfraquecimento ou reestruturação das fontes de rendimento.

Entre o último registo de contas do Seminário, relativo ao século XVII e este acima apresentado, há um intervalo de 60 anos em que muito provavelmente houve mudanças no Seminário, desde o número de alunos, às despesas com a casa, etc.

Esse hiato documental entre 1660 e 1721 impossibilita uma reconstituição contínua das finanças, mas os dados disponíveis apontam para uma provável redução de receitas, ou pelo menos para a necessidade de reorganização, talvez em resposta a transformações políticas, económicas ou eclesiásticas ocorridas nesse período.

Sabemos, através de uma carta do reitor do Seminário Miguel Malachias ao Bispo D. Álvaro Pires de Castro Noronha, datada de 1713 que a renda aplicada ao Seminário é insuficiente para as necessidades deste:

... considerando que os rendimentos e proventos do mesmo Seminário não chegam para a sustentação de 12 meninos ao menos, segundo a forma prescrita pelo Concilio Tridentino: como dificilmente se possam manter 6 segundo consta do estado económico e conta pontual dos rendimentos.¹⁶⁰

O reitor pediu ao Bispo que um benefício eclesiástico simples que se encontrava ereto na igreja de S. Francisco de Ponte de Sor, fosse dado ao Seminário: «supplica por isso humildemente que seja unido e incorporado perpetuamente com todos os direitos, rendimentos e ónus a si anexos...».¹⁶¹

Este pedido, fundamentado na precariedade das finanças do Seminário, mostra como o clero local procurava mobilizar os instrumentos jurídicos previstos pelo Concílio de Trento para garantir a subsistência da instituição. A carta evidencia também a dimensão concreta das dificuldades, já que nem sequer seis alunos conseguiam ser sustentados.

O Bispo de Portalegre depois de ter obtido o consenso do cabido e do clero da cidade e tendo interrogado quatro testemunhas, concedeu este benefício ao Seminário:

...como delegados da Sé Apostólica, pela autoridade de que nos é concedida pelo Sagrado Concilio Tridentino e em execução do monitório do Sr. Auditor Geral da Câmara Apostólica, como pela faculdade que temos da Sagrada Congregação por carta particular, unimos e incorporamos ao Seminário d'esta cidade o dito benefício com

¹⁶⁰ Requerimento escrito ao Bispo de Portalegre D.Álvaro de Noronha pelo reitor Miguel Malachias, com o objetivo de obter um benefício em favor do seminário diocesano, 1713, D'Almeida Eusébio, José, 28.

¹⁶¹ Requerimento escrito ao Bispo de Portalegre D.Álvaro de Noronha pelo reitor Miguel Malachias, com o objetivo de obter um benefício em favor do seminário diocesano, 1713 D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 29.

todos os seus direitos e pertenças sem prejuízo do divino culto e obrigação do mesmo e do atual possuidor, mandamos se lhe dê titulo d'esta união com o qual tomará o reverendo padre Reitor logo posse do dito Benefício e pague os auctos. ¹⁶²

A incorporação do benefício de Ponte de Sôr constitui um momento-chave na história financeira do Seminário, representando um aumento substancial da receita. A sua legalização formal, com base em prerrogativas conciliares e canônicas, confere legitimidade e durabilidade a essa fonte de sustento.

Até ao ano de 1739-1740 a receita rondou os 170:000 reis. No ano de 1746-1747 quando o Seminário recebeu as primeiras rendas do Benefício de Ponte de Sôr, que fica vago em 1 de março de 1746, a receita do Seminário aumentou para mais do dobro, pois este benefício consistiu em 160:000 reis anuais.¹⁶³ O benefício de Ponte de Sôr passou a constituir o maior contributo para o sustento do Seminário. Nas Memórias paroquiais da Sé de Portalegre encontramos esta referência:

Nesta freguesia da Sé há um primeiro lugar Seminário contíguo à Sé e Paço episcopal, no qual se criam estudantes pobres, e as suas rendas estão fundadas em pensões impostas na Mitra, e outros benefícios, e nas rendas de um benefício da Vila de Ponte de Sor, que por bula Pontificia se lhe anexou no tempo em que era bispo deste bispado o Ex.mo Dom Álvaro de Castro Noronha.¹⁶⁴

Este testemunho comprova que o benefício de Ponte de Sôr não só teve impacto imediato, como se tornou estrutural na estabilidade económica do Seminário. O reconhecimento da importância desta renda nas memórias paroquiais sublinha a sua relevância para o funcionamento da instituição.

D. Frei João de Azevedo (?-1765) mostrou especial atenção ao Seminário, aumentando a receita deste e mandando fazer muitas obras, a que já fizemos referência na primeira parte deste capítulo. Além das obras terá comprado para a capela: «um missal novo; umas sacras, então modernas; cálix e patena, cobertas, docel, galhetas, estante; pintura dos castiças, concerto das imagens de São Pedro e de S. Paulo»¹⁶⁵

¹⁶² Sentença do Bispo D. Álvaro de Noronha em que aprova a união do Benefício da Igreja de Ponte de Sôr ao Seminário de Portalegre, 23 de março de 1714, D'Almeida Eusébio, José, 32.

¹⁶³ cf. D'Almeida Eusébio, José, 33. Não sendo possível ter acesso aos livros de receita destes anos, por não se ter conhecimento da sua existência e conseqüentemente não se encontrarem no Arquivo Diocesano de Portalegre- Castelo Branco, os valores apresentados são os que Almeida Eusébio apresenta na sua obra.

¹⁶⁴ *Memórias Paroquiais da Sé de Portalegre*, vol. 29, 223.

¹⁶⁵ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 33.

Este investimento em objetos de culto revela a preocupação não apenas com a funcionalidade, mas com a dignidade litúrgica da instituição, reforçando o papel do Seminário como espaço formador do clero e centro espiritual da diocese.

Em 1752-1753, comprou o Sr. D João de Azevedo, para servir de renda ao Seminário, uma morada de casas contíguas ao edifício do Seminário, na rua de S. Vicente Mártir, que rendiam anualmente ao Seminário 10.000 reis. Afirma José de Almeida Eusébio que em meados do século XVIII, a despesa quase nunca excedeu a receita, pois: «Uns alqueires de trigo a 400 reis, uns feijões pretos e brancos, umas arrobas de bacalhau, juntamente com as beccas, gorras, chimarras e sapatos dos collegiaes, era toda a despeza do Seminário»¹⁶⁶

Este testemunho permite observar o padrão de despesa do Seminário, centrado em géneros alimentares e vestuário dos alunos, sem luxos, mas com regularidade. A aquisição de bens imobiliários demonstra ainda a preocupação com o reforço do património próprio e a obtenção de rendimentos fixos e previsíveis.

Como afirmámos acima, D. João de Azevedo, enquanto bispo de Portalegre mandou fazer muitas obras, terminando estas no ano letivo 1765-1766. No primeiro ano após as obras, o Seminário teve de receita 884.560 reis, que devido às despesas elevadas desse ano, apenas transitaram 110.433 reis para o ano seguinte.

Este saldo reduzido, apesar da receita elevada, é explicável pelas obras então concluídas. O facto de o Seminário conseguir manter-se funcional após esses encargos reforça a ideia de uma administração prudente e de um fundo de maneio relativamente robusto.

Nos anos seguintes, a receita desceu para 400.000 reis, provável razão que levou D. Jerónimo Rogado de Carvalho e Silva a fechar o Seminário, que assim se manteve durante 3 anos.¹⁶⁷

Esta queda abrupta na receita confirma a dependência do Seminário em relação a rendas específicas e à estabilidade económica geral. A suspensão do funcionamento ilustra os limites estruturais da instituição quando confrontada com oscilações significativas nos seus recursos.

Em 1774-1775 o Seminário reabriu com uma receita de 733.184 reis, transitando para o ano seguinte 265.489 reis a que se juntou uma verba de 144.000 reis oferecida pelo bispo D.

¹⁶⁶ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 34.

¹⁶⁷ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 46.

Pedro de Mello, provavelmente resultante do resto dos anos 1770-1774. Até 1778 a receita e despesa foi-se mantendo estável.

Estes valores assinalam um novo ciclo de recuperação financeira, em que o apoio episcopal direto desempenha um papel determinante. A doação feita por D. Pedro de Mello reforçou a ligação institucional entre o bispo e o Seminário e mostra como a intervenção pontual da autoridade eclesiástica podia mitigar fragilidades estruturais.

Ao chegar a Portalegre o novo bispo D. Frei Manoel Tavares Coutinho e Silva, foi feita, em janeiro de 1779, uma censura às contas do Seminário, que mostra o zelo pelo Seminário que procura implementar.¹⁶⁸ Este bispo obrigou o reitor a uma maior clareza nos livros de despesa e receita, para que as contas tivessem uma maior e melhor ordem que as que encontra:

Como todas estas contas do livro da receita e despesa do Seminário de S.Pedro d'esta cidade se acham com menos formalidade e clareza ...tudo com pouca ordem: Declaramos ao reverendo reitor do mesmo que deve fazer livros separados para todos estes ministérios, e, mais pequenos, não só para evitar as ditas confusões, mas para ficarem mais bem acondicionados e se poderem guardar e se poderem guardar no archivo, fazendo declaração da receita e despesa¹⁶⁹

Esta intervenção episcopal representa uma viragem na cultura administrativa do Seminário, introduzindo critérios modernos de contabilidade e arquivamento. Revela também uma crescente exigência no controlo dos recursos e na prestação de contas, demonstrando que a organização interna acompanhava as tendências reformistas da Igreja no final do século XVIII.

Talvez por esta advertência do bispo diocesano, a partir deste ano 1779 começamos a ter acesso a um maior número de documentos acerca das contas e dos bens do Seminário, que ainda hoje se encontram no arquivo diocesano, com informação bastante pormenorizada. Podemos comprovar a exigência que D. Manuel Coutinho e Silva tinha pelos registos do Seminário na introdução do livro do inventário dos bens móveis e de raiz:

este livro qual consta [...] folhas todas numeradas e rubricadas [...] para nelle se inventariarem todos os bens móveis e de raiz pertencentes ao Seminário de S.Pedro desta cidade e se incorporarão neste mesmo livro todos e quaisquer títulos, escrituras e documentos que lhe digam respeito.¹⁷⁰

¹⁶⁸ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 47.

¹⁶⁹ Manoel Tavares Coutinho e Silva, «Carta ao reitor do Seminário», 8 de janeiro de 1779.

¹⁷⁰ *Inventário dos Bens Móveis e de Raiz do Seminário de São Pedro de Portalegre (1779-1845)*.

Este inventário detalhado institucionaliza a memória patrimonial do Seminário e contribui para a transparência na gestão. A decisão de agregar documentação jurídica e económica num único registo centralizado corresponde a uma modernização dos processos administrativos, aproximando-os dos modelos de arquivo que se generalizam nas instituições eclesiásticas e civis da época.

No ano de 1787-1788 o mesmo bispo diocesano, tendo o Seminário um saldo positivo de 505.036 reis, pôs a juro esse saldo para que pudesse ajudar posteriormente o Seminário. O bom governo que o bispo diocesano tem em relação ao Seminário permitiu aumentar a receita anualmente 100 ou 200 000 reis, procurando D. Manuel Tavares elevar o Seminário a um maior grau de perfeição.¹⁷¹

Este ato de colocar o saldo a juro é revelador de uma política financeira preventiva e orientada para o futuro. Ao invés de gastar o excedente de imediato, o bispo opta por capitalizá-lo, gerando rendimentos futuros e garantindo maior autonomia financeira ao Seminário. Este modelo antecipa práticas de gestão modernas, baseadas na sustentabilidade.

Em 17 de Maio de 1797 o Seminário foi emprestado para hospital dos soldados empestados e despediram-se os colegiais, reabrindo no ano seguinte. Este episódio demonstra a vulnerabilidade da instituição perante emergências externas. Embora se trate de um encerramento temporário, o impacto na vida académica e espiritual do Seminário terá sido significativo. Ainda assim, a rápida reabertura sugere uma recuperação célere, possível graças à estrutura já solidificada.

Em 1800-1801 o Seminário fechou para hospedar as tropas espanholas, que exigiram alimentação e outros mantimentos. Além destes gastos foi necessário despende 290\$815 reis para tornar novamente o edifício habitável após a saída dos espanhóis. A desgraça do Seminário não se ficaria por aqui, sendo ocupado, no contexto das Invasões Francesas pelas tropas lideradas por Junot e ainda pelos ingleses que causaram tais estragos no edifício que obrigaram a reparações no valor de: 196\$468 reis.

A década de 1800-1810 marca um dos períodos mais instáveis da história do Seminário. A utilização do edifício como hospital ou quartel reflete as convulsões político-militares do tempo e os seus efeitos diretos sobre as instituições eclesiásticas. Os valores investidos nas reparações mostram a severidade dos danos causados.

¹⁷¹ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 48–49.

D. José Valério deu para o Seminário o valor de 17:565\$135 reis, para o fundo desta instituição, porém como morreu antes de entregar este valor, o cabido da Catedral, temendo que o bispo sucessor se apropriasse deste, pede ao rei D. Miguel que este valor seja considerado fundo do Seminário, deferindo este a 5 de julho de 1830, o pedido feito pelo cabido:

Dom Miguel por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista e Navegação, comercio da Etiópia e arábia, Persia e da Índia, etc. faço saber: que o Deão, Dignidades, Cónegos, Cabido da Santa Igreja Catedral da cidade de Portalegre, Me representaram por sua petição que, sendo o Seminário daquele Bispado tão pobre que mal podia sustentar seis até oito Estudantes e Mestres e serventes sete meses anualmente com o limitado rendimento que mostravam por Certidão; o defunto bispo Dom José Valério da Cruz, tendo estabelecido mais uma cadeira de Moral, metera para o Real empréstimo dezassete contos quinhentos e sessenta e cinco mil cento e trinta e cinco reis de Capital com o projeto de servir de fundo ao mesmo Seminário, cuja quantia o Corregedor da Comarca Juiz do Inventário dando conta, tivera ordem do Governo para a fazer entrar no Depósito Geral da Corte, como de facto entrara em seis de Outubro de mil oitocentos vinte e seis, fazendo parte do Espólio do dito Bispo, que falecendo de repente não pudera declarar o fim a que destinava – que certamente não utilizar os seus Sucessores – e por isso antes que se nomeasse novo Bispo, que se apropriasse daquela quantia, pretendiam os Suplicantes que Eu lhe permitisse permitisse a recepção dos dezassete contos trezentos e oitenta e nove mil quatrocentos quatrocentos (sic) e oitenta e quatro reis a que se achava reduzida, tirada a ventena do Depósito, para cobrarem os juros vencidos e que se vencessem, aplicando-se a uma obra tão pia que servia para a instrução do Clero destinado à Educação dos povos;

Portanto, lhe pediam a graça de mandar entregar-lhes as Apólices depositadas, para servirem de fundo e se aplicar o seu rendimento ao sustento e educação dos Estudantes, que poderão então aproveitar-se das lições todo o ano inteiro. E visto seu requerimento, a informação que se houve do Corregedor da Comarca de Portalegre, resposta do Procurador da Minha Real Coroa que mandei ouvir, e constar ser verdade todo o expendido; bem como justa a pretensão dos recorrentes, e digna da minha Real consideração, por se dirigir a beneficiar a instrução do Clero secular, que tinha também de dirigir os Povos nos lugares do seu Ministério, sendo talvez a referida Diocese a mais necessitada pela falta de meios de um estabelecimento regular de Doutrinas e Mestres; O que tudo me foi presente em consulta da Mesa do meu Desembargo do Paço: E conformando-me com o parecer da mesma Mesa: Hei por bem que as Apólices do Real Empréstimo de que se trata, e que fazem parte do Espólio do falecido Bispo de Portalegre, sejam aplicadas para fundo e Património do Seminário Episcopal daquela

cidade, salvo o pagamento das Espólio, fazendo-se entrega delas aos Suplicantes com os assentamentos e verbas necessárias.

Este episódio demonstra como as doações episcopais, mesmo quando interrompidas pela morte dos doadores, podiam ser juridicamente salvaguardadas por via régia. O reconhecimento do Seminário como instituição merecedora de proteção estatal revela, nesta época de transição entre o Antigo Regime e o Liberalismo, a permanência de uma certa tutela real sobre a formação do clero.

Constituíam ainda receitas do Seminário muitos capitais a juro na cidade de Portalegre e arredores.

Estas aplicações de capital mostram que o Seminário procurava diversificar as suas fontes de rendimento e adaptar-se às lógicas financeiras do tempo, explorando não apenas rendas fixas, mas também instrumentos de crédito e de investimento.

Como referimos anteriormente as lutas civis causaram instabilidade no Seminário, que embora se fosse tentando reerguer, acabou por fechar a 22 de maio de 1834, devido ao decreto de 30 de julho de 1832 que extinguiu, em Portugal os dízimos, comendas e benefícios de onde provinha a maior parte da receita do Seminário.

A extinção destas fontes tradicionais de rendimento constituiu uma verdadeira rutura no modelo económico do Seminário, deixando-o sem base financeira para funcionar. O encerramento de 1834 deve ser compreendido como resultado direto das reformas liberais, que atingiram profundamente as estruturas da Igreja e da formação eclesiástica.

A 1 de fevereiro de 1839, o Seminário de Portalegre reiniciou atividade, com receita constituída pelos juros das inscrições, das ações do Banco de Portugal, dos capitais, pelas rendas da casa do adro e pela pensão da mitra, somando a quantia de 1:901\$430 reis. Assim se conservou até 1857.¹⁷²

A reabertura do Seminário em 1839 já se faz dentro de um novo quadro económico, marcado por fontes de rendimento mais modernas e urbanas, como ações bancárias e capitais a juro, sinal de uma Igreja que, mesmo enfraquecida, procurava adaptar-se à nova ordem liberal.

¹⁷² cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 53.

Os quase dois mil cruzados de receita mostram uma recuperação notável, ainda que num modelo distinto do anterior.

Em 25 de fevereiro de 1857 o Rei de Portugal estabeleceu a forma das consultas à Junta Geral da Bula da Santa Cruzada para distribuição de subsídios aos Seminários. O Reitor do Seminário pediu ao Vigário-Geral que se requeresse o subsídio da Bula, pelo menos para pagar os dois seminaristas que cursavam no Seminário patriarcal de Santarém a pedido do Patriarca, sendo o custo de cada um 60\$000 reis anuais. Este subsídio foi concedido e aumentado em 1859.¹⁷³

O Seminário de Portalegre entra no sistema nacional de financiamento eclesiástico via Junta da Bula da Cruzada, mecanismo fundamental para a sobrevivência dos Seminários portugueses no período pós-reformista. A integração nesta lógica demonstra o esforço de adaptação institucional às novas possibilidades oferecidas pelo Estado.

2.8 – A transferência para o Convento de São Bernardo e o encerramento do edifício original

Na década de 1870, o edifício original do Seminário de São Pedro revelou-se incapaz de responder à crescente procura de formação eclesiástica na diocese de Portalegre. A limitação do espaço, agravada pelo aumento do número de alunos, levou à perceção generalizada de que a estrutura física não acompanhava as exigências pedagógicas e disciplinares do tempo.

A necessidade de mudança foi assumida por dois protagonistas centrais desta transição: o professor Rev.mo Cónego José Maria da Ressurreição e o Vigário-Geral, José d'Andrade Sequeira. Foi este último quem encetou diligências junto do Governo para a concessão do edifício do extinto Convento de S. Bernardo, desocupado após o falecimento da última religiosa em meados de 1878. Como se lê na memória coeva: «José d'Andrade Sequeira, dotado d'uma alma nobre e coração generoso, e, politicamente fallando, muito bem relacionado, não demorou na petição».¹⁷⁴

Em resposta, a 26 de novembro de 1878, foi emitido um decreto régio autorizando a posse provisória do edifício pelo Seminário, sendo esta oficializada a 30 de novembro do

¹⁷³ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 54.

¹⁷⁴ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 70.

mesmo ano pelo Administrador do Concelho. A entrega foi acompanhada de condições legais: a reversão do edifício à Fazenda Nacional caso cessasse a sua função educativa, e a responsabilidade pela conservação do património.¹⁷⁵

A transferência efetiva ocorreu a 28 de dezembro de 1878, num ambiente de grande solenidade e entusiasmo. Uma procissão composta por docentes, alunos e funcionários do Seminário, transportando imagens de S. Pedro e S. Paulo, deslocou-se ao novo edifício, onde foi celebrada Missa pelo Vigário-Geral. No sermão desse dia, o Cónego José Maria da Ressurreição previu: «Vejo [...] que a transferência do Seminário de Portalegre para esta casa vem inaugurar uma nova era de prosperidade nas suas condições religiosas, literárias e económicas.»¹⁷⁶

O novo edifício, mais amplo e adequado, oferecia melhores condições para a vida académica e espiritual do Seminário. A oficialização da concessão definitiva foi promulgada a 15 de janeiro de 1883, por decreto de D. Luís, publicado no *Diário do Governo*. O texto legal autorizava «a conceder definitivamente à diocese de Portalegre o edifício do extinto convento de S. Bernardo da mesma cidade»¹⁷⁷, reafirmando os termos do decreto provisório de 1878.

A notícia foi recebida com entusiasmo por toda a comunidade académica. Segundo o relato da época: «O Reitor e alumnos d'este Seminario deram mostras de grande alegria, fazendo estalar alguns foguetes e tangendo e repicando os sinos da torre do convento».¹⁷⁸

Entretanto, o antigo edifício do Seminário foi vendido em hasta pública em Lisboa, a 3 de dezembro de 1884, sendo adquirido pela Câmara Municipal de Portalegre por 2:701\$000 réis. Parte da verba foi destinada à sustentação do novo Seminário.¹⁷⁹

Este episódio marca o encerramento de uma etapa iniciada em 1590, representando simultaneamente o fim de um ciclo histórico e o início de uma nova fase de consolidação institucional da formação do clero em Portalegre. A mudança para o antigo convento das Monjas Bernardas não foi apenas uma solução logística: simbolizou também o esforço da Igreja

¹⁷⁵ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 71.

¹⁷⁶ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 72.

¹⁷⁷ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 73.

¹⁷⁸ D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 74.

¹⁷⁹ cf. D'Almeida Eusébio, José, *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*, 74.

local em adaptar-se às exigências do século XIX sem abdicar do seu ideal tridentino de formação.

Capítulo 3- O Papel da Bula da Cruzada na Formação do Clero em Portalegre

3.1 A Bula da Cruzada: Origem, Evolução e Aplicação em Portugal

A Bula da Cruzada é um diploma pontifício que concedia graças e privilégios aos fiéis católicos que dessem esmolas com um determinado fim, na origem para as cruzadas, como indica o nome da Bula. Surge na Península Ibérica no século XII e o fim das esmolas vai sendo diverso, essencialmente cruzadas e expansão em Marrocos até 1584. Desde 1584 até 1914 é aberta uma nova fase, com a concessão da bula *Decens esse videtur*, por Gregório XIV, caracterizando-se pela fixação do quantitativo da esmola e a renovação feita de 3 em 3 anos e mais tarde de 6 em 6, sendo as principais alterações feitas pelos papas Urbano VIII, Pio IX e Leão XIII.¹⁸⁰

A indicação da aplicação da esmola era feita pelo Papa, começando por se destinar a subsidiar a guerra contra os mouros, em seguida para a propagação da fé, manutenção do culto, educação dos missionários e desde 1849, com o Papa Pio IX, para o sustento e melhoramento dos Seminários e auxílio das igrejas carenciadas.

Em Portugal houve quatro tipos de sumários de bulas, ou seja, quatro objetivos principais a que a Bula da cruzada se destinava: bula dos vivos, bula dos defuntos, bula de composição, bula de oratório. A dos vivos concedia vários graus de indulgência; a dos defuntos, até 1749 estava limitada a duas por pessoa, mas D. João V, junto do Papa conseguiu um número indefinido. Por cada uma destas bulas era necessário pagar a respetiva taxa, no caso da dos defuntos, indicar o nome ou nomes dos defuntos por quem se aplicava a bula. Existiam ainda outros privilégios ligados à bula, como privilégio de oratórios privados, confissão de pecados ou censuras, alimentação (dispensa do jejum e abstinência, irregularidades de matrimónio).¹⁸¹

A indulgência insere-se na doutrina da Igreja Católica da culpa e da pena, consistindo a indulgência na remissão total ou parcial da pena temporal devida a Deus pelos pecados já perdoados, pois a seguir ao sacramento da reconciliação ainda fica uma pena temporal que

¹⁸⁰ cf. «Bula da Cruzada» Ana Maria Jorge e Carlos A. Moreira Azevedo, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, A-C (Círculo de Leitores, 2000), 276.

¹⁸¹ cf. Jorge e Azevedo, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, A-C, 276.

deverá ser reparada, ou na terra ou no purgatório. As indulgências poderiam aplicar-se aos vivos ou como sufrágio pelos falecidos.¹⁸²

3.2 Contributo da Bula da Cruzada para o financiamento dos Seminários

Vejamos agora o contributo que a bula da santa cruzada teve para o financiamento dos Seminários.¹⁸³

A transição da Bula da Cruzada de um instrumento de guerra para um suporte à formação sacerdotal está intimamente ligada à evolução das necessidades da Igreja e do Estado português. Durante a Idade Média, os fundos arrecadados por meio das indulgências concedidas pela Bula eram direcionados para a defesa contra os muçulmanos na Península Ibérica e para as Cruzadas no Oriente. No entanto, à medida que os territórios foram sendo reconquistados e a ameaça islâmica foi diminuindo, o destino desses recursos foi gradualmente alterado.

No século XVII, já sob domínio filipino, a administração da Bula da Cruzada ganhou contornos mais organizados, consolidando-se como um tribunal com jurisdição civil e eclesiástica. Apesar de manter o financiamento de expedições militares, começava a notar-se uma preocupação em aplicar os fundos também em instituições religiosas.¹⁸⁴

A grande viragem no uso dos fundos da Bula da Cruzada ocorreu em 1851, no reinado de D. Maria II. Com a reforma do estatuto da Bula, os rendimentos começaram a ser aplicados, de forma prioritária, na manutenção dos Seminários diocesanos. Esta mudança refletia uma nova preocupação da Igreja e do Estado: a necessidade de formar um clero instruído e capaz de responder aos desafios espirituais e sociais da época.¹⁸⁵ Para a instauração de políticas a favor da educação do clero por parte do governo muito contribuíram: a reforma de Passos Manuel em 1836; a ausência de ordens religiosas; e, finalmente, a bula da cruzada. Com a extinção das casas das ordens religiosas em 1834, a restauração dos Seminários é feita recorrendo ao clero

¹⁸² cf. Jorge e Azevedo, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, A-C, 276.

¹⁸³ Para aprofundar este tema usámos como base esta obra, que faz a análise do contributo da Bula da Cruzada no Seminário de Bragança: José Amaro Pombal e José Manuel Garcia Cordeiro, *O seminário de Bragança (1820-1926): da confessionalidade à separação*, Presbyterium 13 (Bragança: Diocese de Bragança-Miranda, 2020). O autor, José Amaro Pombal, está a desenvolver, no âmbito do seu doutoramento, um estudo acerca do contributo da Bula da Cruzada para os seminários em Portugal, tendo-nos gentilmente fornecido alguma bibliografia a ter em conta para este capítulo.

¹⁸⁴ cf. José Joaquim da Silva Pereira Caldas, *História da origem e estabelecimento da Bula da Cruzada em Portugal, desde a sua introdução no reino, em 1197, até à data da última reforma do seu estatuto orgânico em 20 de setembro de 1851* (Coimbra: Coimbra Editora, 1923), 68.

¹⁸⁵ cf. Caldas, *História da origem e estabelecimento da Bula da Cruzada em Portugal, desde a sua introdução no reino, em 1197, até à data da última reforma do seu estatuto orgânico em 20 de Setembro de 1851*, 72-73.

secular. A partir de 1851 passa a ser impensável a formação inicial do clero sem o suporte dos Seminários diocesanos.

3.3 A Bula da Santa Cruzada no Seminário de Portalegre

As receitas da bula da cruzada, foram muito importantes para a formação dos Seminários, constituindo uma importante forma de sustento da despesa destes, levando inclusivamente a uma melhoria das infraestruturas dos Seminários e da capacidade de acolhimento de seminaristas, principalmente pobres.

A primeira referência à bula da cruzada no Seminário de Portalegre é do ano de 1858, mais precisamente do dia 2 de outubro, em que numa carta dirigida ao então bispo desta diocese, o secretário da junta da cruzada pede alguns elementos para que possa ser entregue a quantia destinada à educação e instrução do clero : «[...] nem por isso a mesma junta se julga dispensada de procurar desde já obter com a maior brevidade possível todos os demais esclarecimentos que a possam guiar a uma distribuição justa, razoável e conforme as necessidades de cada diocese».¹⁸⁶

Em seguida são explicitados os elementos a enviar à junta da Bula da cruzada:

«Por isso rogo a Vossa Excelência Reverendíssima se digne de me informar especialmente sobre os seguintes requisitos : 1º Qual a aplicação que se deu neste último ano ao subsídio com que pela consulta de 13 de Março último e portaria de Ministério da Justiça de 31 de outubro do mesmo mês foi contemplada a educação e instrução do clero da diocese a que Vossa Excelência Reverendíssima preside; 2º Quais os melhoramentos obtidos durante o mesmo ano neste Seminário em relação à parte material do edifício e à instrução e disciplina dos alunos; 3º Qual o número de alunos internos e qual o dos externos ?; 4º Qual o número dos internos gratuitos e qual o dos pensionistas? ; 5º Qual o número de professores? ; 6º Quais as disciplinas que se ensinaram ?; 7º Qual o número de alunos por cada disciplina?; 8º Quantos aprovados ou reprovados no fim do ano?; 9º Qual o subsídio de que porventura precisa no mesmo Seminário em relação ao ano letivo começado no corrente mês?; 10º Qual finalmente a aplicação que se tenciona dar a esse subsídio considerada em relação ao melhoramento não só material do edifício como da educação e instrução dos alunos »¹⁸⁷

¹⁸⁶ Secretaria da Junta Geral da Bula da Cruzada, «Carta da Junta Geral da Bula da Cruzada», 2 de outubro de 1858, PT/AHDPCTB/SSP/B/A/002/Mç001-1858-1876, Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco.

¹⁸⁷ Secretaria da Junta Geral da Bula da Cruzada, «Carta da Junta Geral da Bula da Cruzada», 2 de outubro de 1858.

Através desta carta podemos perceber a importância do governo com a formação dos futuros clérigos e a preocupação com a distribuição de verbas, de modo que os Seminários possam acolher mais alunos pobres. Ficamos também a perceber, que embora no arquivo diocesano só se encontre informação acerca do contributo da bula da cruzada a partir de 1858, esta carta já se refere a informações de anos anteriores o que indica que anteriormente já tenham chegado ao Seminário de Portalegre receitas desta bula.

Em 1866, numa carta dirigida pela Junta da Bula da Cruzada ao bispo de então, encontramos alguns elementos importantes que nos ajudam a perceber a exigência que esta instância colocava às dioceses, de modo a uma justa distribuição das receitas da Bula, enviando a junta da cruzada alguns materiais (mapas) para ajudar a que as informações que necessitam de cada diocese sejam mais bem registadas:

«Hoje pelo correio são enviados a Vossa Excelência Reverendíssima 5 modelos de mapas para a conta da gerência e administração do mesmo Seminário no corrente ano, no qual devem ser especificadas todas as verbas de receita e suas precedências e comprovadas todas as da despesa por documentos que não carecem de ser passados em papel selado ou com estampilha bastando que sejam por Vossa Excelência Reverendíssima declarados conformes»¹⁸⁸

Estes mapas têm o objetivo de procurar uma distribuição justa pelas dioceses: «como a Junta Geral se presta gostosamente a quaisquer sacrifícios para obter tão justo, quão útil fim, assim também tem a obrigação de dever de ser rigorosa na fiscalização da aplicação do produto das esmolas da bula.»

No término desta carta é feita uma advertência, ainda que quase impercetível das poucas esmolas que a Junta Geral recebe dos fiéis da Diocese de Portalegre, indicando as possíveis causas desta situação:

«...produto das esmolas da bula, que nesta diocese, em verdade é tão limitado, que ou prova grande ignorância e falta de religião nos fiéis, ou certo abandono e pouco cuidado dos vigários da vara e párocos em lhes demonstrarem as vantagens religiosas, sociais e económicas que lhes provêm de tomarem as bulas ...para este assunto chamo a atenção de Vossa Excelência Reverendíssima e confio que não será de balde»¹⁸⁹

¹⁸⁸ Secretaria da Junta Geral da Bula da Cruzada, «Carta da Junta Geral da Bula da Cruzada», 26 de abril de 1866, PT/AHDPCB/SSP/B/A/002/Mç001-1858-1876, Arquivo Histórico da Diocese de Portalegre-Castelo Branco.

¹⁸⁹ Secretaria da Junta Geral da Bula da Cruzada, «Carta da Junta Geral da Bula da Cruzada», 26 de abril de 1866.

3.4 – Primeiras referências e apoios indiretos (1856–1859)

A relação entre o Seminário de Portalegre e a Bula da Santa Cruzada teve um início indireto e marginal no quadro geral do financiamento eclesiástico do século XIX. Entre 1856 e 1859, o Seminário não era contemplado com subsídios diretos provenientes do cofre da Bula, ao contrário do que sucedia com outras dioceses maiores e financeiramente mais frágeis. Ainda assim, a documentação publicada nos *Diários do Governo* mostra que a inserção do Seminário no sistema nacional de instrução eclesiástica foi progressiva, através de mecanismos de apoio centrados nos alunos e de articulações institucionais com Seminários mais desenvolvidos, como o de Santarém.

Esta primeira fase é essencial para compreender o funcionamento em rede da formação do clero português: um sistema interdependente, centralizado na Junta Geral da Bula da Cruzada, mas adaptável à diversidade regional das dioceses. Portalegre, embora periférica e sem meios abundantes, participou desde cedo dessa rede com um modelo de compensação e solidariedade institucional, financiado parcialmente pela Bula.

3.4.1 – Financiamento indireto via Seminário de Santarém

O primeiro testemunho documental desta colaboração data de 31 de dezembro de 1856 e foi publicado no Diário do Governo de 3 de maio de 1857. Nessa consulta, a Junta da Bula da Cruzada explicita que o Seminário de Portalegre não recebia qualquer subvenção direta, mas destacava dois alunos seus no Seminário Patriarcal de Santarém, sustentados pelo próprio Seminário de Portalegre¹⁹⁰.

A situação era, no entanto, insustentável a longo prazo, e a Junta propôs ao rei que os custos dessas mesadas fossem assumidos pelo cofre da Bula da Cruzada, o que veio a ser aprovado por resolução régia. A medida é significativa, pois revela o funcionamento flexível do sistema de apoio estatal à formação eclesiástica, priorizando os alunos sobre as instituições

Nos anos seguintes, a Junta manteve esse modelo de apoio indireto. Em 1857–1858, a situação repete-se: dois alunos da diocese continuavam a ser sustentados pelo Seminário de Portalegre em Santarém, enquanto outros dois já beneficiavam de apoio direto do cofre da Bula, sendo todos incluídos na lista de pensionistas oficiais do Estado eclesiástico. O relatório recomenda a continuidade do subsídio a todos os quatro até à conclusão dos seus estudos¹⁹¹.

¹⁹⁰ cf, «Diário do Governo», 3 de maio de 1857.

¹⁹¹ cf. «Diário do Governo», 3 de abril de 1858.

O padrão repete-se no ano letivo de 1858–1859, segundo o *Diário do Governo* de 21 de março de 1859. A consulta reitera a presença de quatro alunos de Portalegre em Santarém: dois financiados pela própria diocese, dois pelo cofre central da Bula³. Esta constância no apoio mostra que, ainda que sem subvenção direta, o Seminário de Portalegre participava ativamente no esforço coletivo da Igreja portuguesa para garantir a renovação do seu clero.

Este modelo de “apoio por delegação”, ou seja, o envio de alunos para centros mais estruturados com financiamento parcial ou total da Bula, permitia contornar as limitações pedagógicas e financeiras locais, sem privar a diocese da sua missão formativa.

3.4.2 – Ensino local limitado e necessidade de reforço estrutural

Se por um lado a diocese se articulava com Santarém para garantir o percurso formativo de alguns alunos, por outro, o ensino local mantinha-se ativo, ainda que manifestamente insuficiente para cumprir os padrões canónicos da formação sacerdotal exigida à época.

Segundo o *Diário do Governo* de 3 de abril de 1858, o Seminário de Portalegre mantinha aulas do liceu, bem como disciplinas de teologia moral e cantochão, frequentadas por 28 seminaristas¹⁹². O número é modesto, mas revelador de uma base funcional. Contudo, o documento indica uma lacuna grave no ensino teológico: a cadeira de teologia dogmática não foi aberta por falta de professor e o edifício do Seminário carecia de reparações urgentes¹⁹³.

A situação era, assim, precária, mas não inativa. Em 1859, os dados estatísticos revelam um ligeiro crescimento: 39 seminaristas, dos quais 19 internos e 13 internos gratuitos, conforme o relatório do *Diário do Governo* de 21 de março desse ano¹⁹⁴. Estes números confirmam a vocação assistencial do Seminário: a maioria dos alunos internos não pagava propinas, sendo sustentados provavelmente pela mitra e pelas esmolas diocesanas. A oferta letiva mantinha-se nos moldes anteriores: teologia moral, cantochão e disciplinas do liceu, com o mesmo problema estrutural — ausência de corpo docente suficiente e ensino teológico incompleto.

Essa fragilidade justificava, em parte, a estratégia da Junta de promover o encaminhamento dos seminaristas mais promissores para estabelecimentos centrais como Santarém. Portalegre era funcional, mas não plenamente operativo, cumprindo a função de introdução à vida clerical, mas não de formação completa. A Bula da Cruzada atuava, assim,

¹⁹² cf. «*Diário do Governo*», 3 de abril de 1858.

¹⁹³ cf. «*Diário do Governo*» 3 de abril de 1858».

¹⁹⁴ cf. «*Diário do Governo* », 21 de março de 1859.

como instrumento de redistribuição de oportunidades educativas dentro da Igreja portuguesa, mantendo a coesão territorial do sistema mesmo com fortes assimetrias internas.

A análise dos documentos entre 1856 a 1859 permite concluir que o Seminário de Portalegre, apesar de periférico e limitado nos seus recursos humanos e financeiros, foi integrado no esforço coletivo nacional de formação do clero graças ao mecanismo de redistribuição financeira da Bula da Santa Cruzada.

O apoio não se manifestava ainda sob a forma de subvenções diretas, mas sim através da cobertura das mesadas dos alunos deslocados, em articulação com Seminários mais robustos. Essa estratégia de apoio descentralizado permitiu preservar a vocação formadora da diocese, mesmo sem as condições plenas para assegurar localmente a totalidade do percurso teológico. Estes primeiros passos preparariam o caminho para futuras solicitações de subsídio direto, que começariam a surgir na década seguinte.

3.5 – Consolidação e dependência (1860–1865)

O período de 1860 a 1865 constitui um marco decisivo na história do Seminário de Portalegre, assinalando a transição de uma existência marginal para uma integração formal no circuito nacional de financiamento da formação clerical através da Bula da Santa Cruzada. Se, na década anterior, a diocese havia contado apenas com apoios indiretos, nomeadamente, o financiamento de alguns alunos destacados em Seminários mais consolidados como o de Santarém, este novo período inaugura uma relação de dependência estrutural direta entre o Seminário e os recursos da Bula.

Esta dependência, embora originada por uma necessidade legítima de reforçar a formação eclesial numa diocese interior e pouco dotada economicamente, viria a revelar-se duradoura e problemática. Os documentos analisados nos *Diários do Governo* confirmam a dificuldade em criar uma estrutura pedagógica estável, com corpo docente suficiente, edifício funcional e plano de estudos completo. Assim, este quinquénio representa tanto um avanço institucional quanto o início de um ciclo de dependência orçamental e pedagógica difícil de superar.

3.5.1 – Formação incompleta e pressão por reformas estruturais

No ano letivo de 1859–1860, a Junta da Bula da Cruzada regista de forma crítica a situação do Seminário de Portalegre. No relatório publicado no *Diário do Governo* de 12 de junho de 1860, afirmava-se sem rodeios que: «No Seminário de Portalegre continuou mesquinho e acanhado o ensino das sciencias ecclesiasticas por falta dos necessarios professores. Só se professaram duas cadeiras, sendo obrigados os alumnos a concluir os estudos fora do estabelecimento.»¹⁹⁵

Esta avaliação dura reflete não apenas a insuficiência dos recursos humanos da instituição, mas também a sua incapacidade para cumprir autonomamente a missão formativa que lhe competia. Com efeito, a teologia, tanto dogmática quanto moral, carecia de continuidade e aprofundamento; as disciplinas acessórias (filosofia, história eclesiástica, latim superior, etc.) estavam ausentes ou eram apenas esporadicamente oferecidas; e a necessidade de recorrer a instituições externas revelava a fragilidade da casa.

A carência estrutural é confirmada pelos números: 38 seminaristas (dos quais 19 internos), mas apenas dois professores regentes. A consequência imediata era o reenvio dos alunos para Santarém ou outras dioceses, o que agravava os custos e expunha a precariedade do sistema formativo em Portalegre.

Neste contexto, a Junta da Bula manteve a prática de subsidiar alunos individuais de mérito, entre os quais se destacou José Joaquim Rixoso, considerado muito distinto no aproveitamento e na moral. A Junta recomenda a continuidade da sua mesada de 24\$000 réis: «É a Junta de parecer que continue a pagar-se-lhe a mezada [...] pois o alumno tem dado provas de zelo e aproveitamento.»¹⁹⁶

Este modelo híbrido, onde se combinava apoio institucional e financiamento meritocrático de estudantes, ainda dominava a lógica de atuação da Junta neste período.

¹⁹⁵ «Diário do Governo», 12 de junho de 1860.

¹⁹⁶ «Diário do Governo», 12 de junho de 1860.

3.5.2 – Início da subvenção direta e expansão mínima do corpo docente

A viragem efetiva dá-se no ano letivo de 1860–1861, quando, pela primeira vez, a Junta propõe e o Governo aprova a atribuição de um subsídio direto ao Seminário de Portalegre. A proposta tinha um objetivo muito concreto: reforçar o corpo docente com dois novos professores, de forma a assegurar o funcionamento mínimo das disciplinas essenciais.

No Diário do Governo de 30 de Março de 1863, lê-se que foi autorizado o pagamento da quantia de 400\$000 réis ao Seminário de Portalegre para auxiliar nos ordenados de dois novos lentes, nomeados para regerem cadeiras indispensáveis à instrução eclesiástica. Tratava-se de um valor modesto, mas altamente simbólico: pela primeira vez, a Junta reconhecia oficialmente que o Seminário não poderia subsistir sem ajuda permanente do cofre da Bula. A sua integração no sistema de subsídios marcava o fim da autonomia relativa da diocese na formação do seu clero.

Com este reforço docente, o Seminário passou a oferecer três cadeiras principais: teologia moral, teologia dogmática e história eclesiástica. A Junta confirma esse progresso, embora com reservas. O número de internos subiu ligeiramente (18, dos quais 8 gratuitos), e a frequência global rondava os 30 seminaristas.¹⁹⁷

O avanço era real, mas frágil: os salários dos professores continuavam abaixo da média nacional (alguns recebiam menos de 200\$000 réis anuais), o edifício apresentava graves deficiências estruturais e a instabilidade do quadro docente prejudicava a continuidade das aulas.

Ainda assim, no ano letivo de 1862–1863, a Junta propõe aumentar o subsídio para 1:000\$000 réis, justificando a medida com a necessidade de consolidar o novo plano de estudos e evitar retrocessos. A consulta publicada no *Diário do Governo* de 4 de maio de 1863 sustentava: «O novo plano trienal exige a manutenção de professores especializados, cujos vencimentos não podem ser garantidos sem auxílio regular do cofre da Bula.»¹⁹⁸ Este passo marcou a transição definitiva para um modelo de financiamento anual fixo, que se manteria (e aumentaria) nas décadas seguintes.

¹⁹⁷ cf.«Diário do Governo», 29 de julho de 1862.

¹⁹⁸ «Diário do Governo», 4 de maio de 1863.

3.5.3 – O dilema da Junta: estímulo ou dependência?

Durante este quinquênio, a Junta revelou um duplo posicionamento face ao Seminário de Portalegre: por um lado, reconhecia o esforço local para consolidar o ensino eclesiástico; por outro, manifestava preocupação com a emergente dependência crónica dos subsídios da Bula.

Não é irrelevante que, em várias consultas, a Junta tenha sublinhado que o Seminário só conseguiu avançar graças à ação direta do vigário capitular da diocese, cuja iniciativa compensou a passividade das autoridades anteriores. No Diário do Governo de 4 de maio de 1863, lia-se: «O reverendo vigário capitular procurou reconstituir com zelo e prudência a vida académica da casa, merecendo por isso a confiança da Junta no uso dos recursos concedidos.»¹⁹⁹

Ainda assim, a Junta não hesitou em advertir para o facto de que a continuidade dos apoios dependia da eficiência da gestão local e da demonstração clara de resultados formativos.

Em suma, podemos afirmar que entre 1860 e 1865, o Seminário de Portalegre percorreu o caminho que vai da marginalidade funcional à integração condicional no sistema nacional de formação clerical apoiado pela Bula da Cruzada. A entrada na lista dos Seminários subsidiados representou uma conquista institucional para a diocese, mas também o início de um processo de dependência financeira e pedagógica que se intensificaria nos anos seguintes.

A Junta, enquanto apoiava os esforços locais, mantinha uma postura crítica e condicional: exigia provas de eficácia e resultados, enquanto assegurava os mínimos para que o Seminário sobrevivesse. Assim, este período é caracterizado por um equilíbrio instável entre incentivo e vigilância, onde a Bula desempenhou um papel central na tentativa, apenas parcialmente conseguida, de tornar Portalegre num Seminário plenamente funcional.

3.6 – Expansão do currículo e agravamento financeiro (1865–1870)

Este período assinala a consolidação pedagógica mínima do Seminário de Portalegre e, paradoxalmente, o início da sua asfixia orçamental sistemática. A melhoria do plano de estudos e o alargamento do corpo docente, possíveis graças ao apoio continuado da Bula da Santa Cruzada, não foram acompanhados por um aumento proporcional de alunos, nem por reformas administrativas que estabilizassem o funcionamento da instituição. As consequências foram

¹⁹⁹ «Diário do Governo» 4 de maio de 1863.

claras: desequilíbrios crônicos, críticas constantes da Junta, baixa eficiência educativa e dependência quase absoluta de fundos externos.

3.6.1 – Avanços pedagógicos mínimos: uma reforma pela metade

Durante a segunda metade da década de 1860, o Seminário de Portalegre conseguiu, finalmente, garantir a abertura regular de cadeiras fundamentais para a formação eclesiástica. Os relatórios da Junta mencionam, pela primeira vez, a presença simultânea de três professores efetivos, regendo as disciplinas de Teologia Dogmática, Teologia Moral e História Eclesiástica. Esta tripla estrutura constituía, à época, o núcleo de um curso trienal completo, exigido por Roma e pelos regulamentos diocesanos como base mínima para a ordenação.

Esta evolução não decorreu por esforço autónomo da diocese, mas sim em função do financiamento proporcionado pela Bula. A Junta, nas suas consultas, reconhecia esse avanço com alguma reserva, assinalando que ele estava dependente da continuidade dos subsídios: «Foi por efeito dos recursos concedidos por este cofre que o Seminário pôde manter o novo plano trienal». ²⁰⁰

Contudo, esta reforma era, na prática, uma reforma pela metade. Faltavam ainda disciplinas auxiliares, como filosofia, oratória sagrada, latim superior e direito canónico, e a carga horária dos docentes era reduzida e instável. Além disso, não se registava qualquer plano de avaliação contínua, nem provas públicas dos seminaristas, o que dificultava o controlo de qualidade e o reconhecimento institucional do ensino prestado.

3.6.2 – Alunos em número reduzido e com baixo rendimento

Paralelamente à expansão do currículo, a população escolar do Seminário manteve-se reduzida, oscilando entre 18 e 24 internos. Desses, frequentemente mais de dois terços eram gratuitos, isto é, não pagavam alimentação nem alojamento, sendo sustentados pelas esmolas da mitra, da diocese ou, indiretamente, pela própria Bula. Esse modelo, apesar de alinhado com a tradição assistencial da Igreja, colocava em crise o equilíbrio financeiro da casa.

A Junta, em repetidas ocasiões, manifestou preocupação com este modelo de “gratuidade estrutural”, que deixava o Seminário sem receita interna e impedia qualquer

²⁰⁰ «Diário do Governo», 19 de junho de 1866.

planeamento financeiro: «É excessivo o número de alumnos gratuitos, sendo por isso a carga da sustentação inteiramente lançada sobre os recursos da Bula.»²⁰¹

O problema agravava-se com o fraco aproveitamento escolar dos seminaristas. Os relatórios de 1867 e 1868 referem que uma parte considerável dos alunos não demonstrava progresso adequado nos estudos, não sendo sequer admitida à frequência das disciplinas mais avançadas. Em alguns anos, nenhum aluno foi considerado apto a apresentar-se a ordens sacras, facto que a Junta interpretava como sintoma de falência pedagógica.

Esta dissociação entre investimento e resultados levou a Junta a formular juízos cada vez mais contundentes: «A educação e instrução prestadas por este Seminário não correspondem à grande despesa que com ele se faz.»²⁰²

3.6.3 – Crescente desequilíbrio financeiro e dependência absoluta da Bula

A pressão sobre as finanças do Seminário tornava-se, a cada ano, mais insustentável. A receita ordinária não ultrapassava os 1:600\$000 réis, valor inferior ao necessário para pagar os salários dos professores e as despesas alimentares dos internos. As despesas correntes excediam frequentemente os 2:000\$000 réis, obrigando a Junta a conceder subvenções anuais entre 1:200\$000 e 1:400\$000 réis para manter o funcionamento básico da casa.

Importa referir que, à época, a Bula da Cruzada financiava entre 15 a 20 Seminários diocesanos, mas só poucos, como Braga, Coimbra ou Bragança, apresentavam boa gestão. Portalegre situava-se, pela recorrência dos apoios, entre os mais deficitários do país.

Apesar disso, a Junta não propunha o encerramento da casa. A explicação encontra-se no isolamento geográfico da diocese, que impossibilitava o envio sistemático dos seminaristas para outras localidades. Assim, a Junta via-se num dilema: sustentar um Seminário deficiente ou comprometer a formação do clero local.

3.6.4 – A tensão entre ideal pastoral e viabilidade económica

Esta tensão entre ideal pastoral (manter um Seminário local para garantir vocações regionais) e viabilidade económica (financiar apenas casas eficientes) é o elemento central da

²⁰¹ «Diário do Governo», 13 de julho de 1867.

²⁰² «Diário do Governo», 30/07/1870, que contém dados relativos ao ano 1869.

década de 60 do século XIX. Os pareceres da Junta mostram uma ambivalência entre pragmatismo e fidelidade institucional. Por um lado, havia um reconhecimento de que a extinção do Seminário seria pastoralmente desastrosa, por outro, os números demonstravam a sua ineficiência total.

Não existia uma política nacional coerente para lidar com os Seminários pequenos e deficitários. A Bula da Cruzada, embora concebida para apoiar os Seminários, não tinha meios para sustentar a todo o custo casas que não produziam clero formado com competência, sobretudo num contexto de crise orçamental crescente do Estado liberal. O caso de Portalegre era sintomático: uma casa com aspiração pastoral legítima, mas sem base de sustentação viável.

Em suma podemos afirmar que a década de 1865–1870 foi o ápice de uma expansão assistida que deu ao Seminário de Portalegre um corpo docente mínimo e um plano de estudos aceitável, mas revelou as fragilidades estruturais da diocese e do próprio modelo de financiamento eclesiástico da época. A dependência da Bula da Santa Cruzada tornava-se insustentável, e os relatórios da Junta começavam a esboçar um diagnóstico que, nas décadas seguintes, se agravaria: poucos alunos, muitos gratuitos, aproveitamento escasso, resultados mínimos e défices contínuos.

Ainda assim, a casa sobrevivia porque a alternativa, a sua extinção, era, do ponto de vista pastoral e político, inaceitável. Esta sobrevivência por necessidade, e não por mérito, resume bem a natureza da relação entre a Bula e o Seminário de Portalegre neste período.

3.7 – Altos custos e gestão criticada (1870–1873)

Entre 1870 e 1873, o Seminário diocesano de Portalegre entrou num período de revisão e contestação silenciosa, em que os pareceres da Junta Geral da Bula da Cruzada revelam não só desagrado com a forma como a casa era gerida, mas também cansaço político e institucional perante a incapacidade da diocese de resolver os seus problemas endémicos. As análises anuais tornaram-se cada vez mais críticas, ainda que continuassem a propor, por inércia ou necessidade, a renovação dos subsídios.

O que esteve em causa neste triénio não foi apenas a ineficiência pedagógica do Seminário, mas o próprio modelo de financiamento por misericórdia e rotina que caracterizava o sistema da Bula e que, no caso de Portalegre, dava conta das suas maiores fragilidades.

3.7.1 – Uma economia eclesiástica em desequilíbrio

A situação orçamental do Seminário atingiu, nestes anos, um ponto de desequilíbrio estrutural. A receita própria da casa, constituída por rendimentos fundiários, mesadas dos alunos pagantes (muito poucos) e eventuais donativos era claramente insuficiente para cobrir sequer metade das despesas anuais. A Junta, nos seus pareceres, apresenta regularmente quadros como:

- **Receita ordinária:** 1:500\$000 a 1:700\$000 réis
- **Despesas totais:** 2:000\$000 a 2:400\$000 réis
- **Déficit anual:** 800\$000 a 1:000\$000 réis

Esta situação levava a Junta a repetir um diagnóstico simples, mas grave: «O Seminário não gera receitas suficientes nem ajusta despesas; o Estado, através deste cofre, assume anualmente o prejuízo.»²⁰³

É importante compreender que, à época, a Bula da Cruzada não era um fundo inesgotável, e os seus rendimentos provinham de uma arrecadação voluntária, a compra de bulas indulgenciais pela população. Portanto, o financiamento de Seminários deficitários como o de Portalegre representava um peso real para o orçamento da Igreja portuguesa, e competia à Junta fazer escolhas sobre onde investir os recursos disponíveis.

3.7.2 – O Seminário mais caro por aluno: um caso de ineficiência extrema

Um dos dados mais marcantes deste período é o custo médio por aluno, considerado o principal indicador de (in)eficiência. Nos relatórios da Junta, Portalegre é mencionado como tendo o custo mais elevado por interno de todos os Seminários do país: «O custo médio por aluno interno no Seminário de Portalegre é de 530\$796 réis, a mais elevada média do Reino.»²⁰⁴

Apenas como termo de comparação:

- **Braga:** ~200\$000 réis por aluno
- **Bragança:** ~300\$000 réis

²⁰³ «Diário do Governo», 5 de dezembro de 1872.

²⁰⁴ «Diário do Governo», 5 de dezembro de 1872.

- **Coimbra:** ~270\$000 réis
- **Portalegre:** ~530\$000 réis

Este número, por si só, revela a distorção do modelo de funcionamento da casa. A razão era simples: número reduzido de alunos (cerca de 15 a 20 internos por ano), mas corpo de empregados e docentes sobredimensionado — entre 10 a 12 funcionários pagos, incluindo professores, serventes, reitor, eclesiásticos auxiliares, etc. A Junta registava com tom crítico: «A proporção entre pessoal e alumnos é desajustada, por vezes um para um, o que compromete não só a economia como a própria natureza da vida académica.»²⁰⁵

O Seminário de Portalegre funcionava como uma casa de assistência, e não como uma verdadeira escola. Era um estabelecimento que oferecia abrigo e alimentação a um número reduzido de jovens, com um currículo mínimo, e absorvia recursos como se fosse uma escola episcopal de média dimensão.

3.7.3 – A crítica pedagógica: má organização, fraco aproveitamento, escasso retorno

Não era apenas a despesa que preocupava a Junta. O aproveitamento escolar dos alunos era considerado insatisfatório. Muitos não completavam os cursos; outros permaneciam anos sem progresso real; e poucos chegavam às ordens. Em vários pareceres entre 1870 e 1873, a Junta apontou: ausência de exames públicos regulares; pouco rigor na admissão e avaliação; e registos vagos ou inexistentes sobre o aproveitamento dos seminaristas. A consequência era clara: formava-se pouco e mal. E isso, num Seminário sustentado com dinheiros da Igreja recolhidos entre os fiéis, tornava-se problemático em termos de moral eclesial.

A crítica recorrente era: «A casa consome mais do que produz; o clero dela saído é escasso, e os que se formam nem sempre demonstram a aptidão desejada.»²⁰⁶ A Junta, portanto, não via apenas um problema financeiro. Via uma quebra no contrato implícito entre o financiamento público e o serviço espiritual à comunidade.

²⁰⁵ «Diário do Governo», 5 de dezembro de 1872.

²⁰⁶ «Diário do Governo», 8 de julho de 1873»

3.7.4 – Entre o zelo do reitor e a inércia da estrutura

Curiosamente, mesmo em meio a tantas críticas, a Junta elogiava frequentemente o reitor, o qual seria, segundo os pareceres, a figura que evitava o colapso imediato da casa. Ele era descrito como «zeloso, prudente, assíduo», e por vezes sozinho no esforço de manter viva a instituição.

No entanto, o mérito individual do reitor não chegava para salvar uma estrutura anquilosada. A Junta deixava claro que: «Mesmo a boa vontade da direção não corrige os defeitos do modelo: não há receita suficiente, não há número crítico de alunos, e o corpo docente mantém-se desproporcional.»²⁰⁷ O Seminário sobrevivia assim por zelo individual e força de vontade, mas não por consistência administrativa ou estratégia de longo prazo.

3.7.5 – O problema político de encerrar um Seminário: tolerância por inércia

Por que motivo, então, não se encerrava o Seminário de Portalegre? Encontramos uma resposta no campo político. Encerrar um Seminário diocesano implicava:

- Privar a diocese da possibilidade de formar localmente o seu clero
- Transferir os seminaristas para longe, o que exigia bolsas e acompanhamento
- Expor o bispo local à crítica de «abandonar as vocações»

A Junta preferia, por isso, tolerar a ineficiência a assumir um conflito político ou pastoral. Como se refere num parecer de 1873: «A manutenção da casa ainda se justifica pela sua posição única na diocese, embora se deseje que melhore o seu rendimento e ajuste as suas contas.»²⁰⁸

Portalegre era, portanto, um Seminário que ninguém desejava realmente manter, mas também ninguém queria encerrar.

Em suma podemos afirmar que o triénio 1870–1873 marcou o momento em que as fragilidades do Seminário de Portalegre se tornaram insustentáveis à luz dos critérios de eficiência pedagógica e financeira. A Bula da Santa Cruzada continuou a conceder os subsídios pedidos, mas fê-lo com crescente desconforto, repetindo advertências, sugerindo reformas e

²⁰⁷ «Diário do Governo», 8 de julho de 1873»

²⁰⁸ «Diário do Governo» 8 de julho de 1873.

deixando claro que a manutenção da casa se devia mais à necessidade pastoral da diocese do que ao mérito da instituição.

Este período deve ser interpretado como o início do fim, um momento de viragem em que a tolerância institucional começa a dar lugar à expectativa de encerramento ou, pelo menos, de reestruturação profunda. Portalegre torna-se um caso paradigmático do colapso silencioso das pequenas casas de formação eclesial no século XIX português, mantidas à custa da caridade organizada, mas incapazes de se sustentar ou justificar plenamente.

3.8 – Crise de sustentabilidade e declínio

3.8.1 – Um funcionamento cada vez mais dependente do apoio externo

No ano letivo de 1878–1879, o Seminário de Portalegre teve uma receita total de 4:041\$079 réis e uma despesa ligeiramente inferior, de 3:966\$794 réis, o que gerou um pequeno saldo positivo de 74\$285 réis.

Contudo, como destaca a Junta, esse equilíbrio só foi possível porque o Seminário recebeu um subsídio de 2:900\$000 réis da Bula da Santa Cruzada, representando mais de 70% das suas receitas totais: «Este facto é, porém, significativo, e mostra claramente serem os encargos que oneram o cofre da Bulla superiores às suas forças, e que, portanto, é preciso lançar mão de todos os meios conducentes a restringi-los [...] o saldo que ainda hoje enriquece a receita desaparecerá, convertendo-se em défice ». ²⁰⁹

A crítica da Junta era clara: o Seminário não tem capacidade para subsistir sem um esforço contínuo e oneroso do cofre da Bula, o qual já se encontrava pressionado pelo apoio simultâneo a diversas dioceses.

3.8.2 – Uma estrutura desajustada à dimensão da casa

Para além do desequilíbrio orçamental, a Junta insiste na desproporção entre o número de alunos, o corpo de pessoal e os custos operacionais, questão já apontada em anos anteriores.

²⁰⁹ «Diário do Governo», 19 de junho 1880.

A crítica implícita à escala da instituição é contundente: «Seria muito para desejar a redução no número, aliás exagerado, dos empregados de alguns Seminários que, tendo pequena concorrência de alunos, sustentam um pessoal superior ao de outros estabelecimentos».²¹⁰

O texto insinuava que o Seminário de Portalegre faz parte desse grupo de instituições ineficientes, onde os recursos humanos e logísticos não eram proporcionais à missão real exercida. A manutenção de professores, serventes, cozinheiros e outro pessoal implicava custos fixos elevados, absorvendo grande parte do orçamento e reduzindo o investimento na qualidade pedagógica.

3.8.3 – A redução do subsídio como mecanismo de pressão

Face à insustentabilidade económica, a Junta optou por um mecanismo de contenção gradual, propondo, para o ano letivo de 1879–1880, uma redução do subsídio da Bula de 2:900\$000 para 2:100\$000 réis. Trata-se de um corte relevante, justificado tanto por razões financeiras como pela necessidade de incentivar uma reforma interna da administração do Seminário.

A Junta explicita que: «A tendência manifesta das despesas é para crescerem, sem que as receitas próprias acompanhem esse movimento. [...] Assim, a Junta é de parecer que a subvenção do cofre da Bulla seja, no futuro, de 2:100\$000 réis»²¹¹. Esta decisão representou uma mudança de paradigma: a manutenção do Seminário continuou a ser garantida, mas com exigência de maior contenção, eficiência e justificação objetiva da sua utilidade pastoral.

3.8.4 – O Curso Eclesiástico e o seu impacto no orçamento

No mesmo período, a diocese também solicitava verbas para a manutenção do Curso Eclesiástico anexo ao Seminário, justificando a sua importância para a formação complementar dos futuros presbíteros.

No ano letivo de 1878–1879, este curso recebeu 1:420\$000 réis, e para o ano seguinte solicitou um aumento para 1:679\$385 réis, em virtude da nomeação de um novo professor: «o

²¹⁰ «Diário do Governo», 19 de junho de 1880.

²¹¹ «Diário do Governo», 19 de junho de 1880.

curso eclesiástico de Portalegre, que funciona anexo ao Seminário, foi despendida no último ano a quantia de 1:420\$000 réis. Para o futuro solicita-se a quantia de 1:679\$385 réis, tendo-se nomeado um novo professor»²¹²

Apesar de conceder o aumento, a Junta registou o esforço com reservas, repetindo o tom de contenção: «A Junta é de parecer que se conceda a verba pedida de 1:679\$385 réis, fazendo-se, porém, sentir que este encargo extraordinário só deve manter-se enquanto for absolutamente indispensável».²¹³

Aqui se verifica uma atitude ambivalente: a Junta reconhece a necessidade da formação teológica completa, mas não oculta a preocupação com os custos cumulativos do Seminário e dos cursos anexos.

3.8.5– A casa continua aberta, mas sob vigilância e desgaste institucional

O que sobressai do discurso da Junta é que, embora o Seminário nunca tenha sido formalmente encerrado, a sua manutenção passa a ser feita sob uma lógica de «tolerância crítica». A casa mantém-se porque é a única instituição formativa da diocese. A alternativa - o encerramento ou a deslocação de alunos foi considerada pastoralmente inviável, sendo que a tradição da casa pesou na decisão episcopal e na memória institucional da Igreja local.

Todavia, é evidente que, do ponto de vista da Junta, o Seminário de Portalegre era visto como um peso orçamental persistente, com eficácia pedagógica duvidosa, e candidatável, a médio prazo, à reestruturação ou fusão com outras instituições.

A análise detalhada dos anos de 1878–1880, baseada no documento que sistematiza os Diários do Governo, permite afirmar com rigor que o Seminário de Portalegre não encerrou formalmente, mas entrou numa fase de sobrevivência institucional sob vigilância e dependência total da Bula da Santa Cruzada. A casa continuava a operar apenas porque: existia um compromisso episcopal com a sua continuidade; a Junta, embora crítica, evitava cortes abruptos; e a diocese não dispunha de mecanismos próprios de financiamento.

O que distingue este período é o tom de exaustão da paciência institucional da Junta, traduzido em reduções orçamentais, advertências explícitas e exigência de reformas. O

²¹² «Diário do Governo», 19 de junho de 1880.

²¹³ «Diário do Governo», 19 de junho de 1880.

Seminário sobrevive, mas como uma casa frágil, dispendiosa, sem autonomia real e alvo de críticas sucessivas. A sua existência continua a depender mais da tradição e da necessidade pastoral do que de qualquer mérito funcional.

Podemos afirmar, em conclusão, que a Bula da Cruzada, especialmente em Portugal, se tornou fundamental para financiar a formação do clero após a extinção das ordens religiosas em 1834. Sem conventos para acolher vocações, o Estado e a Igreja recorreram aos Seminários diocesanos e, para os sustentar, à Bula da Cruzada.

Apesar das críticas, a Junta da Bula optou por manter o apoio, embora sob vigilância apertada. O Seminário continuava a funcionar, mas sem demonstrar melhorias estruturais ou autonomia financeira, permanecendo como uma casa dependente e tolerada. Esta situação configura um modelo que se manteria até ao final do século: o Seminário de Portalegre sobrevive, não propriamente por mérito institucional, mas por necessidade pastoral e resistência local.

Em suma, o contributo da Bula da Santa Cruzada para o Seminário de Portalegre foi tanto essencial quanto paradoxal: essencial porque garantiu a continuidade da casa durante décadas críticas; paradoxal porque essa continuidade foi feita sem retorno proporcional, e com críticas sucessivas da entidade que a sustentava. Mais do que um modelo de sucesso, Portalegre representou o paradigma do Seminário pequeno, periférico e cronicamente dependente, que resistiu graças ao apoio e caridade institucionais da Igreja, mas também à sua persistência simbólica como escola episcopal da diocese.

Conclusão

O Seminário Conciliar de São Pedro em Portalegre constituiu, ao longo de quase três séculos de existência, um testemunho vivo da receção e implementação do Concílio de Trento em território português. Mais do que uma mera instituição educativa, foi expressão concreta de um esforço persistente de reforma da Igreja, que buscava formar pastores não apenas instruídos nas ciências eclesásticas, mas também moldados por uma espiritualidade sólida, uma vida disciplinada e uma consciência pastoral viva. Através da sua história, podemos observar como a Igreja em Portugal procurou responder, com criatividade e fidelidade, aos desafios postos por uma época marcada por crises internas, convulsões políticas e mutações sociais.

Este trabalho permitiu compreender que a fundação do Seminário de São Pedro em 1590 não foi um ato isolado, mas uma consequência direta das orientações do Concílio de Trento, particularmente do decreto *cum adolescentium aetas*, que exigia a criação de Seminários diocesanos. A Diocese de Portalegre, criada apenas algumas décadas antes, aderiu a este espírito reformador com notável diligência, abrindo uma casa de formação que se tornou, durante séculos, o coração pastoral da sua ação eclesial. Foi neste Seminário que muitos dos seus padres foram preparados para o ministério, formando-se para responder às necessidades espirituais e sacramentais de um povo profundamente enraizado na tradição católica.

O percurso do Seminário revelou, contudo, que a fidelidade ao ideal tridentino exigiu constante adaptação. Ao longo dos séculos, as condições políticas, económicas e sociais foram mudando. Cada mudança implicava reconfigurações, quer na organização curricular, quer na vida espiritual e disciplinar da casa. A análise dos regulamentos, livros de matrícula, constituições sinodais, correspondência episcopal e documentos financeiros permitiu

reconstruir essa evolução, evidenciando os equilíbrios, entre o ideal formativo, a realidade económica e a conjuntura política.

A importância do Seminário para a vida da Igreja diocesana não pode ser subestimada. Foi, durante séculos, o único centro de formação clerical da região, e a sua existência assegurou a continuidade da ação pastoral, mesmo em tempos difíceis. Apesar de muitas vezes confrontado com carências financeiras, limitações de pessoal docente e reduzido número de candidatos, o Seminário de São Pedro conseguiu manter-se ativo e relevante, graças ao empenho dos seus reitores, ao apoio das autoridades eclesíásticas e, em momentos cruciais, ao auxílio da Bula da Cruzada. Este último elemento, amplamente analisado no terceiro capítulo, mostrou como a articulação entre fé e estrutura económica foi, muitas vezes, determinante para a viabilidade da formação do clero. A dependência progressiva das receitas provenientes da Bula reflete tanto a fragilidade financeira da instituição quanto a complexidade da relação entre Igreja e Estado no Portugal oitocentista.

Ao mesmo tempo, esta dependência revelou as tensões entre o ideal de autonomia pastoral e a realidade de uma Igreja que, muitas vezes, precisava de recorrer ao apoio externo para cumprir a sua missão. O estudo das últimas décadas do Seminário mostra claramente esse desequilíbrio crescente: por um lado, uma casa que procurava manter o espírito formativo tradicional; por outro, uma estrutura incapaz de se renovar suficientemente para enfrentar os novos tempos. As críticas ao modelo pedagógico, à organização interna e ao fraco aproveitamento dos seminaristas tornaram-se cada vez mais frequentes, culminando num estado de desgaste institucional que tornaria o encerramento do Seminário, em 1878, quase inevitável. Não se tratou, no entanto, de um encerramento abrupto, mas de um lento processo de declínio, tolerado por inércia, numa época em que a própria Igreja se via forçada a repensar os seus métodos e prioridades.

Ainda assim, seria redutor julgar a história do Seminário de São Pedro apenas pelos seus últimos anos. A sua longevidade, o número de clérigos formados, o impacto na vida pastoral da diocese e o seu enraizamento na tradição tridentina fazem dele uma referência incontornável para a história religiosa portuguesa. Esta dissertação procurou recuperar essa memória, não com nostalgia, mas com a consciência de que o passado nos oferece chaves de leitura e inspiração para o presente.

A escolha de 1878 como termo final deste estudo prende-se, assim, com o encerramento do Seminário no edifício original construído junto à Sé Catedral de Portalegre, onde havia

funcionado ininterruptamente desde a sua fundação em 1590. A transferência da instituição para o antigo convento de São Bernardo marcou o fim de um ciclo histórico: aquele em que a casa inicial, erguida expressamente para concretizar o ideal tridentino, foi o espaço privilegiado de formação do clero diocesano.

A formação sacerdotal continua a ser, ainda hoje, uma das prioridades centrais da Igreja. Os desafios mudaram, mas o essencial permanece: formar presbíteros que vivam com autenticidade a sua vocação, profundamente enraizados na fé da Igreja, dotados de preparação intelectual e pastoral, e capazes de dialogar com o mundo sem perder a sua identidade.

Neste sentido, conclui-se que o Seminário de São Pedro em Portalegre representa um exemplo histórico que pode e deve ser recordado e valorizado. A sua história é testemunho de uma Igreja que, mesmo em periferia, procurou responder com fidelidade ao mandato de Cristo: «*Ide e ensinai*» (Mt 28,19). Através deste estudo, compreendemos que a fidelidade eclesial não se mede pela ausência de dificuldades, mas pela capacidade de as enfrentar com esperança, discernimento e responsabilidade pastoral. O Seminário foi, durante séculos, o lugar onde essa fidelidade foi transmitida de geração em geração, numa cadeia silenciosa de formação e missão. Que o seu legado continue a inspirar caminhos de fidelidade, santidade e serviço.

Bibliografia

Fontes

- Arquivo do Cabido de Portalegre. Maço 10, 1591.
- —*Livro de documentos do tempo de D. Amador Arrais*, s.d.
- «*Constituições Sinodais do Bispado de Portalegre*». 1632.
- Constituições Sinodais manuscritas. 1589.
- «*Diário do Governo*». 3 maio 1857.
- —. 3 abril 1858.
- —. 21 março 1859.
- —. 12 junho 1860.
- —. 4 maio 1863.
- —. 19 junho 1866.
- —. 13 julho 1867.
- —.30/07/1870
- —. 5 dezembro 1872.
- —. 8 julho 1873.
- D. Manoel Tavares Coutinho e Silva. *Estatutos do Seminário de Portalegre*. Portalegre, 1790.
- —. «Carta ao reitor do Seminário», 8 janeiro 1779.
- *Inventário dos Bens Móveis e de Raiz do Seminário de São Pedro de Portalegre (1779–1845)*. s.d.
- *Livro das contas do Seminário* (Francisco Vellez). 1639.
- *Livro de Crismados da Catedral de Portalegre*. 1673.
- *Livro de Matrícula e exames do Seminário de Portalegre (1874–1894)*. s.d.
- *Livro de Matrículas do Curso Preparatório*. Portalegre, 1876.
- «*Mappa dos professores do Seminário*». 18 março 1871. PT/AHDPCTB/SSP/E/001/Mç001-1865-1871. Memórias Paroquiais da Sé de Portalegre. Vol. 29, s.d.
- Pereira, Manoel António. «Edital». 8 outubro 1873.
- Registo da Câmara Eclesiástica. 1736.
- Richoso, José Joaquim. «Edital». 2 setembro 1868.

- Secretaria da Junta Geral da Bula da Cruzada. «Carta». 2 outubro 1858.
- —. «Carta». 26 abril 1866.
- Traduzido por Vicente Lisbonense. *O Sacrossanto e Ecuménico Concílio de Trento em Latim e Portuguez*. Tomo II. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781.

Estudos / Ensaios

- Azevedo, Carlos A. Moreira, e Ana Maria Jorge. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. A–C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- —. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. C–I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- —. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. P–V. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- Bartolomeu dos Mártires, Frei. *Obras completas: Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais*. Fátima: Movimento Bartolomeano, 1962.
- Bernardo, Bonifácio. «Notas acerca das contas do Seminário de Portalegre no Século XVI», abril de 1994.
- —. «Seminaristas no século XVII», s.d.
- —. «Seminaristas no século XVIII», s.d.
- Caldas, José Joaquim da Silva Pereira. *História da origem e estabelecimento da Bula da Cruzada em Portugal, desde a sua introdução no reino, em 1197, até à data da última reforma do seu estatuto orgânico em 20 de setembro de 1851*. Coimbra: Coimbra Editora, 1923.
- Castro, José de. *Portugal no Concílio de Trento*. Lisboa: Tip. União Gráfica, 1946.
- —. Venerável Bartolomeu dos Mártires. [S.l.: s.n.], 1946.
- Correia Fernandes, Maria de Lurdes. «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos...». In *História Religiosa de Portugal*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- D'Almeida Eusébio, José. *Alguns apontamentos para a história do Seminário Diocesano de Portalegre*. Portalegre: Tip. Minerva Central, 1901.
- Félix, José Maria. *Os nossos Seminários*. Vila Nova de Famalicão: s.n., 1970.
- Gouveia, António Camões, David Sampaio Dias Barbosa, e José Pedro Paiva. *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: CEHR, s.d.
- Jedin, Hubert. *Geschichte des Konzils von Trient*. Freiburg: Verlag Herder, 1957.

- Marcocci, Giuseppe, e José Pedro Paiva. *História da inquisição portuguesa, 1536–1821*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- Movimento Bartolomeano. *IV Centenário da Morte de D. Frei Bartolomeu dos Mártires: Congresso Internacional – Actas*. Fátima, 1994.
- Neves, Carreira das, e Noémia Mendes Lopes. *Lutero: palavra e fé*. Lisboa: Presença, 2014.
- Oficinas Gráficas de Editora «Correio do Meio». *D. Frei Bartolomeu dos Mártires: Estudos – Textos – Documentos*. Braga: Verdade e Vida, 1990.
- Pombal, José Amaro, e José Manuel Garcia Cordeiro. *O seminário de Bragança (1820–1926): da confessionalidade à separação*. Bragança: Diocese de Bragança-Miranda, 2020.
- Rolo, Raúl de Almeida. *O bispo e a sua missão pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Movimento Bartolomeano, 1964.
- Sampaio Barbosa, David. «Portugal em Trento: Uma presença discreta». *Lusitânia Sacra*, n.º 3 (1991): 11–38.
- Sousa, Frei Luís de. *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa: INCM/Movimento Bartolomeano, 1984.
- Vázquez Borau, José Luis. *Las iglesias cristianas: católica, ortodoxa, protestante y anglicana*. Madrid: Editorial San Pablo, 2003.